

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



As atas, Carl Swanbeck e Gilbert Loebis ouvem as explicações técnicas do sr. Walter Lazzarini, diretor do Departamento de Assistência à Cafeicultura do IBU, sobre os estragos da geada nos cafezais da região de Londrina, bem como os trabalhos de recuperação que ora se processam. (Gentileza de David Milmon).

ANO LVIII

JANEIRO - FEVEREIRO, 1954
RIO DE JANEIRO — BRASIL

Em qualquer época os tratores e implementos OLIVER são imprescindíveis ao agricultor.

Sim, os tratores e implementos OLIVER reúnem todos os requisitos técnicos, de construção e alta qualidade de material, indispensáveis para executar satisfatoriamente as árduas tarefas da lavoura dentro dos prazos disponíveis.

OLIVER fabrica implementos para todas as operações agrícolas, sempre com as características que lhes proporcionam o máximo de rendimento.



OLIVER

O MELHOR EM MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Além de tratores e implementos agrícolas, a OLIVER fabrica ainda tratores de esteiras para terraplenagem, que em conjunto com lâminas, terraceadores, Scrapers etc., alcançam inigualável produtividade.

CONSULTE O NOSSO DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PORTO ALEGRE - B. HORIZONTE
RECIFE - SALVADOR - PELOTAS - NITERÓI - VITÓRIA - MARÍLIA



As Sras. Schroeder, Swanbeck e Loebis ficam espantadas com as explicações do técnico do I. B. C., Sr. Walter Lazzarini, sobre o tempo de recuperação dos cafezais quando visitavam uma fazenda do norte do Paraná, próximo a Londrina. Disseram que as mulheres americanas não conheciam a verdadeira história do café — plantio, colheita e exportação, e que elas iriam transmitir essas impressões para que conhecessem o esforço hercúleo do cafeicultor brasileiro. (Gentileza de David Milmon)

SUMÁRIO

Casa da Agricultura	3
Bem Estar e Progresso do Brasil — Prof. Arthur Torres Filho	5
Formação da Geada — Adalberto Serra	8
A Atuação do Ministério da Agricultura na Mecanização da Lavoura em São Paulo — Kurt Repsold	15
Importantes Conclusões para um Ampla Debate sobre a Economia Cafeeira — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	19
Polígono das Sêcas	27
O Crédito Agrícola Cooperativo — Fábio Luz Filho	30
Ministro João Cleofas	33
Possibilidades Econômicas do Estado de Goiás	38
Algumas Notas sobre a Agricultura em Goiás	41
O Governador Amaral Peixoto fala ao Povo Fluminense	44
Ampliação da Rede de Cursos e Escolas de Ensino Agrícola no Brasil — Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira	54
Notícias e Informações	57
Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"	60
Filiação de Cooperativas e Sociedades Mercantis	62
Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar	65
Confederação Rural Brasileira	70
Eptelioma Contagioso das Aves — Carlos Almeida Santa Rosa	76

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra — DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente — EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — EURICO SANTOS
4.º Secretário — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro — KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL
Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANAPPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRI MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYBA BARCANTE
IVO LEÃO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
NEWTON DE CASTRO BELLEZA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE
DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Comissão Permanente das Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Ministério da Via o) — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educa o e Cultura (Ministério das Rela es Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; Conselho Permanente de Associa es Americanas de Comércio e Produ o — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Rela es Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

JANEIRO - FEVEREIRO — 1954

CASA DA AGRICULTURA

Após 57 anos, comemorados a 16 de janeiro deste ano, apresenta-se a Sociedade Nacional de Agricultura à classe rural, instalada em sua nova sede, à Av. General Justo 171, em frente ao aeroporto Santos Dumont.

Desde a sua fundação em 1897, tem sido a instalação da Sociedade problema dos mais difíceis às suas diversas administrações, só agora resolvido em definitivo.

A primeira sede da Sociedade foi a Casa da Moeda, cujo diretor, à época, era o Dr. Ennes de Souza, fundador e primeiro presidente da instituição.

Depois, já na presidência Moura Brasil, passou a funcionar no edifício da então Repartição Geral de Estatística, à Praça 15 de novembro. As sessões e assembléias, realizavam-se ora no Liceu de Artes e Ofícios, na Associação Comercial, no Clube de Engenharia ou na Escola Politécnica.

Passou, após, para o prédio à rua da Alfandega 108, onde muito trabalho desenvolveu em favor da Agricultura.

Aí ficou até 1912, quando no terreno arrendado a uma ordem religiosa desta capital, construiu a sua nova sede, de 4 pavimentos, à Rua Primeiro de Março n.º 15.

Nesse edifício, funcionou até 1935, quando teve de o entregar à dita organização em virtude de um vício do contrato, o que a obrigou a procurar novo pouso.

Instalou-se então no Largo de São Francisco, no edifício do antigo magazine Parque Royal, devorado pelo mais pavoroso incêndio já ocorrido nesta cidade, a 9 de julho de 1942. A destruição do arquivo da Sociedade só não foi total porque, antes havia sido uma grande parte do mesmo transferida para a Escola de Horticultura Wencesláo Bello, onde ainda hoje se encontra.

Ao dia seguinte, existiam da Sociedade a sua tradição, a diretoria e os funcionários. A seguir se instalou no prédio à Av. Rio Branco, 177, Edifício São Borja, e aí ficou até 1945, de onde se mudou para os grupos da Av. Franklin Roosevelt n.º 115, 6.º andar, a espera da terminação da construção da sede atual.

Quando este número estiver circulando, lá estarão já funcionando os serviços da Sociedade, após uma luta sem desfalecimento, desde o

momento da doação do terreno através o decreto-lei n.º 7.227, de 4-1-45, até os dias que correm.

Foi necessário um novo ato federal que permitisse a hipoteca para o levantamento da maior parte dos recursos necessários à construção, e êste foi baixado a 8 de janeiro do ano seguinte (N.º 8.594).

O contrato de empréstimo com a Caixa Econômica foi lavrado a 24 de novembro de 1947, havendo um outro, de suplementação de recursos, a 16 de janeiro de 1951.

O edifício dispõe de nove pavimentos, além de um sub-solo, com as áreas seguintes:

Sub-solo	132,00	m2
Pavimento térreo	685,50	"
Sobreloja	360,00	"
Pavimento intermediário	696,00	"
Pavimentos tipo (6)	3.000,00	"
Casa de máquinas etc.	138,00	"
	<hr/>	
	5.011,00	"

A construção foi executada sob o regime de concorrências parciais, sob a direção e fiscalização do engenheiro civil Dr. Ary Fontoura de Azambuja, que também foi o autor do projeto.

Todos os serviços de administração da construção ficaram a cargo de uma comissão de obras, assim constituída:

Dr. *Arthur Torres Filho*, Presidente da S. N. A.

Dr. *Luiz Simões Lopes*, 1.º Vice-Presidente

Dr. *Antonio de Arruda Câmara*, 3.º Vice-Presidente

Dr. *Kurt Repsold*, 1.º Tesoureiro

Luiz Marques Poliano, Secretário Geral.

A inauguração solene do edifício se dará em dias dos meses de março ou abril, a serem oportunamente fixados pela Diretoria.

A "Casa da Agricultura" é hoje uma realidade e a todos quantos concorreram para a realização desse velho sonho da instituição, os agradecimentos da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Cabe aqui ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, Presidente de Honra da instituição, o especial reconhecimento da Diretoria, pois a realização só foi possível, graças a S. Exa., ao doar, através do decreto já citado, o terreno sobre o qual se ergue impo-
nente a "Casa da Agricultura".

(alm)

Bem estar e progresso do Brasil

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura
Prof. ARTHUR TORRES FILHO

A prosperidade nacional está a depender, na hora presente, do aumento e da maior diversificação da produção agrícola e industrial, tanto para o consumo interno, como para as exportações. Acontece conosco o que também se dá com outras nações americanas, que no dizer de ilustre economista *"uma nação devedora, não pode aspirar uma balança de pagamento ativa, ou melhor, equilibrada, até que a balança comercial apresente importantes saldos favoráveis"*.

Se quiséssemos demonstrar a tese de que a nossa capacidade produtiva não tem crescido, oscilando sempre em extremos que evidenciam nossa debilidade econômica, teríamos que estudar o volume físico da produção agrícola e seu valor, e volume das mercadorias transportadas nas estradas de ferro e outras vias de comunicação.

Não se pode duvidar existir um paralelismo entre a capacidade econômica e a capacidade financeira do país. Frustrar esse equilíbrio, que deverá existir sempre, será de consequências funestas para a nação que só à custo de muito esforço de tôdas as administrações (estaduais e municipais) em perfeita harmonia com o governo federal, será capaz de nos encaminhar para uma política verdadeiramente construtiva. Esse seria o papel para desempenhar pelo Conselho Nacional de Economia.

A fase que atravessamos, como ninguém poderá negar, é de desequilíbrio na vida econômico-financeira do país. Essa situação está a exigir medidas de ordem financeira, de um lado, e de outro, larga política de proteção ao trabalho nacional, a começar pela eliminação do desordenado regime tributário em vigor e uma adaptação das tarifas alfandegárias, consultando a capacidade econômica do contribuinte e desafogando o trabalho nacional.

As demonstrações insofismáveis da astenia que deprime a nação tê-mo-las no que ocorre com a vida econômico-financeira. Ao reconhecê-las, nem por isso devemos nos deixar abater, mas sim lançarmos mão de todos os recursos para reerguermos o país, fazendo-o retomar o caminho acelerado de sua evolução econômica.

O nosso verdadeiro ideal, em matéria de exportação, deveria ser o de infiltrar o produto do trabalho nacional nos mercados externos, dilatando a capacidade econômica do país, procurando colocar o excesso de sua produção. Isso quer dizer que o problema fundamental do Brasil é o de sua expansão comercial no interior e no exterior.

Quem examina o ritmo do nosso movimento de exportação, verificará o quanto tem sido ele variável, em tonelagem e valor, nos seus principais artigos, se excetuarmos o café, que contribui com cerca de 70%.

Fôrça é reconhecer o papel de relevância sem contraste que a intensificação da produção de nossas terras poderá desempenhar no desenvolvimento da prosperidade nacional, pelo melhor aproveitamento das suas enormes fontes latentes de riqueza.

A contingência da luta no campo das competições econômicas está a exigir, se quisermos vencer, a introdução de novos métodos de exploração da terra, revolucionando a rotina e os processos culturais.

Sem os ensinamentos da agronomia, por certo permaneceremos retardatários, incapazes de possuir forte estrutura econômica. Procuremos, por isso, transformar os processos de cultivo, melhorar as variedades de plantas cultivadas, generalizar o emprego da adubação, aplicar, enfim, os ensinamentos da complexa ciência agrônoma.

E' fato sem contestação que temos caminhado, do Império à República, sem programa definitivo de política econômica, abrangendo todo o país, com o apoio das administrações estaduais e municipais; no entanto, sem esse programa, não alcançaremos nenhuma finalidade segura, não poderemos zelar pelas fontes de produção e tudo caminhará entregue às próprias forças da nação.

A descontinuidade de nosso movimento econômico é uma revelação flagrante da nossa imprevidência; para prová-lo bastará que examinemos as nossas exportações, sendo fácil concluir-se que essa exportação se acha limitada, em porcentagem dominante ao café, que prepondera sem contraste no valor e no volume, deixando sujeita às maiores surpresas a vida econômica e financeira do país.

Nos tempos modernos não é dado a nenhum povo viver consumindo apenas os próprios produtos, sem vender nem comprar. Todo o nosso esforço para regularizar nossa vida financeira, será improficuo, se não acelerarmos a exportação, isto é, se não conseguirmos aumentar a capacidade de produzir, vender e comerciar. Para tanto, temos de elevar a produtividade agrícola e industrial do Brasil.

Só dêsse modo nosso desenvolvimento se fará com normalidade; só assim alcançaremos riqueza sólida, corrigindo os deficits da balança de pagamentos.

Para exportar em grande escala, de modo a conseguir recursos em ouro para as necessidades de pagamento no estrangeiro, seria preciso produzirmos em grande escala; e, para isso, teríamos de fazer exame consciencioso de nossas condições agrícola, mediante investigações agrônomicas, estatísticas e econômicas, de modo a serem removidos os embaraços que atrofiam as fontes de produção.

Múltiplas são as causas que perturbam o trabalho nacional; e, sem procurarmos estudá-las e resolvê-las, com mão forte, não removeremos os embaraços que prejudicam o nosso progresso econômico.

Em grande parte, devido às crises, que se apresentam bruscamente, sem ritmo algum, temos ainda a produção agrícola minguada, que não reflete, em absoluto os extraordinários recursos do território do Brasil e nem está em relação com a população de que hoje dispõe.

A política que nos convém, aquela que consulta as aspirações nacionais e de que está dependendo a expansão comercial no exterior e o fortalecimento da fortuna pública, reside no amparo e na propulsão da produção nacional, em quantidade suficiente para atender às necessidades internas e ser lançada, em forte escala no mercado exterior.

Não nos esqueçamos, porém, que, com as profundas modificações experimentadas pela produção agrícola mundial, só poderão vencer, na competição co-

mercantil, os países melhor organizados técnica e economicamente.

É certo que o Brasil, no momento grave que atravessa o mundo, precisa ir buscar no meio nacional as fontes de vida, despertando as regiões decadentes para novos surtos de expansão.

A tendência geral é a de cada nação viver dos próprios recursos, diante do estado geral criado pela destruição de capitais, muito principalmente depois da Grande Guerra.

Os preços dos produtos agrícolas têm caído em todos os mercados, prejudicando o consumo dos produtos industriais.

Vemos que as nações da Europa estão empregando os melhores esforços para se erguerem do cataclismo econômico, elevando a produtividade e se aparelhando para melhor explorar os recursos contidos em seus territórios. Por nossa vez, precisamos produzir soma apreciável de mercadorias úteis, para satisfazer às necessidades da vida nacional e termos volume suficiente para a exportação em bases racionais.

Não viria agora a pêlo traçar planos econômicos, mas um dos aspectos da nossa questão agrária digno de ser focalizado, é o do aproveitamento da terra, assunto êsse, na atualidade, da maior relevância social e econômica por estar empolgando a atenção de todos os povos. Vemos que, no Brasil, a resistência oferecida, neste momento, à crise universal, é devida, em grande parte, à sua agricultura. Isso prova residir no labor dos campos um dos fatores mais eficientes do progresso nacional.

É sabido que grande parte da massa da nossa população rural vive na penúria; pode-se dizer que o trabalho do agricultor não é devidamente compensado por reinar a desordem na produção. Entretanto, a nação só poderá ser arrancada das graves crises financeiras e o bem-estar só poderá reinar nas cidades, se dispusermos de produção agrícola abundante e de fácil circulação em nosso território, livre das peias de uma tributação excessiva e desordenada.

Carecemos evitar o êxodo da população dos campos, iniciando enérgica política de expansão econômica. Vemos extensos latifúndios atirados ao abandono na vizinhança de cidades populosas, enquanto o estômago enorme delas, se estorce à míngua de gêneros de subsistência adquiridos, geralmente, por altos preços.

Um programa que tivermos de traçar nessa direção, exigirá legislação mais enérgica do que a que possuímos, para que o plano a executar não fique sujeito a interrupções, como sóe acontecer com a maioria dos nossos empreendimentos. As medidas a serem preconizadas valem por sua complexidade; obras de drenagem e de irrigação; localização dos agricultores; direção agrônômica; tudo isso, é evidente, necessita fazer parte de um plano de conjunto, com legislação específica.

Somos dos que consideram sempre pouco todo o auxílio prodigalizado àqueles que vivem do trabalho da terra, entre nós, pois nosso supremo ideal deverá ser transformar a massa dos seres humanos, que vive no interior do país, em elemento realmente ativo e eficiente para o progresso nacional.

Carecemos, enfim, de uma série de medidas decalcadas em um plano de conjunto, com base financeira estável, de modo a se iniciar entre nós bem orientada política agrícola.

O inesquecível sociólogo Alberto Torres, com verdadeira visão profética, na sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidar: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; toda a ação que tender a desviá-lo dêsse destino é um

crime contra sua natureza, contra os interesses humanos".

Mais ainda: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento do solo e do braço humano, à atividade fecunda e à inércia do maior número; uma das mais graves conseqüências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da febre de enriquecimento".

O momento para o Brasil é de — rumo ao campo — a exemplo daquele — retour a la terre — com que o ilustre ministro Meline indicou à França o caminho de sua salvação.

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**
Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

Av. Franklin Roosevelt, 115 - 6.º

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.": 7257

— SÃO PAULO —

CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA

Rio de Janeiro — São Paulo — Santos — Recife



Serviço Direto com*

- Alemanha
- Argentina
- Bélgica
- Chile
- China
- Colômbia
- Equador
- Espanha
- Estados Unidos
- França
- Grã-Bretanha
- Holanda
- Itália
- Líbano
- México
- Polônia
- Portugal
- Surinam
- Suécia
- Suíça
- U.R.S.S.
- Uruguai
- Tchecoslováquia

* Para conseguir o serviço rápido e direto via Radiobras basta incluir a indicação gratuita da rota "VIA RADIOBRAS" em seus telegramas para o exterior, entregando-os na estação dos Telégrafos em qualquer cidade.

RADIOBRAS

COMUNICAÇÕES RÁPIDAS PELO RÁDIO
COM O MUNDO INTEIRO

RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 48
Av. Rio Branco, 243 —
Tel.: 52-6000
Av. Atlântica, 1602-A
Tel.: 37-4891

SÃO PAULO

Rua 7 de Abril, 338
Tel.: { 33-4111
 { 35-5603

SANTOS

R. 15 de Novembro, 46
Tel.: 2-7194

RECIFE

Avenida Rio Branco, 182
Tel.: { 9291
 { 9548
 { 9549

FORMAÇÃO DA GEADA

Adalberto Serra

Transcrevemos a seguir alguns tópicos da informação publicada à pags. 17-23 do Avulso da "Comissão Especial sobre a Geada", na Câmara dos Deputados. Permitem eles a devida compreensão dos mapas anexos, que fornecem:

- 1 — Normal anual de dias de geada.
- 2 — Normal anual de dias com temperatura mínima inferior a zero.
- 3 — Temperatura mínima absoluta registrada no período 1911-1941.

DEPOIMENTO DO SR. ADALBERTO SERRA

Na reunião do dia 18 de agosto, a Comissão de Inquérito ouviu o Senhor Adalberto Serra, técnico do Ministério da Agricultura, que fez uma brilhante exposição sobre a formação do orvalho e da geada. Do seu longo depoimento, destacamos alguns trechos referentes aos fenômenos climáticos observados no Brasil, resultando graves danos à agricultura, em diversas regiões, onde a economia cafeeira ocupa lugar de indiscutível proeminência. Disse ele:

"Vamos principiar estudando a formação do orvalho. Este meteoro é constituído por pequenas gotas de água que cobrem superfícies expostas, pedras, metais, folhas, etc., após uma noite limpa. Isto porque, dada a radiação noturna, a temperatura de tais corpos caiu abaixo da correspondente à saturação é, assim, a pequena lâmina de ar em contacto com os objetos se resfriou, condensando seu vapor d'água em gotas. Note-se que a temperatura real do próprio ar não desceu tanto, nem atingiu a saturação, caso em que ocorreria nevoeiro. Antes, se conserva cinco graus mais ou menos superior à do solo, havendo, por essa forma, uma inversão de temperatura. O orvalho ocorre em noites de céu limpo, porquanto as nuvens reduzem a queda térmica, devolvendo ao solo parte da radiação emitida. Dêsse modo, qualquer abrigo, fumaça ou nevoeiro, impede a sua formação. Ele é também mais intenso sobre os corpos de maior poder emissivo".

Já pela manhã, a evaporação das gotas, sob os raios solares, principia antes que seque excessivamente os tecidos, conservando-se a planta refrescada e úmida. É portanto,

um meteoro benéfico, em oposição ao seu parente próximo, que passaremos a estudar".

FORMAÇÃO DA GEADA

"Quando o "ponto de orvalho", ou seja, a temperatura de saturação do ar, se encontra abaixo de zero grau, o vapor d'água sublima diretamente em gelo, logo que a temperatura das superfícies expostas desce a de saturação. Forma-se, então, a geada, que não é orvalho congelado, e sim vapor sublimado, por mecanismo semelhante ao do orvalho, mas operando em temperaturas negativas.

Para a formação da geada não é, aliás, preciso que a mínima de ar desça abaixo de zero grau. Basta que a temperatura dos objetos, plantas, ou a do solo, o faça.

A geada assim depositada, por efeito de radiação, tem o nome de geada branca, sendo a mais comum no País, e a menos danosa.

Devemos compreender, aliás, que a geada não causa diretamente os estragos na planta. Os grãos de gelo testemunham somente que aquela se resfriou em excesso. E é, sobretudo, o brusco aquecimento, destruindo os brotos, etc., que mata o vegetal no levantar do sol.

Como ficou demonstrado, a geada não cai nunca como se fôsse chuva; ela se "forma" no local, sendo, pois, inteiramente errôneo falar-se em "queda de geada".

Há, no entanto, uma outra variedade, a geada negra, de efeitos temíveis, e que ocorre sob correntes de ar muito frias e secas, com temperatura abaixo de zero-grau, mas que, por atingirem a saturação, não depositam gelo.

Tais correntes varrem grandes regiões, durante dias seguidos, e nada se pode fazer contra os seus efeitos, que consistem no congelamento da água no interior das plantas, rompendo-se os tecidos com obstrução dos vasos. Fica, assim, impedida a ascensão da seiva e o vegetal morre, enegrecido. O congelamento da própria seiva trunca o progresso dos talos, folhas, etc., e pode atacar até o lenho.

Isso, no entanto, só ocorre abaixo de menos 15 graus centígrados, temperatura nunca verificada no Brasil.

Não se deve, contudo, classificar como de geadas, que nem se deram, neste caso, os efeitos danosos produzidos nos cafezais pelos ventos frios e cortantes do Sul, a temperaturas de 2 a 3 graus acima de zero, e que nos períodos de formação do fruto, podem ser muito

nocivos. São as imprópriamente chamadas "geadas de vento".

Vejamos as condições favoráveis à geada:

— Temperatura baixas — estas, excetuando as zonas acima de 1.000 mts., só ocorrem sob invasões de massas polares frias, adiante descritas.

— Céu limpo — que permite maior radiação do calor armazenado de dia.

— Umidade baixa — se a mesma for acentuada, pode-se formar nevoeiro, o qual reduz a radiação, impedindo a geada.

— Vento fraco — uma velocidade forte mistura as camadas de ar já resfriadas com as mais quentes superiores, e dificulta o fenômeno. Este é favorecido em noites de calmaria, sobretudo nos centros de anticiclones frios.

— Localização — os terrenos expostos a Este ou ao Norte recebem melhor os raios solares, a geada sendo, pois, menos provável. Mas, quando formada, o de gelo muito brusco anula tal vantagem, pois o Sol chega mais cedo.

Já as terras expostas a Sul e a Oeste recebem menor insolação, e apresentam maior seqüência de geadas. Entretanto, o degelo mais lento causa menores prejuízos.

Embora a floresta regularize o clima, a pequena faixa limítrofe da mesma e mais sujeita ao fenômeno. Isto porque as árvores reduzem muito a velocidade do vento, assim favorecendo a geada.

A geada é sempre mais nociva e freqüente nas altas latitudes. Contudo, a orientação das frentes e centros de alta pressão dá às isolinhas traçados caprichosos, como se poderá ver dos mapas que vou exibir".

"Resumindo, a geada é mais comum nas terras argilosas, massapês de argila e terras roxas; torna-se mais rara em terrenos silicosos ou arenosos, tudo porque o solo barrento retém a umidade. Contudo, o muito encharcado dificulta a geada, pois a água é bom condutor e impede um maior resfriamento local. O fenômeno é, por isso, mais raro após as chuvas, e um arrozal, por exemplo, regado em noite fria, escapará ao flagelo.

Vejamos, agora, as ondas de frio.

Como, no Brasil, as geadas só ocorrem — excetuando zonas improdutivas dos altos cumes — durante as invasões de massa polar, passaremos ao seu estudo.

O nosso continente é cortado, a partir de 35° S, no inverno, e de 40° S, no verão, por uma linha de descontinuidade chamada Frente Polar Atlântica (FPA). Separa ela as correntes de Oeste, polares, das de Noroeste a Nordeste, tropicais. As primeiras formam o anel de baixas pressões que circunda o Antártico. As segundas provêm do centro de ação do Atlântico, do qual divergem os aliseos de Sueste a Este, no litoral nordeste, e os de Nordeste a Noroeste na costa meridional.

O acúmulo de correntes opostas agrava a descontinuidade térmica, fazendo cair as pressões. Por fim, sob o impulso de massas provenientes de outra descontinuidade, a Frente Polar do Pacífico (FPP), a Frente do Atlântico passa a ondular, formando ciclones que

evoluem para Sudeste, ocluindo na grande Baixa Central do Mar de Weddell.

Nas frentes frias e quentes de tais ciclones, a ascensão do ar tropical aquecido sobre o polar frio, que penetra em cunha, produz a condensação do vapor, e a formação dos sistemas de nuvens. Estes apresentam desde cirrus, nas altas camadas, até altoestratos e por fim nimboestratos, nas frentes quentes, ou cumulonimbus, respectivamente, chuvas contínuas ou trovoadas e pancadas.

Por fim, o grande acúmulo de ar atrás da Frente Polar Atlântica, produz o seu avanço para Nordeste, bem como o do anticiclone frio posterior. A frente polar penetra, assim, pelo Rio Grande do Sul, e avança até o Rio de Janeiro, podendo chegar mesmo até a Bahia e se derramar pelo interior, sobre Mato Grosso e Acre".

.....
"Vejamos a ocorrência das geadas.

Em São Paulo, onde o fenômeno foi melhor catalogado, sabe-se que as geadas surgem desde abril até outubro, com maior incidência no rigor do inverno, de junho a agosto.

Ocorreram, por exemplo, em abril de 1906, 1911 e 1912. Maio apresentou fortes geadas em 1886, 1889, 1905, 1911, sendo a duração das ondas de frio de, em média, 3 a 7 dias. No inverno foram intensíssimas as de junho de 1870, 1871, 1889, 1905, bem como a de agosto de 1902. A geada preta de 23 a 24 de junho de 1918, se apresentou fortíssima, com prejuízos enormes, muito superiores aos provocados em junho de 1870, maio de 1886 e agosto de 1902. Naqueles dias de 1918, a temperatura caiu a menos 3 graus no planalto paulista. Já em setembro ocorreram geadas nos anos de 1899, 1906 e sobretudo 1912. Raramente elas se verificam em outubro (1902) ou novembro (1904).

As grandes geadas se produziram em 1840, 1870, 1886, 1902, 1918, num ciclo de 16 anos. Mas não há verdadeiramente períodos fixos na atmosfera, mesmo os solares, de 11 ou 35 anos, sendo muito variáveis. Não quer isto dizer que um serviço de previsões a longo prazo, hoje perfeitamente possível, não fôsse utilíssimo à nossa lavoura, baseado em correlações ou outras técnicas mais modernas".

MÉTODO DE COMBATE A GEADA

"Consistem os mesmos em se evitar a formação do fenômeno por um dos seguintes processos:

1 — Reduzindo a perda de calor pela radiação.

Para tanto pode-se cobrir a cultura, seja com panos de lona montados sobre estacas, o que só será possível em pequenas hortas ou pomares, seja por meio de fumaça obtida em fogareiros a óleo, fogueiras de lenha ou queima de substâncias químicas. Com tais nuvens, a queda de temperatura se reduz perto de 5 graus. Mas, como muitas vezes há prejuízos para a planta, o método vem caindo em desuso.

O sistema remonta, aliás, a Plínio o An-



tigo, e ao império dos Incas, e vem sendo usado na Europa desde 1791, sobretudo para a proteção dos vinhedos. Lestout aconselhou a aspersão de água nas fogueiras ou a sua cobertura com galhos verdes e palha molhada, para aumento da fumaça.

Experiências com cortinas de fumo para uso bélico foram tentadas pelo Comandante Arthur Carneiro em junho de 1921, chegando mesmo a ser criada uma companhia de manufatura de bombas de fumaça, sob a direção do engenheiro Belfort de Mattos. A produção foi iniciada em 1925, sendo bons resultados obtidos no município de Chavantes.

Para tanto colocavam-se as baterias de ignição de forma que o vento conduzisse a fumaça para o cafezal, sendo deflagadas as bombas quando o termômetro marcava 1 grau. Também era preciso, ao romper do sol, acender novas bombas em linha, para proteger o degêlo, que devia ser lento e nunca brusco, sob a ação direta do calor diurno".

"A formação de nuvens, sugerida pelas novas técnicas de chuva artificial, em noites de geada, nuvens naturais, o uso do gelo seco está fora de cogitação. O emprêgo do iodeto de prata, queimado em geradores no solo, seria de resultados duvidosos e precários; desconheço mesmo quaisquer aplicações neste sentido. O Weather Bureau, aliás, para testes definitivos da "chuva artificial" está gastando agora 50 milhões de cruzeiros. Enquanto isso, convém nos atermos à palavra oficial da American Meteorological Society:

"As condições meteorológicas favoráveis à

chuva artificial são idênticas às que conduzem à chuva natural. Daí ser quase impossível comprovar o êxito das experiências. Nada permite supor que se possa modificar o clima ou o tempo de uma grande área pela semeadura de nuvens".

Se lembrarmos, aliás, que seria preciso fazer explodir 618 bombas atômicas para formar a energia de um único ciclone tropical, tais recomendações nos parecem lógicas.

2.º método — Mistura com o ar superior mas quente, assim evitando a geada. Para tanto, são usados ventiladores, mas o processo é impraticável em grandes culturas.

3.º método — Além das precauções meteorológicas relativas à boa escolha do terreno (altitude, encharcamento do solo, capina, etc.), pode-se obter uma regular proteção por meio de cercas vivas, muros ou renques de árvores, plantadas acima da fazenda, e que desviam o ar frio. As árvores, alinhadas em direção perpendicular ao vento dominante, podem ser, por exemplo, coníferas do gênero *Cupressus*. Possivelmente o sombreamento do cafezal contribuiu para retardar o degêlo, sendo assim de alguma utilidade.

4.º método — É o do aquecimento do ar —; é o método atualmente mais empregado, queimando-se carvão, óleo ou turfa. A temperatura sobe até 7 graus e são precisos muitos fogões, à razão de 1 cada 100 ou mesmo 60 metros quadrados. Eles devem estar mais concentrados nas bordas que no meio da fazenda, e sobretudo a barlavento, nos n.ºso caso, mais a sul.

A corrente de ar descendente sobre o fo-

gão surge logo adiante, vindo agitar e aquecer o ar resfriando da superfície.

Pode-se ainda regar a cultura, o que nos cafézais talvez seja inútil. Como já vimos, o conteúdo de calor da água é maior do que o do ar; a rega aumenta ainda a condutibilidade do solo, permitindo que mais calor interno atinja a superfície. Também o congelamento da água, libertando o calor de fusão (80 calorías), mantém a temperatura a zero grau, nível em que o prejuízo para a planta é quase nulo.

Segundo Kessler, é esta a maior função da rega. São precisos 5 litros por metro quadrado por hora, mas os efeitos ainda não foram bem estudados.

Quando tudo fracassou, ou não foi tentado, e a geada causou grandes prejuízos, o agrônomo Gustavo Dutra aconselha o seguinte:

1 — fazer uma poda muito ligeira nos cafeeiros, mas só onde estritamente necessário (decotes ou espoldras). Deve-se dar tempo à planta para se restabelecer.

2 — proceder à poda verdadeira somente de agosto a outubro, evitando assim o uso do machado. A própria natureza, após a geada, fará melhor que o agricultor, eliminando ou indicando a este o que se deve cortar.

3 — adubar a lavoura com salitre, sulfato de amônio, fosfatos ou superfosfatos duplos, conforme o solo e os recursos, à razão de 200 quilogramas de salitre por hectares”.

“CLIMATOLOGIA”

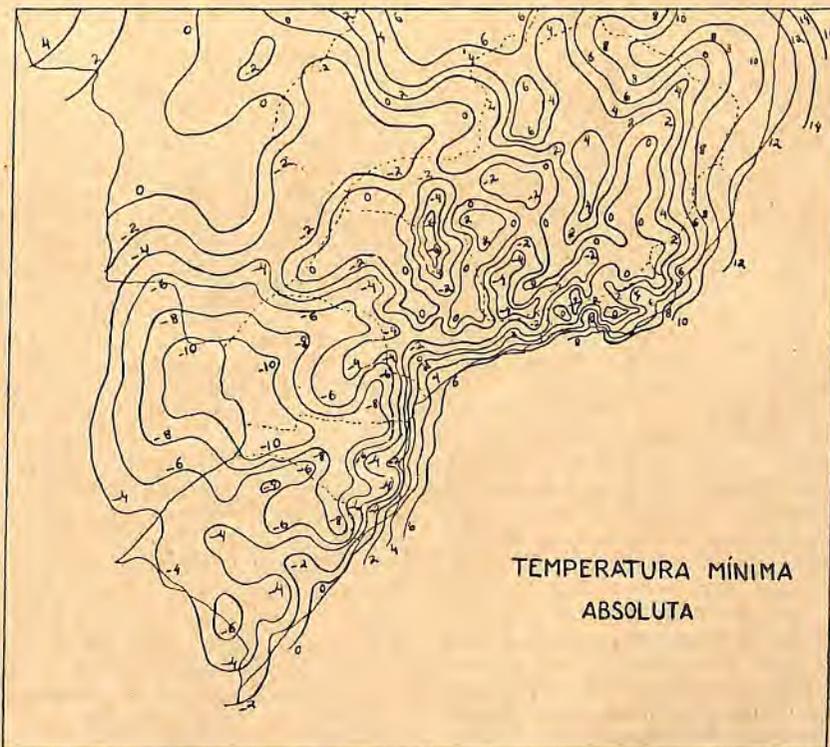
“O exame das cartas de “número anual de dias de geada” indica que estas ocorrem com maior frequência (acima de 25 por ano) ao longo de um eixo desde 24° S, no noroeste do Paraná, até 27° S, em Santa Catarina.

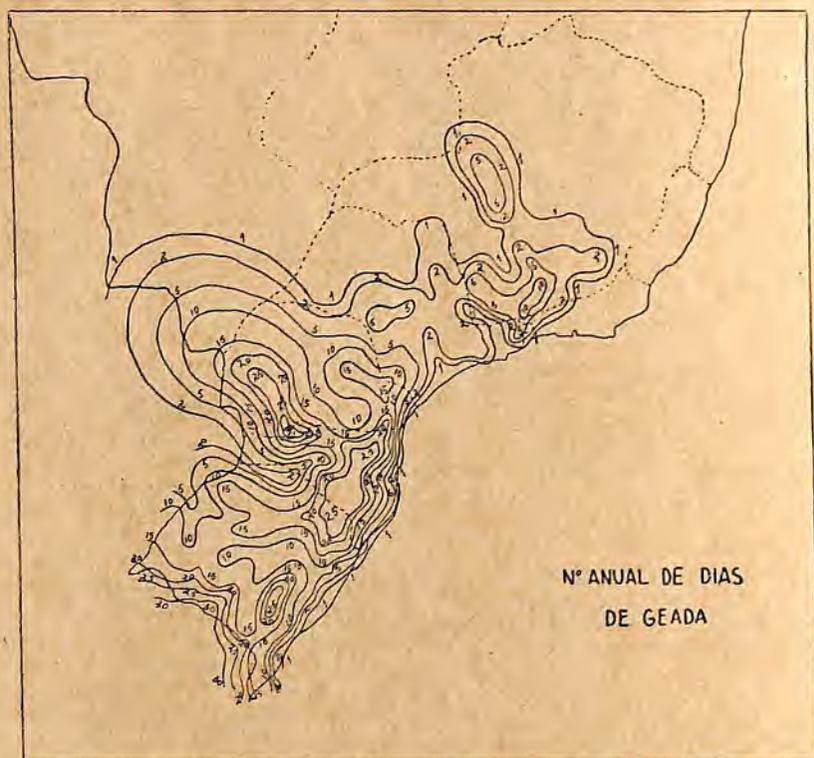
Parece-nos que a isolinha de 5 ou no máximo a de 10 dias de geada, deveria constituir o limite meridional dos cafezais. Já as grandes mínimas, indicativas de geada preta, nascem abaixo de menos 6 graus em todo o noroeste do Paraná. Ainda uma vez a isolinha 10 de geada corresponde a menos 8 graus de mínima do ar (talvez menos 13 graus no solo). O noroeste de São Paulo parece quase isento do fenômeno, sendo aí de zero grau a mínima absoluta”.

“A climatologia do País deve ser estudada em detalhe, como base para as futuras pesquisas microclimáticas. Com tudo isto, ainda estaríamos muito longe do gigantesco progresso verificado, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a carta de isóbaras é prevista para o dia seguinte mediante 1.660.500 operações matemáticas, realizadas num computador eletrônico em apenas 48 minutos. Só a máquina custa 500 milhões de cruzeiros”.

Inquirido sobre a questão das chuvas artificiais, tão afamadas na palavra do engenheiro Janot Pacheco — respondeu o Sr. Adalberto Serra:

“Como eu já disse, o problema da chuva





Nº ANUAL DE DIAS
DE GEADA

artificial, a nucleação de nuvens, a produção de nuvens artificiais, está hoje muito controverso e discutido.

Sucedeu com êle o que acontece muitas vezes, e é nocivo a qualquer progresso: houve uma aplicação prática muito rápida logo depois da descoberta, sem dar tempo a que a ciência evoluísse naturalmente e acumulasse observações”.

Perguntamos sobre a formação das geadas, em períodos certos, se tal previsão é possível — respondeu:

Essa previsão, com períodos certos, que não existem, não é possível, e nem mesmo o estudo detalhado de períodos tem conduzido em qualquer lugar do mundo a um resultado desta ordem.

No entanto, existe uma técnica de previsão a prazo longo, em uso nas grandes nações do hemisfério norte e com relação à qual a Argentina já está tomando providências, e que no Brasil vem sendo executada em silêncio desde 1936, para uso especial da Light. Pouca gente sabe disso, mas a Light tem um meteorologista contratado que desde aquela data executa as previsões para a bacia do Paraíba e a zona do Cubatão.

Muito melhores resultados poderiam ser obtidos se fôsse reequipado todo o Serviço Meteorológico de forma a atender a esse quesito.

O Nordeste, por exemplo, tem estudos para a previsão de suas secas com 6 meses de antecedência. Esses estudos foram feitos há 7 anos, e estão também paralisados ou inapli-

cados. Podem, certamente, ser aperfeiçoados com o uso de técnicas mais modernas que surgiram depois daquela data”.

Perguntado se a formação de lavouras junto as grandes correntes d'água sofre a influência mais intensa da geada respondeu:

“Segundo já afirmei, a presença de água deve diminuir a possibilidade de geada. Todavia, não se pode dizer que a proximidade das correntes tem grande influência. A geada é, naturalmente, menos frequente nas margens dum rio, mas não é possível saber nem garantir até que distância. Isso exigiria aqueles estudos microclimáticos que nunca foram feitos aqui. Não há portanto que formar uma recomendação estrita neste ponto”.

Perguntado sobre o aparte proferido pelo Deputado Daniel de Carvalho, em plenário, quando se referia ao financiamento do café:

“No Estado do Paraná, segundo estou informado, não foram apenas as chuvas as determinantes da geada, mas também o vento frio”.

Respondeu, então:

“As chuvas, pelo contrário, evitam as geadas. No momento em que está chovendo ou na noite seguinte, a geada é difícil. Mas a chuva significa que no dia seguinte ou daí a um ou dois dias pode surgir — não é ga-

rantido — um anticiclone frio que, em geral, vem atrás da linha de frente polar onde está chovendo. Então a chuva neste caso é um indicio da possível ocorrência dum anticiclone frio e portanto duma zona central pesada, de corrente frias intensas, mas na qual reinou calmaria e onde a geada é possível à noite pela radiação, a não ser que se trate da geada preta.

O vento, se formar geada, será aquela geada preta, ao atigir temperatura muito fria, que pode ser acima de zero grau”.

Perguntado sobre se o movimento das massas polares era cíclico e devido às manchas solares — respondeu:

“Inegavelmente, há uma relação, que antigamente era negada e hoje já é aceita, entre a atividade solar e o avanço dos anticiclones frios mas não há propriamente uma lei já descoberta. Há, digamos, correlações, aparências, indícios.

Um grande progresso foi feito recentemente pelo professor Haurwitz, mostrando que a radiação corpuscular do sol produzia ou favorecia esse avanço de massas frias. Trata-se, no entanto, de estudo novos, mas que estão dando uma base mais criteriosa ao problema. No momento, nada há de definitivo; há, apenas, a possibilidade de uma previsão juntando-se essas informações das manchas solares com todas as outras de dinâmica, observações meteorológicas, de rádiosonda, etc., o que é feito nos países de grandes recursos e que procuram proteger a sua agricultura de todas as formas, cercando-a do amparo que merece”.

Perguntado se era possível determinar as zonas onde não é aconselhável o plantio do café, tendo em vista a latitude — respondeu:

“No momento, como eu já disse, o Brasil não possui cartas climáticas. É uma falta sensível, que tem causado prejuízos bastantes graves; embora a rede meteorológica já tenha 43 anos de existência, essas cartas ainda não foram traçadas.

Há perto de um ano, por iniciativa pessoal, dado que não dispunha de auxiliares nem de recursos de nenhuma espécie, estou tentando traçar tais cartas. No entanto, não tenho conseguido fazer mais do que um número muito reduzido, lutando com toda sorte de dificuldades.

Para uso destas Comissões, preparei, naturalmente às pressas, com os números que pude encontrar algumas cartas de geada que vou mostrar (exibe).

Aqui estão cartas dando o número de dias com temperatura mínima abaixo de zero grau, somente para as regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Para São Paulo não foi possível coletar esses dados, porque — é curioso — embora São Paulo tenha a Não há portanto, que falar propriamente em série meteorológica mais antiga do Brasil é a menos apurada e conhecida.

Por elas vemos que a orientação das isolinhas é em geral de Noroeste para Sueste. latitude, mas sim, o que se determina em cartas análogas às que estou exibindo, em limites convenientes para a plantação dos cafeeiros.

Esta outra carta indica o número de dias de geada normal por ano. Não pude detalhar isto por meses porque não havia tempo, mas também vemos que a orientação é de Noroeste para Sueste aliás paralela à da própria frente polar que é a causadora do fenômeno.

Há núcleos, por exemplo, de 25 dias no sul do Paraná e Santa Catarina, e de menos dias no Rio Grande do Sul, caindo, por exemplo, para 10 no paralelo 30° no Rio Grande.

Vemos por aí que o Paraná é desaconselhável para o cafeeiro. São Paulo é mais favorável; aí o número de dias de geada é bem menor.

Uma última carta (exibe) dá a mínima absoluta, permitindo prever o número de dias normal de geada preta.

Vemos que menos dez graus sucede no oeste do Paraná, sendo, aliás, na zona, a menor mínima. Já no noroeste de São Paulo a menor mínima é zero grau. Minas tem mínimas menores, devido à altitude”.

Pelo que se observa do depoimento do Sr. Adalberto Serra, não há, ainda, no Brasil, um serviço perfeito quanto à previsão da temperatura, de modo que no campo da climatologia, temos muito que estudar e aprender, ou pelo menos, não estamos habilitados oficialmente a aconselhar a formação da lavoura do café, dentro de um programa científico definido e de real importância para a vida rural brasileira.

USINA BARCELOS

Barcelos — E. do Rio

Companhia Agrícola

e

Industrial Magalhães

Acúcar Cristal Barcelos

Álcool Anidro e Potável

PRAÇA PIO X, 98 — 7.º

and. - s/ 704

TELEFONE: 43-3415

— RIO DE JANEIRO —

ELEVADORES
SCHINDLER DO
BRASIL S. A.

comunica aos seus distintos amigos e fregueses a trans-
ferência dos seus escritórios para a AV. PEDRO II
n.º 329 onde junto com sua filiada a

USINAS SANTA LUZIA S. A.

espera merecer a preferência que até agora lhe foi
dispensada

A atuação do Ministério da Agricultura na mecanização da lavoura em São Paulo

KURT REPSOLD

Diante da crescente necessidade do aumento da produção agrícola, principalmente, de gêneros alimentícios de primeira necessidade, e face ao acentuado êxodo das populações rurais, a partir do término da última conflagração mundial, fazia-se mister, como solução mais aconselhável, tomar medidas que visassem a ampliação da capacidade produtora individual do lavrador.

Tal objetivo só poderia ser alcançado por meio de uma intensiva mecanização das atividades rurais, máxime, das relacionadas com o desbravamento e a mobilização do solo. Daí, a iniciativa do Ministério da Agricultura de criação das patrulhas moto-mecanizadas, que se tem constituído em verdadeiras "escolas práticas ambulantes", porque, ao mesmo tempo que prestam assinalados serviços diretamente ao lavrador, veem demonstrando "in loco" as vantagens econômicas do emprêgo da maquinária agrícola e concedendo aos técnicos a oportunidade de ministrarem ensinamentos os mais diversos. O contato quotidiano entre os técnicos e os lavradores, ensejado pela atuação das patrulhas motomecanizadas, permite uma constante troca de idéias, no tocante ao uso da boa semente; ao preparo adequado das terras; aos tratos culturais indispensáveis; ao emprêgo conveniente de adubos; ao combate das moléstias e pragas; aos processos de irrigação e drenagem; à conservação do solo; em fim, a todos os assuntos que possam, sob qualquer forma, influenciar no aumento e na melhoria da produção agro-pastoril. Por outro lado, vem-se observando que a atuação dessas equipes motorizadas, dando a segurança do trabalho menos árduo e melhor remunerado, tem contribuído para a tão al-

mejada fixação do homem à gleba, resultante que, por si só, seria suficiente para justificar todo o esforço despendido, vez que, o simples fato de concorrer para evitar o agravamento dos multiformes e cruciantes problemas que já afligem as populações citadinas, representa efeito assaz ponderável.

Empreendimentos de tal natureza, pois, capazes de influir favoravelmente na solução de problemas sociais e econômicos da coletividade, merecem e precisam ser continuados e desenvolvidos, até que possam, sem maiores tropeços, passar à iniciativa particular.

Lutando com óbices de toda a espécie, a Divisão do Fomento da Produção Vegetal deu início a esses trabalhos, em 1949, contando com poucos recursos financeiros e poucas máquinas agrícolas. Mesmo assim, lançou a pedra fundamental do fomento à mecanização agrícola no Estado de São Paulo, com resultados que, já agora, não é justo desconhecer.

A primeira patrulha foi instalada com sede em Itapetininga para atender o sul do Estado, região de agricultura pobre, mas de terras planas, facilmente mecanizáveis e muito carente de apoio oficial para desenvolver-se. Antes do término de 1949, as atividades dessa patrulha já apresentavam resultados tão convincentes que os próprios agricultores beneficiados foram os primeiros a proclamá-los, tornando-se necessária a organização de relações cronológicas de pedidos, pois, estes começaram a exceder, à capacidade de atendimento.

De então a esta parte novas patrulhas foram criadas e, hoje, estão em pleno funcionamento as seguintes, pela ordem das datas de criação:

1. ^a — Patrulha	motomecanizada	de	Itapetininga	—	Março de 1949
2. ^a —	"	"	Campinas	—	Novembro de 1949
3. ^a —	"	"	Taubaté	—	Julho de 1952
4. ^a —	"	"	Itapeva	—	Julho de 1952 (*)
5. ^a —	"	"	Piracicaba	—	Julho de 1952

(*) — A 4.^a Patrulha começou a funcionar, realmente, em 1951, com o nome de 1.^o Grupo Motomecanizado de Itapeva, subordinado à 1.^a Patrulha de Itapetininga.

Os equipamentos agrícolas e veículos de transporte integrados nessas patrulhas, a partir de 1949, são as seguintes:

Anos	Tratores com implementos	Colhedoras combinadas	Caminhões	Pick-ups	Jeeps
1949	29	7	4	2	2
1950	36	9	5	3	2
1951	43	13	6	4	2
1952	56	27	7	5	4
1953	71	27	10	5	4

Com êsses equipamentos as Patrulhas conseguiram realizar, de 1949 até 31 de outubro de 1953, os trabalhos constantes do quadro abaixo.

Anos	Lavradores atendidos	Área trabalhada	Horas de serviço	COLHEITA (em sacos)		
				Arroz	Trigo	Soja
1949	59	3.850 ha.	9.497	4.213	2.730	—
1950	225	8.240 "	23.474	8.944	5.337	—
1951	222	9.638 "	21.662	13.452	9.297	—
1952	314	10.632 "	29.531	10.615	7.192	—
1953	297	7.747 "	28.617	17.426	16.971	2.652 *
		40.107 ha.				
Totais	1.117		112.781	54.650	41.527	2.652

NOTA (*) — Faltam os dados referentes aos meses de novembro e dezembro.

Constam do quadro seguinte as rendas arrecadadas pelas patrulhas, desde a sua criação:

Anos	Renda em Cr\$
1949	468.973,70
1950	1.177.648,00
1951	1.488.799,00
1952	1.929.086,27
1953	2.127.018,20 *
TOTAL	7.191.525,77

* Até 31 de outubro.

Verifica-se, assim, que essas equipes motorizadas, no período de março de 1949 a outubro de 1953, trabalharam 112.781 horas de serviço efetivo em cooperação com 1.117 lavradores, em uma área de ..

40.107 hectares ou cerca de 16.570 alqueires paulista, fazendo, aração, gradagem, adubação, semeadura, capina, destoca, terraços, açudes, valas de drenagem, estradas etc., além da colheita de 54.650 sacos de arroz, 41.527 de trigo e 2.652 de soja.

A renda dos diversos serviços prestados nesse período atingiu o total de Cr\$... 7.191.525,77. Ela corresponde ao preço do trabalho-hora que o lavrador paga a título de indenização das despesas da máquina em operação de campo, inclusive amortização, variando êsse preço de desde Cr\$ 45,00 até Cr\$ 250,00, conforme o tipo, a potência e os implementos utilizados. Corresponde êsse pagamento, em realidade, a cerca de 50% da despesa feita pelo Ministério da Agricultura, incluindo o salário do pessoal técnico e auxiliar, trans-

porte do pessoal e material, construção de instalações, oficinas, etc..

Como se vê, a seguir, o custo médio por hectare, em relação às horas empregadas nas várias operações, foi bastante razoável no decurso de 1953, tendo-se em vista, principalmente, que o trabalho é exclusivamente de fomento à mecanização e não visa outro lucro senão o indireto através do substancial aumento da produção.

Aração	211,85	por ha.
Gradeagem	84,14	" "
Distribuição de adubos	41,47	" "
Semeadura	55,42	" "
Cultivo	55,42	" "
Colheita de arroz	8,14	por sacco
" " trigo	6,38	" "
" " soja	9,07	" "

Na instalação e manutenção das patrulhas motomecanizadas de São Paulo, despendeu o Ministério da Agricultura:

Anos	Total das verbas em Cr\$
1949	1.971.004,00
1950	2.562.834,70
1951	2.062.891,00
1952	4.351.000,00
1953	5.500.000,00
TOTAL	16.447.729,70

Essas dotações correspondem às seguintes despesas médias, por patrulha:

Anos	Despesas média por patrulha em Cr\$
1949 (*)	985.502,00
1950	1.281.417,35
1951	1.035.445,50
1952	1.087.887,50
1953	1.100.000,00

(*) A patrulha de Campinas funcionou somente nos meses de novembro e dezembro de 1949.

Curioso é observar que a despesa média por patrulha decresceu com relação ao ano de 1950, e isto, por falta de melhores recursos. Com maior número de patrulhas, maior quantidade de máquinas e maior custo de operação, porque os preços de tudo — combustíveis, lubrificantes, peças, mão de obra, etc. — elevaram-se de 20, 30 e até 50%, logicamente, os recursos fornecidos para o custeio das patrulhas deveriam vir num crescendo proporcional. Sob esse aspecto, não há como deixar de reconhecer, o Ministério da Agricultura tem descurado, não dando ao empreendimento toda a assistência que seria de de-

sejar, não só para poder acompanhar os aumentos de preços, como ainda, para permitir a ampliação das atividades, de acordo com as exigências locais, cada vez maiores.

É fácil imaginar as consequências oriundas dessa circunstância e daquelas inerentes às normas administrativas, que não veem permitindo o recebimento dos créditos no prazo hábil exigido pela própria natureza do trabalho. Já em 1953, em face da exiguidade das cotações recebidas, houve necessidade da instituição de um regime de economia, que não permitiu fossem alcançados os máximos efeitos. Faz-se mister, pois, que em 1954, sejam corrigidas tais deficiências, a fim de que a Seção de Fomento Agrícola, em São Paulo, possa conduzir os trabalhos a pleno ritmo e colhê-los, dessa feita, os resultados a que, mediante sua brilhante atuação, vem fazendo jus. Com isto, o Ministério da Agricultura firmará, definitivamente, o alto conceito que vem merecendo da lavoura paulista.

PINTURAS E DECORAÇÕES

Politécnica Ltda.

Revestimento

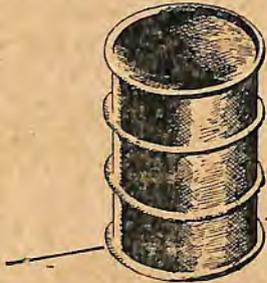
Av. Marechal Floriano, 21 - 1.º

and. — Tels.: 23-4691 — 43-6226

RIO DE JANEIRO

5,400

derivados de um simples
tambor de petróleo!



Parece uma história

das mil e uma noites: de

um simples tambor de petróleo sur-

ge o gênio criador da ciência para transfor-

mar o óleo bruto da terra em matéria prima in-

dispensável à fabricação de 5.400 produtos necessá-

rios à vida e à atividade do homem moderno! É tão

vertiginoso o progresso na indústria petrolífera que temos

a impressão de que se passaram séculos do dia em que o pe-

tróleo apenas iluminava as pequenas lâmpadas a querosene e

fornecia graxas para os motores. Hoje, graças às pesquisas, a

indústria manufaturada ampliou o campo de suas aplicações. Não

há setor da atividade humana em que o emblema SHELL não

esteja presente, colaborando para o conforto e o bem-estar dos

povos. E estamos apenas no começo... Dos estudos e pesquisas,

dos processos industriais que, dia a

dia, se aperfeiçoam na organização

SHELL, os seus técnicos afirmam que

novos produtos e novas apli-

cações surgirão ainda, sob

a inspiração de um em-

blema que aciona a en-

grenagem do progres-

so e abre novos ho-

rizontes através da

pesquisa, às conqui-

tas da Ciência.



SHELL BRAZIL LIMITED

Importantes conclaves para um amplo debate sôbre a economia cafeeira

O QUE FORAM A REUNIÃO CAFEEIRA NACIONAL PREPARATÓRIA, A V CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DO CAFÉ E O I CONGRESSO MUNDIAL DO CAFÉ, REALIZADOS EM CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 14 A 21 DE JANEIRO DE 1954

Especial para "A LAVOURA", pelo Engenheiro Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA, Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

GENERALIDADES

Realizaram-se em Curitiba, capital do Estado do Paraná, no período de 14 a 21 de Janeiro de 1954, três importantes conclaves para um amplo debate sôbre a economia cafeeira e problemas básicos da cafeicultura:

- 1 — A Reunião Cafeeira Nacional Preparatória, integrada pelos delegados das diferentes associações e entidades nacionais;
- 2 — A V Conferência Pan-Americana de Café, integrada pelos delegados dos países americanos;
- 3 — O I Congresso Mundial do Café, integrado pelos delegados dos países produtores e consumidores de café.

Em todos éles a Sociedade Nacional de Agricultura se fez representar por uma delegação integrada pelos seguintes elementos:

Eng. Agr. Julio Cezar Covelo — Chefe.
Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira — Delegado.
Classif. Fausto Norfini — Assessor.
Classif. Kylvio Ferreira — Assessor.

Releva salientar que os representantes da Sociedade Nacional de Agricultura acompanharam de perto todos os trabalhos dos três conclaves, tanto nas reuniões das comissões, como nas reuniões plenárias.

REUNIÃO CAFEEIRA NACIONAL PREPARATÓRIA

A Reunião Cafeeira Nacional Preparatória, na qual tomaram parte apenas os delegados brasileiros (delegados de associações e entidades nacionais), realizou três sessões plenárias, além das reuniões das três subcomissões designadas para o estudo das teses apresentadas.

Para o bom andamento dos trabalhos ficou constituída uma Comissão Geral, integrada pelos chefes das delegações das seguintes entidades:

Sociedade Nacional de Agricultura
Sociedade Rural Brasileira
Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo

Associação Comercial de Santos
Associação Paranaense de Cafeicultores
Confederação Rural Brasileira
Centro de Comércio de Café de Paranaguá
Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro
Associação Catarinense de Cafeicultores
Instituto Brasileiro do Café.

A Sociedade Nacional de Agricultura integrou esta comissão na pessoa do Eng. Agr. Julio Cezar Covelo, e a II Subcomissão de Estudos Agrícolas, pelo Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, que a secretariou.

A Reunião Cafeeira Nacional Preparatória estudou e debateu as seguintes teses:

Formação e restauração de culturas cafeeiras, pelo Eng. Agr. William Coelho de Souza;

Adubação do cafeeiro, pelo Eng. Agr. Herculanino de Godoi Passos;

A mão de obra e a imigração — O problema social na agricultura — A saúde do trabalhador rural — Eng. Agr. William Coelho de Souza;

Uniformização das estatísticas de café, de Teófilo de Andrade;

Proteção à palavra café — Idem;

Limitação dos direitos aduaneiros sôbre o café — Idem;

Seguro agrícola contra as geadas, sêcas e desastres climáticos — Idem;

Reserva para a cultura cafeeira dos solos a ela apropriados — Idem;

Reexportação do café — Idem;

Financiamento do café no interior, do Dr. Nilson Ribas, da FARP;

Adoção de método mais fidedigno de previsão de safras cafeeiras — Divisão de Estatística do IBC;

Quatro entraves na exportação do café, de Leonidas Castelo da Costa;

Produção e transporte, de Wilfrido Moraes;

Nomeação de uma comissão de estudo de ra-

cionalização do processo burocrático — Centro de Comércio de Café, de Paranaguá

Barreiras inter-estaduais — Centro de Comércio de Café de Santos;

Responsabilidade das empresas transportadoras de café, da Associação Comercial Santos;

História do Cafeeiro no Distrito Federal — William Coelho de Souza.

As teses acima, com pareceres favoráveis das respectivas comissões designadas para estudá-las, foram unanimemente aprovadas em sessão plenária da Reunião Cafeeira Nacional Preparatória.

V CONFERENCIA PAN AMERICANA DO CAFÉ

A V Conferência Pan-Americana do Café funcionou concomitantemente com o I Congresso Mundial do Café e contou com a colaboração de delegados dos seguintes países:

Brasil
Colômbia
Costa Rica
Equador
El Salvador
Guatemala
Haiti
México
Nicarágua
República Dominicana
Venezuela
Bolívia
Paraguai.

Para estudo das proposições apresentadas ao referido conclave foram constituídas as seguintes comissões:

- 1 — Comissão para estudo da situação do café no mundo;
- 2 — Comissão para estudo da estandarização das estatísticas cafeeiras, pesos, medidas, etc.;
- 3 — Comissão para estudo de questões de intercâmbio de informações técnicas cafeeiras entre os países produtores;
- 4 — Comissão para estudo da propaganda mundial do café;
- 5 — Comissão para estudar a criação de um órgão integrado pelos países produtores do hemisfério oriental e fomentar o consumo do café.

As comissões acima referidas foram integradas pelos representantes dos diversos países produtores:

Situação mundial do café:

Brasil
Colômbia
República Dominicana
El Salvador

Melhoramento e padronização das estatísticas sobre o café:

Brasil
Costa Rica
Equador

El Salvador

Intercâmbio de informações técnicas cafeeiras entre os países produtores:

Brasil
Costa Rica
Haiti
El Salvador

Propaganda mundial do Café:

Brasil
Colômbia
Costa Rica
Haiti
El Salvador

I CONGRESSO MUNDIAL DO CAFÉ

O I Congresso Mundial de Café foi integrado por congressistas dos seguintes países produtores e consumidores:

Alemanha
Estados Unidos da América
Argentina
Austrália
Austria
Bélgica
Bolívia
Brasil
Canadá
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Dinamarca
República Dominicana
Egito
El Salvador
Equador
Espanha
Finlândia
França
Grã Bretanha
Guatemala
Haiti
Indonésia
Itália
Japão
Líbano
México
Nicarágua
Países Baixos
Paraguai
Perú
Portugal
Suécia
Venezuela

Para chefiar a delegação brasileira foi unanimemente aprovada a indicação do Dr. João Pacheco Chaves, presidente do Instituto Brasileiro do Café, e como seus substitutos, os Drs. Coronel Paula Soares, do Instituto Brasileiro do Café; Iris Meimberg, presidente da Confederação Rural Brasileira; Luiz Toledo Piza, presidente da Sociedade Rural Brasileira, e Braulio Barbosa Ferraz, presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores.

Para emitir parecer sobre as teses apresentadas ao I Congresso Mundial do Café, foram cons-

tituidas quatro comissões, em substituição às 16 comissões anteriormente propostas pelo secretariado geral executivo.

As referidas comissões ficaram assim constituídas:

- 1.^a Comissão: Problemas técnicos.
 - 2.^a Comissão: Transportes e comércio.
 - 3.^a Comissão: Problemas sociais.
 - 4.^a Comissão: Estatística, etc.
- As comissões ficaram assim integradas:

1.^a Comissão:

Paraguai
Portugal
Venezuela
Costa Rica
Colômbia
Brasil
Espanha
Salvador

2.^a Comissão:

Bélgica
França
Salvador
Italia
México
Suécia
Colômbia
Países Baixos
Brasil

3.^a Comissão:

Guatemala
República Dominicana
Nicarágua
Japão
Perú
Áustria
Indonésia
Haiti
Brasil

4.^a Comissão:

Equador
Alemanha
Líbano
Grã Bretanha
Finlândia
Egito
Dinamarca
Áustria
Brasil
Suíça

As teses apresentadas, depois de amplamente debatidas nas respectivas comissões foram submetidas a plenário, onde sofreram novos debates e aprovadas as recomendações finais.

Entre outras, podemos destacar as seguintes recomendações aprovadas pelo I Congresso Mundial do Café:

R E C O M E N D A Ç Ã O

O Congresso Mundial de Café, reunido na cidade de Curitiba, de 18 a 21 de janeiro de 1954, Considerando que as previsões atinentes ao co-

mércio e particularmente ao consumo mundial de café têm por base as estimativas das safras;

Considerando que essas estimativas, em virtude de sua primordial finalidade, exigem o mais alto grau de exatidão, não devendo de forma alguma dar ensejo a dúvidas;

Considerando que o processo subjetivo de obtenção de informações, ora adotada por quase todos os países produtores, é susceptível de retificações que, na maioria das vezes, alteram fundamentalmente os dados iniciais;

Considerando que esse fato está evidenciando a necessidade da adoção de métodos mais convenientes;

Considerando que o método da amostragem, devidamente aplicado à Agricultura, veio aperfeiçoar o processo de coleta e apuração, possibilitando a redução da natural margem de erro;

Considerando que, de um modo geral a amostragem, de custo relativamente baixo, pode proporcionar resultados comparativamente melhores do que os obtidos por uma contagem completa, de ordinário mais dispendiosa e nem sempre exequível;

Considerando que a longa experiência de países mais desenvolvidos e as aplicações experimentais realizadas ultimamente com bons resultados, embora em regiões subdesenvolvidas, vêm demonstrando a viabilidade e a conveniência do emprêgo desse método em escala mais ampla;

Considerando que às Instituições Internacionais compete dar colaboração técnica no sentido de melhorar os resultados particularmente da estatística agrícola;

Considerando que, através de Centros de Demonstração, a Oficina Regional Latinoamericana de Estatística Agrícola, órgão da F.A.O., sediada em San José, Costa Rica, já vem difundindo a prática da amostragem na agricultura;

Considerando que a formação de técnicos em estatística virá beneficiar grandemente a economia cafeeira, em que se baseia a vida de vários países, bem como os demais ramos de agropecuária de alguma forma relacionado com o café;

Considerando ainda que esses benefícios forçosa e naturalmente serão maiores se os técnicos forem naturais dos países produtores,

R E S O L V E:

Recomendar aos países produtores de café que solicitem, quando necessário, às organizações internacionais assistência técnica, principalmente, com o fito de preparar especialistas nacionais destinados a levar a efeito, sob sua própria orientação e responsabilidade, campanhas de amostragem agrícola.

Recomendar a esses mesmos países o estudo para a adoção da amostragem, com aplicação de processos que se adaptem às condições peculiares dos respectivos territórios.

R E C O M E N D A Ç Ã O

Considerando:

1 — A importância do café na economia dos países que o produzem;

2 — Que as regiões onde se cultiva estão afetadas, em sua maior parte, por endemias, que minam a saúde dos trabalhadores e aumentam o índice de mortalidade;

3 — Que, por tais motivos, é urgente a defesa do capital humano destinado a esta atividade, au-

mentando seu índice de saúde e, em consequência, seu nível de vida e seu rendimento;

O Primeiro Congresso Mundial do Café

RESOLVE:

1 — Solicitar aos governos interessados que declarem de interesse primordial o saneamento das regiões cafeeiras.

2 — Recomendar aos governos dos países produtores de café, entidades oficiais e privadas e aos proprietários, que desenvolvam atividades coordenadas, no sentido de conseguir esse objetivo.

R E C O M E N D A Ç Ã O

Considerando, que, na época presente, de reivindicações trabalhistas, o problema da mão de obra no meio rural deve ser objeto de preocupações não só da parte dos poderes públicos, como das instituições especializadas e dos cafeicultores;

Considerando que o trabalhador rural não pode elevar o seu nível de vida tecnicamente com os salários que percebe em face do aumento desmesurado de preços;

Considerando que os agricultores devem colaborar para a solução do problema da mão de obra em suas propriedades, com os seus exemplos e a sua experiência, encaminhando a solução dos problemas dos demais.

O Primeiro Congresso Mundial do Café

RESOLVE:

Recomendar aos cafeicultores o seguinte:

I — Que contribuam, na medida de suas possibilidades para criar condições favoráveis de trabalho para o trabalhador rural;

II — Que promovam o desenvolvimento da agricultura, apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura e outras atividades entre seus trabalhadores, proporcionando-lhes os meios e a instrução técnica para que possam dedicar-se, de acordo com o tempo disponível, a tais atividades, a fim de elevar seu nível;

III — Que fomentem uma ampla ação educativa de caráter técnico-social, orientada no sentido da integração do homem do campo na vida moderna, em seus aspectos econômico, higiênico e cultural;

IV — Que intensifiquem essa ação educativa por meio do rádio, do cinema e de outros recursos que tendam a orientá-lo objetivamente.

R E C O M E N D A Ç Ã O

Considerando que há países nos quais ainda não existe legislação trabalhista que regule de forma equitativa as relações de trabalho entre proprietários e trabalhadores rurais, e que aquela é necessária para evitar conflitos que possam provocar perturbações de caráter social,

O Primeiro Congresso Mundial do Café

RESOLVE:

Recomendar a tais países que estudem as possibilidades de aplicar as leis que regulem essas relações.

R E C O M E N D A Ç Ã O

Considerando que o problema social rural, pela sua complexidade, exige o esforço da comunidade;

Considerando que não se pode atribuir exclusivamente aos proprietários rurais a responsabilidade na solução de tal problema;

Considerando que somente pela coordenação dos esforços dos setores integrantes de toda a comunidade se pode alcançar este objetivo;

Considerando que para levar a cabo programas de melhoramento da vida rural é indispensável realizar apreciáveis inversões, que requerem facilidades de crédito próprias para este fim,

O Primeiro Congresso Mundial do Café

RECOMENDA:

I — Que se crie um sistema de crédito a longo prazo e baixos juros, nas entidades de inversão e de fomento econômico para financiar especificamente toda iniciativa de bem-estar rural.

II — Que esse financiamento seja aplicado na construção e manutenção de centros sociais rurais, escolas, centros de saúde, saneamento e melhoramento da dieta do homem do campo.

R E C O M E N D A Ç Ã O

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que o consumo mundial de café tem crescido de maneira lenta mas segura;

Considerando que a produção, sobretudo depois das secas e geadas que atingiram o Brasil, a partir de 1942, não está a acompanhar aquele ritmo de crescimento, pois, desde 1945, que está sendo superada pelo consumo;

Considerando que o café é uma planta nobre, de "habitat" limitado e que exige clima, altitude e determinadas qualidades de solo para bem desenvolver-se;

Considerando que não são muitos, nas zonas já penetradas ou colonizadas pelo homem, os solos que se podem explorar no plantio do café,

RECOMENDA aos países produtores a adoção de providências no sentido do equilíbrio entre a produção e o consumo disciplinando o plantio de forma a serem escolhidas as áreas ecologicamente mais favoráveis, práticas racionais de cultivo, tudo no sentido do barateamento do custo de produção.

R E C O M E N D A Ç Ã O

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que as atividades agrícolas, nos países altamente desenvolvidos, já se estão beneficiando da instituição do seguro, que cobre, desde muitíssimos anos, as atividades econômicas do homem e as suas fontes de riqueza contra a destruição pelos riscos permanentes ou aleatórios a que estão sujeitas;

Considerando que o café, como lavoura perene que é, tem gastos permanentes e obrigatórios, a serem cobertos pela produção que as safras, em média, deve proporcionar;

Considerando, porém, que as atividades agrícolas cafeeiras, além dos riscos normais de boa ou má safra, de bom ou mau mercado, estão sujeitas a riscos absolutamente imprevisíveis, quais sejam os de geadas, nas zonas sub-tropicais, de secas nestas e nas zonas tropicais de cultivo, e outras calamidades, como enchentes ou tufões;

Considerando outrossim, que a instituição do seguro das lavouras cafeeiras a fim de evitar a falência dos fazendeiros ou o abandono das plantações, em caso das calamidades acima referidas, com grave prejuízo para a economia nacional;

RECOMENDA que, nos países em que o ins-

tituto do seguro não esteja por tal forma desenvolvido, que o mesmo possa ser feito por empresas particulares, promova o governo, diretamente, ou através de autarquias ou instituições para-estatais, aquele seguro, mediante taxas módicas, fixadas por cálculo atuarial;

RECOMENDA ainda que o seguro, feito de uma ou de outra maneira, seja sempre voluntário, recaindo o seu ônus exclusivamente sobre os assegurados.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial de Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que a República do Paraguai incorpora-se, rapidamente, entre os países produtores de café;

Considerando que os métodos de cultivo atualmente empregados restringem suas diminutas reservas em solos apropriados à cultura cafeeira, e

Considerando que a adoção de medidas adequadas a melhoria daqueles métodos seria do interesse dos países consumidores,

RECOMENDA ao governo do Paraguai que estude a possibilidade de adotar os métodos de cultivo do café empregados na Colômbia, Guatemala e Salvador, a fim de, pela cultura em meia sombra preservar e defender o solo e a floresta, bem como adotar medidas sanitárias tendentes a evitar a introdução de pragas e moléstias específicas do café em seu território.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que as investigações históricas realizadas com relação à possibilidade de ter sido a introdução do café no Estado de Mato Grosso, Brasil, verificada em época anterior a sua exploração em terras do Estado de São Paulo, Brasil, e

Considerando que a divulgação dos dados já coligidos será de utilidade e interesse para os estudiosos da matéria, contribuindo, igualmente, para a elaboração de uma História do Café baseada nos elementos que resultam da pesquisa e análise histórica,

RECOMENDA a publicação nos Anais do Primeiro Congresso Mundial do Café do trabalho apresentado pela Delegação do Brasil sobre a introdução do cultivo do café no Estado de Mato Grosso, Brasil.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que é de maior relevância o esclarecimento das causas que provocam as oscilações periódicas das cotações do café no mercado mundial;

Considerando que os estudos e inquéritos realizados constituem valioso subsídio para a análise e melhor compreensão de tais fenômenos,

RECOMENDA a divulgação entre os Membros do Congresso Mundial do Café da tese apresentada pela Delegação do Brasil, relativa à orientação futura de uma política cafeeira mundial.

RECOMENDAÇÃO

O Primeiro Congresso Mundial do Café, Curitiba, Brasil,

Considerando que a introdução e cultivo do café na Cidade do Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brasil, constitui um dos mais importantes capítulos da História do Café no mundo;

Considerando que o café, depois de haver sido introduzido no Brasil em 1727, nos atuais Estados do Pará e do Maranhão, ali prosperou cerca de dez

Considerando que o café auxilia o homem em sua vida de trabalho, pois além de ajudá-lo a vencer as vigílias, serve-lhe também com alimento de poupança;

Considerando que a sua expansão, porém, vem sendo obstada pela política fiscal de muitos países consumidores que abusam da sedução da infusão sobre os consumidores, taxando-a com impostos de importação e de consumo que, não raro, chegam a várias vezes o valor F.O.B. da mercadoria;

Considerando ainda que os países produtores de café, são, na sua maior parte, grandes consumidores de artigos industriais dos países importadores do café, aos quais geralmente aplicam, de maneira indiscriminada, a cláusula de nação mais favorecida, quando não lhe dão tratamento preferencial, através de acórrpos específicos, e, por esta forma, colocam em pé de igualdade, perante as suas alfândegas as mercadorias procedentes dos referidos países industriais, sejam quais forem as taxas ou impostos que imponham ao café.

Considerando ainda que não é justo que o fisco do país consumidor aufera maior renda de um produto agrícola que o país produtor.

RESOLVE:

RECOMENDAR que os impostos aduaneiros e de consumo e mais taxas cobradas sobre o café, nos países consumidores, de forma alguma venham, em seu total, a ser superiores a 10% ao preço F.O.B. da mercadoria;

RECOMENDAR ainda que os países produtores, quando negociarem acordos e tratados de comércio, exijam o reconhecimento da limitação supra.

RECOMENDAÇÃO

O Congresso Mundial do Café, reunido na cidade de Curitiba, Brasil, entre 14 e 22 de janeiro de 1954.

Considerando que uma das causas do desequilíbrio dos preços do café tem sido a reexportação por países não produtores:

Considerando que tal reexportação somente é possível em virtude de manipulações cambiais;

Considerando que tais negócios resultam em grandes prejuízos para os países produtores que ficam desfalcados das divisas que lhes adviriam da exportação para aqueles mercados de moeda forte;

Considerando que também ao comércio dos países consumidores interessa vitalmente a eliminação desses fatores de distúrbio do mercado cafeeiro.

RESOLVE:

RECOMENDAR aos países produtores que, ao

firmarem acôrdo de comércio, incluem nos mesmos dispositivos que coibam, de forma definitiva, a reexportação do café para países que mantenham relações comerciais com a nação produtora.

R E C O M E N D A Ç Ã O

A Segunda Comissão do Congresso Mundial do Café reunida no dia 19 de janeiro de 1954, considerando:

Que a propaganda de café é de grande alcance para o desenvolvimento do consumo;

Que tendo sido feita por meios científicos e apropriados deu os melhores resultados na América do Norte;

Que, embora na Europa o consumo seja estacionário desde alguns anos, nem por isso se deveria descuidar do desenvolvimento do consumo, ou mesmo da luta pela sua permanência por meio de um propaganda adequada.

1.º) Que seja considerada como um dos pontos básicos da economia cafeeira a expansão do café no Mundo pela propaganda.

2.º) Que se deveria iniciar estudos, com a observação própria das condições peculiares a cada país, a fim de que a propaganda se organizasse tendo em vista condições do meio e do tempo.

3.º) Que o financiamento da propaganda deveria ser feito com a cooperação dos países produtores e possivelmente com a cooperação dos países consumidores, por intermédio das associações especializadas.

4.º) Que, se os resultados do Bureau Pan-Americano são encorajadores porque têm cooperado para o desenvolvimento do consumo de forma ntável na América do Norte, tais resultados deveriam ser apreciados nos estudos para a propaganda na Europa.

5.º) Que seria de grande alcance para o desenvolvimento da economia dos países produtores que o Bureau Pan-Americano extendesse a sua ação à Europa quando isso fôsse possível.

R E C O M E N D A Ç Ã O

Considerando a necessidade e a conveniência de que haja uma indicação do peso para embalagem e da unidade de base de venda,

Resolve o seguinte:

1.º) Que sejam feitos estudos nos países produtores e consumidores no sentido de se chegar a um comum acôrdo sobre a unidade básica de peso.

2.º) Igualmente, seria de conveniência que se estabelecesse de forma geral a unidade de preço correspondente à unidade de peso.

Considerando que a introdução do café na Cidade do Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brasil, constitui um dos mais importantes capítulos da História do Café no mundo;

Considerando que o café depois de haver introduzido no Brasil em 1727, nos atuais Estados do Pará e do Maranhão, ali prosperou cerca de dez anos, sendo mesmo exportado para Portugal, deslocando-se então o seu plantio para terras meridionais do país, quando foram plantadas as primeiras mudas na Cidade do Rio de Janeiro;

Considerando que aquelas mudas de café deram origem aos cafezais que hoje fazem a riqueza de extensas áreas do território brasileiro;

Considerando que a Cidade do Rio de Janeiro

representa, assim, o marco inicial do grande ciclo do café que começa no século XVIII e constitui, ainda em nossas dias, a base em que se assenta o sistema econômico brasileiro

RECOMENDA a publicação ilustrada, nos Anais do Primeiro Congresso Mundial do Café, do estudo apresentado pela Delegação do Brasil relativo à História do Café na Cidade do Rio de Janeiro.

R E C O M E N D A Ç Ã O

O Congresso Mundial de Café, reunido na cidade de Curitiba, Brasil, entre 14 e 22 de Janeiro de 1954,

Considerando que o café, por se haver tornado, graças às suas nobres e benéficas qualidades, artigo indispensável à dieta do homem civilizado, enfrenta, como um dos mais graves impecilhos à sua expansão, a concorrência pouco leal dos sucedâneos ou de misturas de café com êle feitas, que se acobertam para o público sob o nome do produto genuíno;

Considerando que essa circunstância representa uma fraude não só contra o produtor, mas também contra o consumidor, que é induzido a servir-se, como se café fôsse, de vulgares tisanas, sem as nobres qualidades de aroma e sabor do produto legítimo e, o que é mais grave, destituídas das suas notáveis e comprovadas propriedades, benéficas ao organismo humano;

Considerando que a ruína do paladar do consumidor, causada por essas manipulações, diminui o consumo do produtor legítimo;

Considerando que os produtores têm o indiscutível direito de exigir daqueles com que mantêm intercâmbio, como o mínimo que lhes é justamente devido, que o nome de tão nobre produto não seja usado para acobertar a concorrência desleal que lhes é feita por sucedâneos ou misturas de qualquer espécie, mesmo aquelas em que entra o café;

Considerando que é de toda a conveniência que a palavra CAFÉ corresponda em toda a parte um só e único sentido e que deve a mesma constituir-se em designação privativa das sementes do cafeeiro e dos produtos delas exclusivamente obtidos, em estado de absoluta pureza;

Considerando que o adicionamento ao café de qualquer outro produto ou substância, antes, durante e depois da torração, mesmo a título de industrialização, é o suficiente para caracterizar o produto assim obtido como sucelâneo ou mistura;

Considerando que denominações enganadoras, destinadas a induzir em erro os consumidores, têm sido usadas, em que, quando não se faz referência direta à palavra CAFÉ, são empregadas palavras compostas ou de fantasia que a fazem lembrar, ou ainda, em que figuram o nome de países produtores, ou de regiões sabidamente produtoras, para acobertar tais sucedâneos ou misturas,

RESOLVE:

RECOMENDAR aos países produtores, que, além de os consagrarem na própria legislação, exijam dos países consumidores com que celebrem acôrdos e tratados de comércio, a adesão e o respeito estrito aos seguintes princípios:

a) — a palavra CAFÉ constitui, no comércio em grosso ou a retalho, usada no idioma próprio do país ou em qualquer outro, vivo ou morto, designação privativa das sementes do cafeeiro ou do

produto delas exclusivamente obtido, em estado de absoluta pureza, seja qual for a base da sua elaboração, para entrega ao consumo (café cru, torrado, moído ou solúvel) admitidos apenas os defeitos intrínsecos ou extrínsecos próprios ao produto;

b) — é vedado o uso de denominação em que entre a palavra CAFÉ, literal ou aproximadamente, sob qualquer pretexto ou forma de apresentação, ainda que em vocábulo composto ou de pura fantasia, ou como resultante de composição gráfica, para a designação de sucedâneos ou misturas, mesmo que o café entre em sua composição;

c) — é vedado, igualmente, o uso de denominação que seja consituída, no todo ou em parte, pelo nome do país ou países produtores, com o intuito de inculcar como café qualquer espécie de sucedâneo ou mistura considerando-se como reve-

lador de tal intuito o uso dessas denominações para qualquer produto que se preste ao preparo de infusões que possam ser usadas em lugar do café legítimo ou aquelas que são obtidas pelo adição ao café, antes, durante ou depois da torração ou da sua manipulação para fazer o pó solúvel, de qualquer matéria ou substância, mesmo a título de industrialização.

RECOMENDAÇÃO

O Congresso Mundial do Café, reunido na cidade de Curitiba, Brasil, entre 14 e 22 de janeiro de 1954,

Considerando que o café é um dos mais nobres produtos de consumo do mundo, aconselhado pelos médicos e assistentes sociais, que veem nêlo um dos mais eficientes instrumentos de combate ao alcoolismo;

Moinho Santa Helena

Rua Anes Dias, 21 — Santíssimo, D. F.

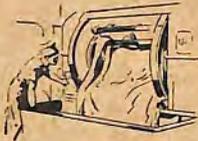


Rações de alta eficiência

UM ALIMENTO IDEAL PARA CADA FASE DA VIDA DE UM ANIMAL, DE ACÔRDO COM OS PADRÕES DE NUTRIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS NORTE-AMERICANO

ESCREVAM PEDINDO CATÁLOGOS

Uma organização identificada com a economia do país



Participando ativamente da vida econômica brasileira há mais de 22 anos, a Standard Brands of Brazil, Inc. contribui para o desenvolvimento de setores ligados às suas atividades.

Com duas fábricas instaladas para a produção dos fermentos Fleischmann, utilizados pela maioria dos panificadores, bem como dos produtos Royal, tradicionais nos lares brasileiros, a Standard Brands of Brazil, Inc. mantém ainda cursos gratuitos de aperfeiçoamento, destinados aos profissionais interessados em produzir pão melhor e mais saudável, assim concorrendo para elevar os padrões de nutrição do povo.



Dedica, ainda, a companhia especial atenção ao café brasileiro, como um dos seus grandes exportadores para os Estados Unidos, e concorre para o aprimoramento da qualidade do produto, com a descoberta, em seus laboratórios, do Benefax, empregado no beneficiamento do café por um número crescente de produtores.

Identificada com a economia brasileira, a Standard Brands of Brazil, Inc. procura ser um elemento dinamizador, uma força viva ao serviço do progresso da Nação.



Standard Brands of Brazil, Inc.

FERMENTO FLEISCHMANN - FERMENTO EM PÓ ROYAL - PUDINS ROYAL
GELATINAS ROYAL - GELATINA ROYAL NATURAL EM PÓ - MÓLHO SAROMA
CHÁ TENDER LEAF - BENEFAX

Rio de Janeiro · São Paulo · Santos · Campinas · Ribeirão Preto · Pôrto Alegre · Pelotas · Santa Maria · Florianópolis · Curitiba · Belo Horizonte
Juiz de Fora · Campos · Vitória · Salvador · Recife · Fortaleza · Belém.

FÁBRICAS EM PETRÓPOLIS E JUNDIAÍ

Polígono das secas

Em reunião conjunta da Diretoria e do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura, o Presidente Prof. Arthur Torres Filho proferiu as seguintes palavras sobre o **Polígono das Secas e sua recuperação econômica**.

Muitos dos nossos estadistas no Império e na República se têm ocupado com a construção de vultosas obras hidráulicas na região hoje designada por **Polígono das Secas**, compreendendo os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, abrangendo uma área de setecentos mil quilômetros quadrados, com tendência para experimentar aumento...

A Sociedade Nacional de Agricultura, que há 56 anos pauta sua orientação pela defesa dos **interesses agrícolas do País**, sempre teve incluído em seu programa de atividades o amparo à riqueza agrícola do Nordeste representando fator de relevante importância para a economia nacional. Não poderia, portanto, deixar de estar presente neste momento, quando se concretiza o planejamento de obras do Governo Federal, destinado a promover a recuperação econômica dessas regiões, atingidas periodicamente pelo fenômeno das estiagens. Recordo, agora, as diretrizes traçadas pelo Congresso de Engenharia e Indústria de 1946.

Segundo o princípio estabelecido pelo II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria de 1946, a planificação do País deverá ser realizada "de forma a permitir a plena cooperação de todas as atividades e promover o mais alto grau de segurança econômica do indivíduo, com a **máxima garantia de sua liberdade dentro dos princípios democráticos**".

Melhor demonstração de sadia preocupação da localização do denodado lavrador nordestino na própria região flagelada pelas estiagens não poderíamos ter o que a criação pelo Decreto N.º 14.102, de 17 de março de 1920 da "**Caixa de Obras de Irrigação das Terras Cultiváveis do Nordeste**", visando permitir, dentro de lineamentos seguros, a construção de grandes obras hidráulicas de engenharia destacam-se, dentre outras, as figuras de Arrojado Lisboa, Palhano de Jesus e Luiz Augusto Vieira, promovendo a realização de planos de obras hidráulicas e de comunicações ferroviárias e rodoviárias.

Devo declarar que, desde 1920, quando no governo do grande Presidente Epitácio Pessoa fui honrado pelo seu inolvidável Ministro da Agricultura Engenheiro Ildefonso Simões Lopes para organizar e dirigir o Fomento Agrícola Federal, confiei a direção das pesquisas técnicas e sociais nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba aos dedicados

agrônomos Antonio de Arruda Camara e Diogenes Caldas, desde então ficamos identificados com os problemas agrícolas dessas regiões do Nordeste e nunca mais deixamos de acompanhar a evolução de suas economias até que, em 1932, em situação calamitosa, como a que ainda atravessamos, tive contato com o eminente Ministro da Viação dessa época, o distinto brasileiro Dr. José Américo de Almeida e consultado lhe pude expor, com toda a lealdade, o meu parecer sobre os aspectos propriamente agrícolas da região nordestina. Ocorrências imprevisíveis sobrevieram naquela época, que impossibilitaram o Ministro de executar integralmente os elevados e profícuos objetivos que estivera posto em prática em prol da economia agrícola com a colonização de terras irrigáveis a jusante dos açudes. Mas ficou assinalada a atuação do Ministro com a criação dos "Serviços Complementares das Obras Contra as Secas", que imprimiram sentido novo às Obras de Açudagem e, por rara felicidade, surge a frente dos mesmos o saudoso agrônomo José Augusto Trindade que soube orientar de modo magistral esses serviços em estreita e dedicada colaboração com os engenheiros civis; e foi assim que em 1939, quando o Presidente Getúlio Vargas constituiu a Comissão Interministerial de que fizemos parte juntamente com os engenheiros Luiz Vieira, Inspetor das Obras Contra as Secas, Megallio Rodrigues e José Augusto Trindade, essa Comissão pôde, com os conhecimentos que possuía e com a valiosa documentação técnica posta à sua disposição, elaborar o projeto que foi entregue ao Presidente Vargas em 4 de dezembro de 1940, projeto esse em que se traçou o aproveitamento sistêmico das terras irrigáveis e sua colonização com a formação de núcleos de imigrantes, dentro dos ensinamentos técnicos mais avançados da época, não só dos estudos de clima e solo como dos fatos sociais registrados; evitar-se-ia o deslocamento das populações vítimas do flagelo das calamitosas estiagens. E bem certo, e disso temos a plena convicção, de que se esse projeto da Comissão de 1940 tivesse tido ao menos início de execução não teríamos em 1952, prolongando-se até 1953 numa dolorosa contingência, a repetição da crise de 1932, e com os mesmos aspectos desta, a qual, por sua vez, fôra a repetição da eclodida em 1930.

Na entrevista dada ao "O Jornal", em 17 de junho de 1932, dizia o então Ministro José Américo: tinha recomendado de modo inflexível à Inspetoria de Obras Contra as Secas para que "exigisse como condição imperável para a construção de açude público, a existência de boas terras irrigáveis".

Assinalo com satisfação haver a Comissão Nacional de Política Agrária do Ministé-

rio da Agricultura submetido ao Sr. Presidente da República "projeto de Irrigação do Polígono das Sêcas", no qual preconiza, em seus lineamentos, a formação de núcleos de colonização com base na irrigação das terras por que importará na fixação do denodado lavrador nordestino e, portanto na recuperação econômica de vasta extensão territorial da mais alta importância para a Economia Nacional, como reconheceu a Carta Magna em seu Art. 198. A criação do Banco do Nordeste com a feliz coincidência de se encontrarem à testa dos Ministérios da Agricultura e da Viação dois ilustre homens públicos, perfeitos conhecedores dos problemas econômicos e sociais da região abrangida pelo Polígono das Sêcas, são fatos os mais auspiciosos para a Nação Brasileira. A Sociedade Nacional de Agricultura, como sempre, estará pronta a prestar sua colaboração aos poderes governamentais e à laboriosa classe rural compreendida na extensa região de relevante importância econômica para a nacionalidade.

Na opinião, por todos os títulos digna do maior acatamento de todos os brasileiros, do eminente Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Vice-Presidente da Camara Federal de Deputados, antigo Governador do Rio Grande do Norte, ilustre filho daquele Estado, do exame feito com observação cuidadosa do fenómeno das sêcas e a evolução das idéias a respeito do seu solucionamento "não se fica mais na unilateralidade das barragens. Estas, continuam a ser o ponto principal, a vigamestra, mas o problema demanda um conjunto de providências outras, complementares e convergentes com aquela, constituindo uma verdadeira política — a política das sêcas". E acrescenta o eminente brasileiro: "Educação econômica da população para viver na região e utilizar eficientemente os seus recursos naturais, crédito cooperativista, transporte, defesa de certos vegetais que ali vivem e se desenvolvem, a despeito das longas estiagens, não sei quantas medidas outras podem e devem ser tomadas em bem dos que no Nordeste nasceram e do Nordeste não querem sair".

Ao se expressar assim, soube o grande patriota interpretar o sentimento nacional que anseia pela recuperação econômica da rica região e ambiciona vê-la aparelhada contra os malefícios das estiagens periódicas.

Atendemos ainda nos seguintes conceitos do Professor José Guimarães Duque, agrônomo ilustre e estudioso chefe do Serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, no seu magnífico trabalho sobre o Polígono das Sêcas intitulado "Solo e Água": "A aridez, ainda que limite o desenvolvimento vegetal, proporciona, contudo, muitas vantagens importantes: salubridade, abundância de plantas xerófilas de alto valor industrial, colheitas de produtos não possíveis nas regiões chuvosas, clima próprio ao desenvolvimento da pecuária, facilidade para a construção e conservação de vias de comunicação e de permitir, pela variação de elementos físicos e fatores biológicos, a formação de regiões de coloração agrícola e mineral diversificada".

Como o saudoso colega José Augusto

Trindade e com continuador da obra daquele abnegado brasileiro, José Guimarães Duque é um entusiasta no Nordeste e demonstra com seus estudos e resultados econômicos que temos subestimado o Nordeste por sua posição privilegiada no Hemisfério Ocidental e que a perspectiva de sua riqueza depende da conservação dos recursos naturais: solo, água, flora e fauna. E com a sua visão de técnico e profundo conhecedor do meio, Guimarães Duque declara: "Escasseiam dados numéricos sobre agrologia, zoologia, química vegetal, estatística dos recursos naturais, etc., que possibilitem melhor conhecimento do que temos e o que podemos fazer".

Como em 1932 dizia ao então Ministro da Viação Dr. José Américo, a recuperação econômica do Nordeste, que é a questão crucial, como a do próprio Brasil depende da pesquisa porque só ela poderá fornecer as diretrizes seguras, como tão bem compreendia o saudoso Agrônomo Fernando Costa, quando planejou institutos agrônômicos para as regiões geo-econômicas do nosso País.

Muito podemos confiar na plena recuperação do Nordeste com o muito que já se fez e se está fazendo desde que seja estabelecido um planejamento econômico dentro de sadios princípios democráticos.

H I M E

COMERCIO E INDUSTRIA S. A.

RUA TEÓFILO OTONI, 52

RIO DE JANEIRO

Caixa Postal 593 — End. Telegráfico
"EFRR"

Telefone 23-1741

F E R A G E N S

Fabricantes

Importadores

Exportadores

Depósito de Ferro, Aço e Metais

Rua Sacadura Cabral Ns. 108 a 112

Telefones: 43-6282 e 43-0396

Todo o CAFÉ que você produzir poderá ser de ALTA QUALIDADE

Depois de longas experiências, foi criado, pelos cientistas da Standard Brands, Inc., um produto que eleva a percentagem de café de superior qualidade. Este produto chama-se BENEFAX. É um pó à base de enzimas, que torna mais rápida a digestão da mucilagem ou mel do café. Usado de maneira adequada, BENEFAX proporciona as seguintes vantagens:

1. Controla a fermentação, possibilitando a padronização de um tipo de café superior em todas as safras.
2. Reduz o tempo de fermentação para seis a oito horas: pode-se, no mesmo dia, colher, despolpar e fermentar o café, deixando-o em condições de ser levado para os secadores.
3. Porque acelera o processo de fermentação, BENEFAX evita o congestionamento dos tanques na força da safra, aumentando-lhes dessa forma a capacidade, sem despesas para sua ampliação.

Empregue
BENEFAX
no tratamento do
café em cereja e
obtenha melhores
cotações
no mercado!



IMPORTANTE!

1 Kg. de BENEFAX dá para 400 Kgs. de café despolpado. 1m³ equivale a 850 Kgs.



de café despolpado e exige 2,125 Kgs. de BENEFAX.

Deve-se remover o excesso de água do café despolpado antes de misturá-lo. Misture-se bem.

MANTENHA Benefax bem fechado na sua embalagem original, a fim de preservá-lo da umidade. Assim ele conservará melhor suas propriedades.

PARA MAIORES DETALHES
DIRIJA-SE A
**STANDARD BRANDS OF
BRAZIL, INC.**

CAIXA POSTAL 3215
RIO DE JANEIRO

A STANDARD BRANDS, INC. É UM DOS MAIORES COMPRADORES DE CAFÉ BRASILEIRO NOS ESTADOS UNIDOS.

O crédito agrícola cooperativo

Por FÁBIO LUZ FILHO

Em "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*" ponho nitidamente em relevo que os métodos de ação solidária substituirão, irrecusavelmente, a pouco e pouco, a atual organização econômica e conduzirão à regularização lógica e paulatina da vida, no plano universal.

Friso como a modificação que esses métodos estão introduzindo na estrutura econômica do mundo, já deixa entrever as bases fecundadas da nova ordem de coisas que substituirá a atual, impotente para dar solução aos problemas angustiantes que tem diante de si, em equações que estonteiam.

Homens como *Mac Donald* já haviam dito que as verdades axiomáticas que o cooperativismo proclama constituem as chaves únicas capazes de nivelar as relações econômicas entre indivíduos e nações, alvorada de um mundo novo.

O cooperativismo, racionalizando a produção, a distribuição, a circulação das riquezas, tem os seus postulados de pé em meio à voragínosa borrasca política e econômica que avassala o mundo, criando uma atmosfera enervante de cruciantes incertezas.

Nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, na Argentina, etc., as cooperativas de trigo, entre outras organizações, levaram à comercialização das respectivas produções cerealistas. As redes de elevadores cooperativos já são, nesses países, verdadeiro símbolo da emancipação futura de seus agricultores, intensificando, valorizando, racionalizando a sua produção agrícola livrando-os das garras dos intermediários, ajustando as atividades agrícolas ao seu verdadeiro ritmo.

Como forma de organização econômica teve o cooperativismo a sua prova de fogo durante as duas guerras e no não menos tremendo pós-guerra. Dessa fornalha de miséria e ódios, saiu triunfante, acenando com o lábaro da paz e da solidariedade à humanidade sacrificada e levada a esses conhecido graus de desespero agônico, ao péso da exploração e do infortúnio.

As organizações cooperativas centrais da Inglaterra, Rússia, Finlândia, Áustria, Tchecoslováquia, Suécia, Alemanha, Dinamarca (um dos países mais cooperativados do mundo), etc., etc., são a cúpula de um comércio ideal, levando à comercialização sobre base mútua, estabelecendo a defesa da produção econômica pelos próprios produtores livremente associados, pondo-a em harmonia com as necessidades dos consumidores.

O financiamento do agricultor pelas sociedades cooperativas de crédito agrícola é o sistema vitorioso no mundo, pelo conhecimento local das condições do trabalho agrícola e da técnica e da economia da agricultura que possuem os seus dirigentes, representantes diretos dos agricultores, e por eles voluntariamente eleitos.

Na França, a "Caisse Nationalade de Crédit Agricole" é a financiadora das caixas rurais, e das cooperativas agrícolas. Financia as caixas locais através das caixas regionais. Estabelece ela um sistema de crédito inteligente, simples e prático, tornando o crédito agrícola uma realidade na França. E funciona também como caixa de compensação. Graças ao seu influxo, é grande a floração das caixas rurais e das cooperativas agrícolas na França.

E, assim, em todos os países cultos, é preocupação dominante dos homens de visão incrementar o espírito de associação entre produtores e consumidores como elemento vital de emancipação.

Na Tchecoslováquia, Finlândia, Rússia, Polônia, Dinamarca, Alemanha (que antes da guerra, possuía 20.410 caixas rurais Raiffeisen, com 1.770 milhões de marcos de depósitos), tinha e tem a sua força cooperativa raízes numa organização sólida e independente, residindo o segredo do sucesso das cooperativas de crédito justamente nesse caráter local e pessoal do crédito agrícola cooperativo, o qual, primordialmente, objetiva, a obtenção de capital mobiliário, morto ou vivo, e a de capitais circulantes.

É o *crédito pessoal* baseado na solidariedade econômica, na salvabilidade do agricultor, na confiança mútua, garantias melhores que a garantia material da terra, que *Charles Gide* reputa odiosa, de vez que tira à palavra *credere* o seu belo sentido de confiança e de fé na solvabilidade do agricultor, pois é, etimologicamente, um ato de fé.

Société de Sucreries Brésiliennes

USINAS DE AÇÚCAR E
DE ALCOOL.

ESTADO DE SÃO PAULO:
Piracicaba — Vila Raffard —
Pôrto Feliz

ESTADO DO RIO (Campos):
Cupim — Paraíso

Com refinarias próprias

Escritório Central: SÃO PAULO
Rua Barão de Itapetininga, 88
— 9.º — Telefone: 34-4165

Escritório no
RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 18 - salas 801/4
Telefone: 23-2481

Fabricação de Açúcar de
tôdas as qualidades

Alcooes Industriais e Anídeos

USINAS DE AÇÚCAR E
DE ALCOOL.

COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA "ACESITA"



Ferramentas Agrícolas

SUPERIOR QUALIDADE
GARANTIA ABSOLUTA



ENXADAS CALÇADAS
Estreitas
2 - 2,1/2 e 3

ENXADAS CALÇADAS
Largas
2 e 2,1/2



ENXADINHAS CALÇADAS
2

ENXADÕES
de Aço Inteiroço
3 e 3,1/2



MACHADOS
3,1/2

ENDEREÇOS:

SEDE:

Rua Visconde de Inhaúma, 134 - 11.º and.
Fone: 23-1844

USINA SIDERÚRGICA:

Acesita — E F V M — Est. Minas Gerais

ESCRITÓRIOS EM:

S. Paulo — Belo Horizonte — Vitória



Tradição

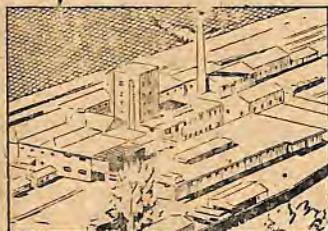
Surgida há quase um século na Suíça, por obra de Henri Nestlé, pioneiro da dietética infantil, a Organização Nestlé iniciava as suas atividades industriais no Brasil em 1920, para onde trouxe capitais e valiosa experiência. A primeira fábrica, montada em Araras, no Estado de São Paulo, seguiu-se, em 1937, a de Barra Mansa, no Estado do Rio, e em 1946, a de Araraquara. E mais tarde, ao mesmo tempo em que eram ampliadas as instalações já existentes, a fim de permitir trabalhar diariamente vastas quantidades de leite fresco, levantavam-se as bases de uma nova fábrica, em Pôrto Ferreira, Estado de São Paulo, fábrica essa já em funcionamento.

Os PRODUTOS NESTLÉ cuja fabricação e venda no Brasil estão a cargo da COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES, alcançaram, desde o início, elevado padrão de qualidade, constituindo, hoje, a base da alimentação de grande parte de crianças brasileiras.

Os PRODUTOS NESTLÉ preenchem, assim, elevada função social, estimulando, outrossim, a produção agro-pecuária (mais de 5.000 produtores lhe fornecem leite direta ou indiretamente) e contribuindo para o desenvolvimento de toda uma série de outras atividades econômicas, além de dar emprego a inúmeros empregados e operários.

É interessante frisar, a este respeito, que do valor de cada lata de seus produtos produzida e vendida pela NESTLÉ no Brasil, 40% vão para os produtores de leite fresco, 8% para cobrir as despesas de transporte, tanto da matéria prima como do produto acabado, mais de 7% para os produtores de açúcar, 9% para a compra de folha de flandres (que em parte apreciável provém de Volta Redonda), 4% para os fabricantes de caixas de rótulos, quase 9% para pagamento de salários, aproximadamente 8% para pagamento de impostos, 9% para despesas gerais de fabricação, administração e propaganda e 3% para amortização sobre imobilizações, ficando apenas uma pequena porcentagem para lucro e reserva.

Pode-se afirmar, portanto, que esta indústria de laticínios se tornou bem brasileira, com reflexos salutaríssimos - pela sua própria finalidade - não só no campo social, mas também no campo econômico do País.



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM ARARAS (EST. S. PAULO)



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM BARRA MANSA (EST. DO RIO)



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM ARARAQUARA (EST. S. PAULO)



FÁBRICA DOS PRODUTOS NESTLÉ
EM PÔRTO FERREIRA (EST. S. PAULO)



NESTLÉ

MINISTRO JOÃO CLEOFAS

Ação do Ministro da Agricultura em 1953

Perante jornalistas, o Ministro João Cleofas fez um relato sucinto a respeito da ação de seu Ministério no ano de 1953. Damos a seguir a íntegra do seu importante discurso:

"Alegra-me a oportunidade de reunir-vos para expressar aos representantes da imprensa e do rádio os agradecimentos muito cordiais pela boa vontade e cooperação com que tendes acompanhado a ação do Ministério da Agricultura nestes três últimos anos. Cabe-me, também o dever de prestar, de forma a mais sucinta possível algumas informações sobre o esforço discreto, porém persistente e obstinado desenvolvido nesse período e referir-me, ao mesmo tempo, aos planos de trabalho em prosseguimento que serão intensificados em 1954, visando assegurar uma estrutura agrícola mais estável e próspera para o Brasil.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

A agricultura brasileira é praticada à base de um excessivo trabalho manual. Assim, a mecanização da lavoura constitui uma das preocupações fundamentais do governo. Além de ter sido instalada a Comissão Permanente de Revenda do Material, determinou o senhor presidente da República a criação de um Fundo Especial de Mecanização da Lavoura, a fim de vender ao agricultor a maquinaria agrícola pelo prazo de 3 anos e pelo preço de custo.

Sem falar na pequena maquinaria de tração animal e nos conjuntos de motores-bombas para irrigação, cuja venda, em 1954, aos agricultores nordestinos, deverá atingir a 3.000 unidades, o Ministério irá distribuir aos lavradores mais 6.000 tratores, adquiridos através de compra direta

às próprias fábricas e parte dos quais já em trânsito para o Brasil.

Pode-se avaliar o esforço do governo nesse setor, sabendo-se que a maior importação de maquinaria agrícola, por todas as fontes oficiais e particulares, foi feita em 1951 e atingiu a cifra de 12.000 tratores.

A fabricação do trator nacional, já asentada através da Fábrica Nacional de Motores, também interessa a várias organizações alienígenas que aqui pretendem fixar-se.

PESSOAL ESPECIALIZADO

Para a utilização desses equipamentos mecanizados cuidou o Ministério do preparo de pessoal especializado.

Existia, em 1951, apenas um único Centro de Formação de Tratoristas, em Ipanema. Estado de São Paulo. Até 1953 foram instalados mais doze centros e, em 1954, o número desses núcleos de formação de tratoristas e mecânicos agrícolas elevar-se-á para 25 distribuídos pelo território nacional.

Quanto ao ensino profissional médio, em 1951 existiam 13 estabelecimentos de ensino profissional agrícola em funcionamento e 5 em início de instalação, num total, portanto, de 18. Em 1953, além dessas 18 escolas que passaram a funcionar, estão sendo instaladas, nas várias regiões do País, algumas já na sua fase final de construção, mais 24 estabelecimentos, perfazendo assim um total de 42. Para 1954, estão destinados recursos para a criação de 44 novas unidades.

Sendo indispensável aumentar o número de agrônomos e veterinários, tenho a grata satisfação de anunciar-vos que o Minis-

tério distribuirá em 1954, afóra as existentes, mais 300 bôlsas escolares pelas várias escolas de agronomia e veterinária do País.

Solicito-vos assim que divulgueis, ao máximo, determinação do govêrno no sentido de serem realizados exames vestibulares nas diferentes capitais dos Estados a fim de facilitar aos jovens do interior de todo o País, sobretudo aos que dispõem de menores recursos, oportunidade para ingressarem nessas profissões.

TRIGO

A lavoura do trigo será em 1954, grandemente intensificada. O plano de ação do Ministério é o de elevar a produção em 1954, para um milhão de toneladas, estimulando ao máximo o labor dos tricultores brasileiros.

Das 220.000 toneladas comerciáveis em 1951, chegamos, em 1953, uma produção em torno de 550.000 toneladas, igualmente comerciáveis, sem se falar, portanto, no trigo retido nos centros produtores para plantio e consumo local.

Além da maquinaria agrícola distribuída em número sem precedentes — 279 combinadas, 104 tratores, 196 trilhadeiras, 56 automotriz, para falar nas mais importantes — dobraremos êste ano a quantidade de adubo para distribuição aos tricultores, distribuição iniciada em 1953, com 32.000 toneladas.

ARMAZÊNS E SILOS

Afóra a conclusão dos 4 armazéns de madeira, inacabados, existentes em 1951 o Ministério já concluiu 12 armazéns graneiros localizados na região produtora e tem em construção mais onze armazéns e silos. Foram construídos os dois primeiros silos subterrâneos do Brasil.

Com o recente despacho do Exmo. Senhor presidente da República determinando a abertura do crédito de Cr\$ 300.000.000,00 para êsse fim, daremos, em 1954, rumos definitivos à solução do problema de armazéns e silos, cujos estudos o Ministério já elaborou.

COLONIZAÇÃO

O Ministério da Agricultura realizou no último triênio um programa de trabalho sem precedentes no que se relaciona com as atividades colonizadoras. Nos três últi-

mos anos foram criados 21 unidades localizadas no Maranhão e Santa Catarina quando no início do atual govêrno existiam apenas 14.

Em 1951, criaram-se os núcleos coloniais de Macaé e Papucaia os quais abrangendo 21.000 hectares, duplicaram a área destinada à colonização na Baixada Fluminense, que era, então de cerca de 22.000 hectares.

Em 1952 e 1953 com o recrudescimento da sêca do Nordeste orientan-se o plano de trabalho no sentido de fixação dos nordestinos evitando-se o seu deslocamento. Foram criados na região sul litorânea da Bahia os núcleos coloniais já em pleno funcionamento de Nina, Pôrto Seguro, Ituberá e Itaparica, e na região norte do Núcleo Colonial de Queimados. No Estado do Piauí foi criado o Núcleo Colonial David Caldas à margem do rio Parnaíba. No Estado do Maranhão foi criado o Núcleo Colonial do Mearim, onde foram localizadas, em menos de um ano, mais de mil famílias de nordestinos.

No Vale do Médio São Francisco estão em fase adiantada de instalação os postos de colonização de Gravatá, Brígida Pontal e Petrolina, que são um tipo intermediário de assistência técnica e social às populações ribeirinhas com o objetivo de assegurar-lhe fixação e condições de produção agrícola permanente.

Através de acôrdos com os Estados o Ministério criou mais os núcleos coloniais de Conquista, Santo Antonio de Jesus, Araripe, Pium, Tijuquinhas, Utinga, Geremoabo e Carinhanha. Paralelamente à criação dessas novas unidades colonizadoras, o Ministério introduziu novos métodos de seleção de colonos. Na Baixada Fluminense, vale notar perto de 90% dos lotes permaneciam improdutivos, aguardando os seus concessionários a valorização das terras.

Para corrigir tal situação além de proibidas concessões e transferências de lotes, foram criados os Centros de Colonização de Macaé, Papucaia, Santa Alice, Jaíba, Uan e Queimados no Estado do Rio, Minas Gerais e Bahia. Cada um desses compreende de início um conjunto de seis pavilhões com o total de 30 residências, providas de instalações adequadas além de prédios para escolas cooperativas e pôsto médico. Destinam-se êles a preparar os futuros concessionários de lotes que serão concedidos a todos que se revelarem com capacidade para exploração individual.

PRODUÇÃO ANIMAL

No campo de produção animal, a defesa dos rebanhos cujas perdas em virtude da incidência das principais zoonoses, elevam-se a cerca de um bilhão anualmente, foi uma das principais preocupações.

Os laboratórios da Defesa Sanitária Animal produziram 4.498.000 doses de vacinas enquanto a produção do Instituto de Biologia Animal foi de 4.684.000 perfazendo um total de 8.581.800 doses ou sejam 3.024.000 a mais do que 1952. Em 1954 deve-se produzir 12 milhões de doses.

O número de postos de vigilância sanitária animal no interior do país elevados para 250 em 1953, deve passar 400 em 54.

Foram revendidos cerca de 3.000 reprodutores nacionais e importados, a fazendeiros dos diversos Estados do Brasil. Merece ainda destaque o desenvolvimento da inseminação artificial em 1950 foram inseminados 49.482 animais, em 1953, êsse número elevou-se para 144.806, devendo exceder de 200.000 em 1954.

POLÍTICA AGRÁRIA

Tem sido profícuo o labor desenvolvido pela Comissão Nacional de Política Agrária criada com o objetivo de modificar a nossa estrutura agrária, melhorar as condições de trabalho no campo, elevar o nível de vida do operário rural e restabelecer a confiança na estabilidade e na rentabilidade da agricultura, contribuindo, assim para a formação de uma classe média rural.

A Comissão elaborou inicialmente, as "Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil" em decorrência do que foram preparados os seguintes projetos de Lei criando o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, já em tramitação final no Congresso, dispendo sobre a desapropriação das áreas irrigáveis no Polígono das secas fixando normas para os arrendamentos rurais, e finalmente estabelecendo meios de acesso à propriedade da terra e à sua exploração dentro do princípio de desapropriação por interesse social, previsto na Constituição Federal. No momento a Comissão elabora estudos referentes à defesa dos recursos naturais renováveis e os relacionados aos contratos rurais, ensino agrícola e organização e defesa da classe rural.

Anteriormente já havia o governo proposto a criação do Serviço Social Rural cujo projeto se acha em fase final de votação no Senado e que se destina a uma vasta obra de recuperação técnica educacional, sanitária e de trabalho do rurícola brasileiro.

Este balanço de realizações que é, igualmente, de perspectiva para o ano que estamos começando a viver assinala em síntese a ação do governo do presidente Getúlio Vargas no Ministério da Agricultura. Ela se tem feito sentir no estudo e realização de programas ligados à nossa produção cuidando da terra e do homem que pelo hábito e trabalho vemos procurando dar orientação nova e racional aos nossos esforços".

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA S. A.

SEDE: Leopoldina — Estado de Minas Gerais

FILIAL: Rua da Quitanda, 72 — Rio de Janeiro

AGÊNCIA: Rua Chile, 35 — Rio de Janeiro

DEPARTAMENTOS

ESTADO DE MINAS GERAIS: Argirita — Belo Horizonte — Bom Jesus do Galho — Caratinga — Francisco Sales — Inhapim — Itambacuri — Minduri — Morro Alto — Palma — Patrocínio do Muriaé — Pirapetinga — Porto Novo — Recreio — São João Nepomuceno — São Lourenço — Silvestre Ferraz

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Areal — Barra Mansa — Cambuci — Campos — Cargoso Moreira — Carmo — Itaperuna — Miracema — Natividade do Carangola — Niterói — Pádua — Petrópolis — Porciuncula — Portela — Pureza — Rezende — São Fidélis — Sapucaia — Volta Redonda

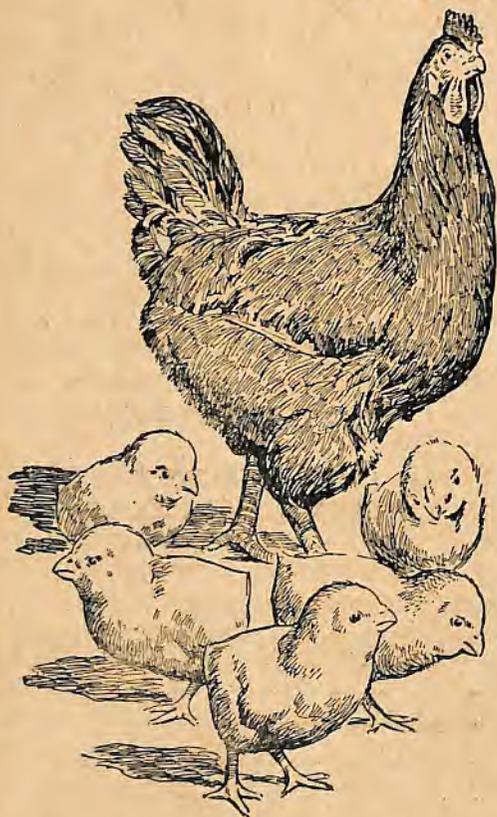
ESTADO DE S. PAULO: Cachoeira Paulista — Bernardes

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: Mimoso do Sul — Muqui

OPERAÇÕES

Depósitos — Remessas para o interior — Cobranças — Descontos — Câucões — Guarda de

O MELHOR PARA SUAS AVES



avevita

disponível o ano inteiro

Sr. Criador,
Sua criação não correrá mais o risco de ficar à mercê da falta de um ou outro elemento necessário à boa alimentação. A administração metódica de AVEVITA — proporcionando às aves em qualquer época o melhor alimento — garante o desenvolvimento contínuo e uniforme da criação.



Existem 5 tipos de AVEVITA especialmente dosados para:

- pintos de 1 a 30 dias
- aves em crescimento
- aves em fase de engorda
- aves em período de postura
- reprodutores

Peça folheto explicativo

AVEVITA — a ração balanceada e prensada do Moinho Fluminense — é um alimento completo, que contém, em proporção cientificamente dosada, controlada em laboratório, em todas as fases de sua fabricação, as proteínas (aminoácidos essenciais), carboidratos, vitaminas e sais minerais, necessários à alimentação perfeita das aves. Os diferentes elementos que compõem AVEVITA passam por misturadores especiais, que garantem a homogeneidade de cada grão. AVEVITA é econômica pois sua forma em grãos evita o desperdício.

MOINHO FLUMINENSE S. A.

RIO DE JANEIRO:
Seção Rações Balanceadas
Av. Presidente Vargas, 463-A
Caixa Postal: 1.350
Tel. 43-7393

SÃO PAULO:
Seção Moinho Central
Rua Boa Vista, 314 - 4.º andar
Caixa Postal: 260
Tel. 33-3164

A Caixa Econômica Federal em 1953

Auspiciosos os resultados do exercício

É uma praxe que se incorporou às tradições da cidade a divulgação periódica dos documentos oficiais da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, incluindo os balanços gerais em 30 de junho e 31 de dezembro, assim como as demonstrações de despesa e receita de cada exercício semestral. Não faz muito, foram publicados os resumos contábeis do segundo semestre de 1953.

CONFIANÇA POPULAR

Numa instituição como a Caixa Econômica, que vive da confiança e da simpatia que inspira à população, o depósito é o índice mais seguro para avaliar da receptividade com que grandes setores da coletividade acolhem e prestigiam as iniciativas ali executadas. Fenômenos das mais variadas origens influem na oscilação dos depósitos, mas, sem dúvida, o fator mais importante que age sobre os depositantes é a segurança do estabelecimento escolhido para guarda de suas reservas. E, nesse particular, a Caixa Econômica tem uma imensa tradição de austeridade e presteza na movimentação dos depósitos de tôdas as classes sociais que ali encontram abrigo seguro para as sobras dos orçamentos domésticos. Ao encerrar-se o exercício de 1953, a Caixa Econômica registrou como total de depósitos sob sua guarda a importância de 6.273,1 milhões de cruzeiros, o que representa em média mais de dois mil cruzeiros para cada habitante do Distrito Federal.

CAMPANHA EDUCATIVA

Se tôdas as modalidades de depósitos têm uma significação peculiar, uma dentre elas ressalta como expressão daquela simpatia pelas atividades da Caixa Econômica: sob a rubrica "populares" o balanço da instituição incluiu a maior parcela do montante geral, isto é, 3.325,2 milhões de cruzeiros. As demais categorias tinham, a 31 de dezembro último, os seguintes saldos: cheques — 1.221,2 milhões; sem limite — 632,3 milhões; limitados — 393,8 milhões; prazo fixo — 207,7 milhões; compulsórios — 144,3 milhões; especiais — 102,2 milhões; aviso prévio — 23 milhões e em liquidação — 11,5 milhões. Sem contar os depósitos em liquidação que, como a denominação indica, aguardam apenas a presença dos interessados nos "guichets" próprios, a menor contribuição dos depositantes está sob o título "escolares": 11,6 milhões de cruzeiros. São milhares de crianças que adquirem nos bancos de primeiras letras as noções iniciais de previdência tão úteis em tôdas as etapas da vida, através de uma campanha educativa de grande repercussão nos meios escolares.

PAGAMENTO DE JUROS

Nos últimos seis meses de 1953, os depositantes receberam da Caixa Econômica mais de 123 milhões de cruzeiros correspondentes aos juros semestrais dos depósitos, automaticamente capitalizados no encerramento do exercício. Se acrescentarmos a êste total as parcelas relativas às despesas administrativas (97,3 milhões), despesas patrimoniais (1,2 milhões), despesas extraordinárias (1,2 milhões) e despesas de exercícios anteriores (4,9 milhões) os gastos gerais da Caixa Econômica no exercício foram de 227,8 milhões contra uma receita de 259,9 milhões, o que dá um resultado econômico de 32 milhões de cruzeiros, desdobrado em duas parcelas iguais para o patrimônio e fundo de gratificação (9,6 milhões) e fundo de reserva (12,8 milhões).

Possibilidades Economicas do Estado de Goiás



Governador Pedro Ludovico

O Estado de Goiás, com a área superior a seiscentos mil (600.000) quilômetros quadrados, pelas suas propriedades de solo e clima, é uma das regiões de mais futuro do país.

PRODUÇÃO — A riqueza principal do Estado, no momento, é a pecuária, com um rebanho que se eleva para mais de cinco milhões (5.000.000) de cabeças.

A indústria pastoril está bastante desenvolvida.

Há, no território goiano, doze (12) xarqueados, na sua maior parte, situadas no sul do Estado.

AGRICULTURA — A agricultura vem tomando, ultimamente, espantoso desenvolvimento, contribuindo, para isso, em grande parte, a corrente emigratória, que hoje, de todos os recantos do País, se canaliza para Goiás, atraída pela fama da fertilidade de suas terras e pelas suas imensas possibilidades econômicas.

A safra de arroz, em 1954, está prevista para seis milhões (6.000.000) de sa-

cos de sessenta (60) quilos; a de feijão para dois milhões (2.000.000), e a de milho para dois milhões e trezentos mil ... (2.300.000) sacos.

ARREGIMENTAÇÃO DAS CLASSES RURAIS — Contando com o apoio do Governador Pedro Ludovico, o Sr. Joaquim Câmara Filho, Secretário da Agricultura e Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, já fundou, no Estado, quarenta e sete (47) Associações Rurais, na sua maioria já registradas no Serviço de Economia Rural e oficializadas pelo Ministério da Agricultura.

Esse movimento vem tendo a cooperação do homem do campo de Goiás, que hoje reconhece a necessidade de se agrupar, em torno de sua Associação, para melhor defesa de seus interesses.

A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS ESTÁ EMPENHADA EM DAR MAIOR ASSISTÊNCIA AS CLASSES AGRÁRIAS

Através de suas diversas seções, dentre elas as de Produção Animal, Vegetal e Assistência ao Cooperativismo, a Secretaria da Agricultura tem procurado dar a assistência que lhe é possível ao homem do campo.

EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA — Anualmente, nos últimos dias de maio, realiza-se uma exposição agro-pecuária em Goiânia, com a participação de agricultores e criadores, na sua maior parte, dos cento e quinze (115) municípios goianos.

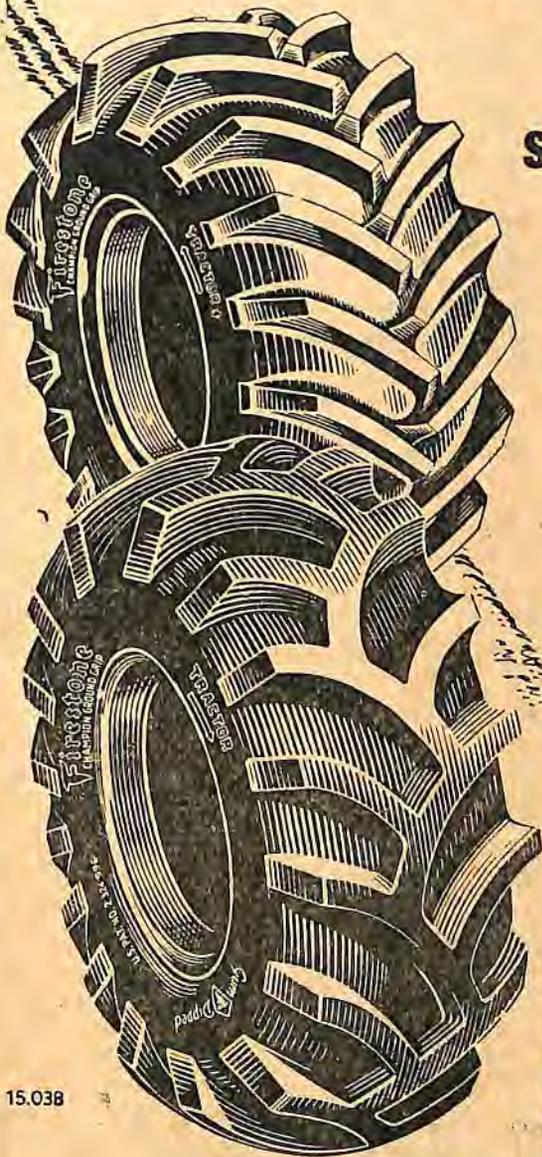
Esse certame, que é realizado pelo Secretário da Agricultura, em articulação com o Ministério da Agricultura, tem se revestido de grande sucesso, destacando-se os espécimens bovinos ali expostos, pela qualidade e pelo valor econômico.

BANCO RURAIS — O Governador Pedro Ludovico está interessado na maior fundação possível de Bancos Rurais ou Cooperativas de Créditos no Estado, a fim de levar aos pequenos e médios produtores goianos os benefícios do financiamento prometido pelo Senhor Presidente da República.

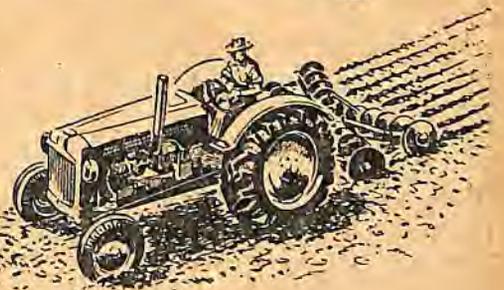


Na terra dura
ou fôfa...
seu trator **RENDE MAIS**
com pneus

Ground Grip



15.038



**MÁXIMO... em Tração
e Resistência**

Em sua fazenda o se..hor precisa de pneus que proporcionem super tração. Por isso, Firestone lhe oferece os Pneus para Tratores Ground Grip, com barras mais altas e mais fortes, para cravarem no chão duro ou sustentarem a tração, quando em terra fôfa. Aumente o rendimento diário e economize combustível, usando em seus tratores o pneu que significa mais lucros, porque dura mais e executa melhor o seu trabalho — Ground Grip Firestone.

Rode sobre

Firestone



— GARANTIA DE MÁXIMA QUILOMETRAGEM POR CRUZEIRO

Empreza Técnica de Impermeabilização Ltda.

ETIL

Encarregados dos serviços da impermeabilização de
TERRAÇOS, VARANDAS, MARQUIZES, SUB-SOLOS, ETC.

NA

CASA DA AGRICULTURA

AV. PTE. ANTONIO CARLOS, 201 - G. 505 — Tel.: 52-5682

RIO DE JANEIRO

Algumas notas sôbre a agricultura em Goiás

Oportunas informações do Secretário da Agricultura, Sr. Joaquim Camara Filho

Após participar da grande reunião realizada em São Paulo, de autoridades e representantes da classe rural da chamada Bacia do Paraná, para tratar do armazenamento e escoamento da grande safra prevista para este ano, esteve em visita à Sociedade Nacional de Agricultura, o Sr. Joaquim Camara Filho, Secretário da Agricultura do Estado de Goiás, e membro do Conselho Superior da dita Sociedade.

Em palestra com o secretário desta revista, teve S. S. ocasião de declarar que o número de cafeeiros no Estado vai já a quase 45.000.000 de pés, dos quais 2.000.000 são cafeeiros novos. Sabe-se que o café do Estado mediterrâneo dá bebida estritamente mole, sendo a lavoura do café a que maior índice de desenvolvimento apresenta no momento. Adiantou mais que os municípios de Itauçu, Inhumas, Nerópolis, Anápolis, Goiânia, Jaraguá, Uruana, e Colônia Agrícola, a chamada zona do "Mato Grosso Goiano, possuem as maiores concentrações de cultura da rubiácea. A sua terra vai da "Roxa" ao "Massapé escuro", numa altitude de 700 a 800 metros. A precipitação pluviométrica varia de 1.600 a 1.900 milímetros.

A respeito dos preços para os produtos agrícolas no Estado, informou o Sr. Camara Filho, restringindo-os aos mercados de Goiânia e Anápolis, que o arroz em casca está sendo pago a 450 cruzeiros a saca de 60 quilos; o produto beneficiado, 750 cruzeiros; o feijão roxo, 4 cruzeiros o quilo; feijão preto, 2 cruzeiros; o milho, 150 cruzeiros a saca de 60 quilos; o algodão, 90 cruzeiros a arroba e o café em coco, 450 cruzeiros a saca de 42 quilos.

As estimativas da produção agrícola para 1954 de café e cereais são as seguintes: arroz, 6 milhões de sacos de 60 quilos; feijão, 2 milhões; milho, 2.400 mil sacas; algodão, 350 mil arrobas de 15 quilos, em rama; café 300 mil sacas de 60

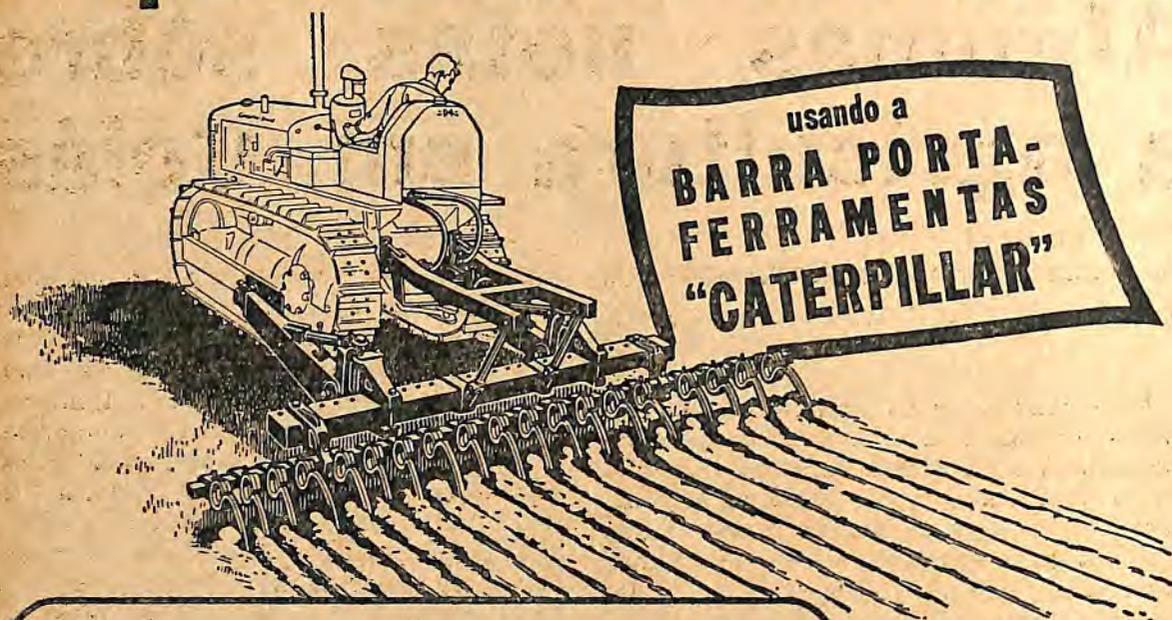
quilos. O custo da produção é estimada com base nos seguintes preços: arroz, 112 cruzeiros por saca de 60 quilos; feijão, 132 cruzeiros; milho, 60 cruzeiros; algodão, 60 cruzeiros por arroba. Quanto à produção por área, os dados se enumeram da forma que se segue: arroz, 120 sacas por alqueire (4,84 hectares); feijão, 40 sacas por alqueire, consorciado com milho; milho, 150 sacas por alqueire; algodão, 300 arrobas por alqueire quando é lavoura bem orientada, e café, 70 arrobas por 1.000 pés. Sôbre os fretes, o titular da Agricultura de Goiás revelou que, pela ferrovia, de Anápolis ou Goiânia para São Paulo é de Cr\$ 0,347 por quilo; o frete rodoviário, abrangendo as mesmas cidades, alcança Cr\$ 1,20 por quilo.

Quanto ao reaparelhamento da E. F. Goiás, diante das estimativas agrícolas, e do quadro agrícola atual do Estado, pedimos — declarar-nos S. S. — providências no sentido de serem apressadas as medidas para o reaparelhamento da ferrovia de acôrdo com o projeto n.º 32 elaborado pela Comissão Brasil-Estados Unidos.

— "Nesse sentido, acentuou, quero destacar a magnífica atuação do major Mauro Borges Teixeira, diretor daquela Estrada, que não vem poupando esforços a fim de que a Estrada de Ferro Goiás atinja rapidamente o nível mínimo necessário para o rápido escoamento da produção do Estado em direção aos grandes mercados consumidores. Atualmente, a capacidade anual da estrada de ferro é para o transporte de 250 mil toneladas. Depois de reaparelhada essa, capacidade da ferrovia se elevará para 700 mil toneladas, compreendendo-se facilmente, dessa diferença a importância que tal reaparelhamento tem para a produção agrícola daquela unidade."

Concluindo suas declarações, o sr. Joaquim Camara Filho, informou que, atualmente, a Goiás possui 12 locomotivas de carga em bom estado e cerca de 250 vagões. Com o reaparelhamento, passará a ter 37 locomotivas e 750 vagões de carga.

Prepare Melhor Sua Terra



usando a
**BARRA PORTA-FERRAMENTAS
"CATERPILLAR"**

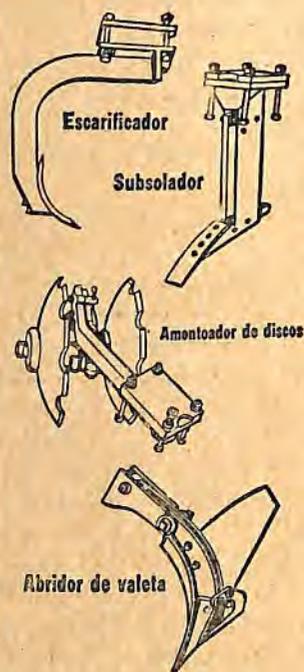
Realiza-se melhor trabalho de aração, sulcação, gradeação, sementeira e cultivo usando-se a barra porta-ferramentas "Caterpillar" montada em um trator Diesel "Caterpillar". Essa barra dá um controle mais preciso na execução desses e muitos outros serviços agrícolas. Para dirigir a barra porta-ferramentas basta manobrar o trator, porque ela está nele montada. Como o trator de esteiras faz com facilidade curvas fechadas, permite às ferramentas trabalharem bem perto das cercas ou obstruções. A barra porta-ferramentas e os implementos são levantados e baixados pelo eficiente sistema hidráulico "Caterpillar". Basta um simples toque na alavanca de comando para baixar o implemento, levantá-lo acima do solo ou mantê-lo em qualquer posição intermediária. Um rápido ajuste na barra porta-ferramentas dá ao implemento a precisa inclinação para penetrar melhor na terra.

Pode-se obter barras porta-ferramentas para os tratores Diesel "Caterpillar" D2, D4, e D6, e elas são feitas especialmente para aproveitar ao máximo a força e a tração do trator com o qual devem ser usadas.

Procure-nos, pois teremos o maior prazer em lhe mostrar as vantagens do comando dos implementos agrícolas por meio da barra porta-ferramentas "Caterpillar" e do trator Diesel "Caterpillar".

DISPOMOS DE:

arados • sulcadores •
cultivadores • semeadores
e outras ferramentas
agrícolas.



PRODUTOS
Caterpillar
MARCA REGISTRADA

SOTREQ S. A. DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

MATRIZ: AV. BRASIL, 9200 - D. FEDERAL

FILIAIS:

B. Horizonte: R. Rio Grande do Sul, 137 - M. Gerais
Uberlândia: Caixa Postal 370 - Minas Gerais
Vitória: Escritórios: Caixa Postal 483 - E. Santo
Campo: Rua Marechal Floriano, 40 - E. do Rio

132.000 touceras de bananas já plantadas no Parque Magé

1.623 SÍTIOS VENDIDOS EM MENOS DE UM ANO POR UM NOVO SISTEMA DE CONDOMÍNIO AGRÍCOLA — CONTRIBUINDO PARA O ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO



Quando a Agrinco do Brasil lançou, em novembro do ano passado, seu sistema de condomínio agrícola, não faltou quem com ceticismo. O plano, inteiramente novo entre nós, embora simples e prático, era de tal magnitude — diziam os descrentes — que levaria anos para obter o apoio do público e para dar os primeiros frutos.

Passaram-se 12 meses e o Plano Agrinco aí está, vitorioso em toda a linha. O apoio do público veio, entusiástico e unânime. De novembro do ano passado até o momento a Agrinco preparou dois imensos condomínios e vendeu cerca de 10 milhões de metros quadrados de terras de lavoura em Magé, a 60 km. do Rio, e cerca de 6 milhões, em Guararema, a 52 km. de S. Paulo.

Mais de 1.500 novos proprietários de terras

Esses sítios foram adquiridos, em prestações, por cerca de 1.500 pessoas das mais várias profissões e níveis econômicos — pequenos funcionários e empregados, militares, comerciantes, operários, médicos, engenheiros etc. — que viram no sistema Agrinco o único meio de possuir terras de lavoura e delas poderem tirar lucros, sem ter de abandonar suas ocupações normais.

Porque a grande virtude do sistema Agrinco é precisamente a de, além de oferecer boas terras, a preços baixos e em condições acessíveis, se ocupar também de todos os trabalhos agrícolas. Com efeito, a Agrinco se encarrega de preparar a

terra, plantá-la com culturas perenes, administrar todos os serviços agrícolas, fazer as colheitas e, inclusive, vender as safras, em nome dos compradores dos sítios, os quais recebem, sem trabalho algum 70% dos lucros líquidos anuais.

Desta forma o Plano Agrinco não só permite ao homem da cidade formar um patrimônio em terras de lavoura e delas obter uma renda positiva como também contribui para resolver o problema do abastecimento de gêneros às grandes cidades, que é o mais agudo problema atual do país.

25 km. de ruas orladas de coqueiros

A rápida aceitação do sistema Agrinco permitiu à Companhia vender praticamente todos os sítios em menos de um ano e iniciar a plantação mais cedo do que era previsto.

No Parque Agrinco Magé, situado sobre a Rodovia de Contorno da Guanabara, onde qualquer visitante pode obser-

var a atividade e o ritmo dos trabalhos, já foram abertos 30 km. de valetas de drenagem. Os trabalhos de nivelção e arreamento, já iniciados, compreendem 25 km. de ruas orladas de coqueiros-anões. Mais 150 km. de valetas estão em vias de ser abertas e, para abrigar os operários e as fábricas de farinha e doce de bananas, serão erigidos 5.000 m² de construções.

3 milhões de cachos de bananas e 10.000 toneladas de aipim e arroz

Uma vez totalmente plantado, o Parque Agrinco Magé terá a produção anual de 2 milhões de cachos de bananas e, no primeiro ano, como cultura intercalada, dará 10.000 toneladas de aipim e arroz.

Além da Rodovia de Contorno da Guanabara que divide o Parque em duas grandes áreas e permite fácil acesso, tanto do Rio como de Niterói, são as terras atravessadas também por uma linha da E. F. Leopoldina, estando prevista a construção de uma estação dentro do próprio condomínio.

Os trabalhos do Parque Agrinco Magé prosseguem em ritmo enérgico. O testemunho das pessoas que o visitam é altamente lisonjeiro para a Companhia. E o sorriso dos céticos desapareceu porque, em menos de um ano, a Agrinco viu seu sistema vitorioso no Brasil, tal como sucedeu na Argentina, cumprindo assim amplamente o que prometeu.

Seja fazendeiro sem sair da cidade!

Conheça esta nova modalidade de economia agrícola e veja como é possível adquirir sítios. Peça folheto explicativo.

A TERRA É SUA; O LUCRO É SEU; O TRABALHO É NOSSO.

AGRINCO DO BRASIL S.A.

AV. PRES. VARGAS, 405-A - 12.º - FONE 43-3411
NITERÓI - AV. AMARAL FRIXTON, 171-A - 7.º - F. 703-B - FONE 6813

ADUBOS
MINERAIS — ORGANICOS
MISTURAS

INSETICIDAS
MÁQUINAS — FUNGICIDAS
SEMENTES

53 anos a serviço da lavoura

Arthur Vianna Cia. de Materiais Agrícolas

Av. Graça Aranha, 226, 11.º and.

End. Tel.: "SALITRE"

Fone: 22-2531

RIO DE JANEIRO

O GOVERNADOR AMARAL PEIXOTO FALA AO POVO FLUMINENSE

Historiando seu govêrno, diz o que já realizou nos vários setores da administração. — Sem excluir qualquer nome, promove larga consulta partidária — Convocará as demais agremiações políticas para um entendimento honroso

Por ocasião da passagem do terceiro aniversário de seu govêrno, o Sr. Amaral Peixoto falou ao povo fluminense fazendo um relato do que tem realizado no Estado do Rio. Damos a seguir, na íntegra, o discurso do Governador fluminense:

"No término deste terceiro aniversário do mandato com que me honraram os fluminenses — penúltimo da minha tarefa — dirijo-me ao povo, único e verdadeiro juiz dos homens públicos, apresentando contas da administração que venho realizando.

Renovo assim um procedimento que não é estranho aos meus hábitos e, desta vez, movido também pelo empenho de denunciar interesses contrariados e ambições insatisfeitas na tentativa, tão mesquinha como inútil, de desfigurar a obra administrativa e obscurecer as honestas intenções dos que atuam na vida pública fluminense.

É deveras lamentável que a paixão política atinja tais proporções de despeito que conturbe, no exercício do mandato popular, a razão de alguns homens, a ponto de levá-los a negar, na apreciação dos atos governamentais, a esplêndida evidência dum trabalho intenso que por todo o território do Estado e nos mais variados setores de atividade, incentiva, impulsiona, constrói o nosso progresso e a nossa grandeza.

Novas rodovias; restauração de antigas vias de penetração; magníficos prédios escolares; serviços inapreciáveis de saneamento; processos de adaptação do serviço burocrático ao interesse do fomento da produção; sedes municipais e, por vezes, distritais dotadas de energia elétrica, propiciando novas indústrias — tudo isso, a integrar um acervo de realizações que altamente valorizam o nosso patrimônio e asseguram o nosso futuro econômico, é desconhecido pelos negativistas, numa cega obsessão que os compromete aos olhos do povo, muito mais apto do que eles pensam para ver, sentir e julgar o acerto ou as falhas da administração pública.

Iludem-se esses agoureiros da própria ambição, na gula insofrida do poder — que os move e impele — porque o povo, na maturidade do seu sofrimento, aprendeu a desdenhar as palavras que veiculam promessas de ultrapassado sabor demagógico e exige ação que lhe proporcione benefícios diretos e imediatos.

Aos fluminenses não falta acuidade para negar o uso perigoso do poder àqueles que, pela ausência da serenidade e da isenção, do equilíbrio e da compostura, se mostram tão distantes das mais primárias virtudes que exornam a vida pública no regime democrático.

Longamente afeitos ao convívio duma civilização de séculos, nossos conterrâneos repudiam a leviandade criminosa dos que estão destruindo o que nunca poderão refazer: a confiança do povo nas classes dirigentes.

Incapazes de lutar por outros meios — devido às deficiências de sua formação moral e intelectual — os insufladores de derrotismo preparam ao país dias sombrios, caso consigam impressionar as massas que, perdendo o respeito pelos seus líderes, poderão, conduzida por aventureiros, ser arrastadas a destinos imprevisíveis.

Proclamo desassombradamente que todos os meus atos e atitudes desafiam as acusações dos adversários de má fé. O respeito pela Constituição foi sempre ponto de honra do meu govêrno e imperativo sagrado a que nunca faltei. Nem as provocações maliciosamente preparadas, nem o interesse político de correligionários e amigos temido o poder de modificar a minha linha de conduta diante das normas constitucionais. As complexas situações municipais, ainda não previstas na legislação eleitoral ou na lei orgânica, têm sido objeto de tratamento imparcial, unânimemente reconhecido e indistintamente dispensado a adversários e correligionários.

Do mesmo modo, perante os problemas administrativos, desconheço a coloração partidária dos chefes dos executivos municipais, adotando critérios rígidos para a distribuição de quotas e de auxílios e para a execução das obras programadas.

De vários prefeitos que militam em partidos que não o meu, tenho recebido demonstrações públicas de reconhecimento por iniciativas estaduais em seus municípios e pela solução dada aos problemas que me apresentam.

O mandato que recebi impõe esse procedimento, como também o maior rigor na aplicação das rendas. Estou pronto a defender todos os meus atos, a justificar quaisquer decisões tomadas e a provar que em todos os contratos assinados na minha administração o interesse público foi cuidadosamente acautelado.

Tenho confiança em meus auxiliares e não receio essas campanhas de pseudo-moralistas que se atrevem a reivindicar o monopólio da honestidade, supondo impressionar o povo com ataques desabridos e sem provas, soezes manipuladores da calúnia que, em linguagem de característico impudor, divulgam a mentira de faltas alheias, esquecidos da dolorosa verdade dos erros próprios.

AMPARO A INFANCIA E INSTRUÇÃO

A resposta mais incisiva e convincente que a realidade opõe aos profissionais da difamação está no número e no fato da verdade estatística.

Quando assumi o govêrno, declarei que envidaria todos os esforços em prol das crianças, objetivando-lhes um futuro melhor e mais alta capacidade física e mental para enfrentar a luta pela vida.

Hoje, na oportunidade desta comemoração, tenho a consciência tranqüila da ação desenvolvida



Governador Ernani do Amaral Peixoto

e creio poder afirmar que um trabalho profícuo foi realizado em favor dos pequeninos fluminenses.

Os postos de puericultura que foram abertos junto às unidades sanitárias estão em pleno funcionamento. Restabelecemos a prática de enviar, no fim de cada ano, mais de mil crianças para as praias ou para as montanhas, aonde passam em média, sessenta dias, reabilitando-se para as lides escolares. Os mais fracos ou os filhos sadios de tuberculosos são levados para o Preventório Paula Cândido, onde se submetem a intensivo tratamento de recuperação.

Os parques infantis também funcionam normalmente, abrigando sempre maior número de crianças. No corrente ano, orientados por monitores de educação física, funcionarão, junto a 44 grupos escolares, pequenos conjuntos recreativos, que muito contribuirão para o desenvolvimento dos estudantes.

Já demos as primeiras providências para o funcionamento de um sanatório para crianças tuberculosas e o hospital que se encontra em construção em Niterói, destinado às crianças atacadas de paralisia, é também um fato digno de menção.

Mas, onde, indubitavelmente, se tem feito sentir com mais força a ação do governo em favor das crianças é no setor da educação primária, em que o número de matrículas aumentou numa proporção jamais atingida, passando de 98.000 em 1950 para 133.000 no último ano.

Limitando a liberalidade quanto à permissão de exercício de professores nos grandes centros, conseguiu-se que muitas escolas fossem abertas em zonas retiradas das cidades.

Foi criado em Cantagalo o Curso Intensivo de Formação de Professores Rurais, no qual, em regime de internato, por conta do Estado, algumas dezenas de jovens estão sendo preparados para lecionar nas escolas isoladas sediadas na zona rural.

Energicas providências no sentido da construção de prédios escolares alcançaram nestes três

anos resultados positivamente auspiciosos, como sejam 36 Grupos Escolares, 89 Escolas Rurais e 443 salas de aula.

Em cumprimento a esse programa, contam-se, entre as novas construções e as ampliações que estão sendo procedidas, 32 Grupos Escolares, 6 Jardins de Infância e 5 Escolas Rurais, num total de 427 salas de aula. Teremos assim construído, em fins de 1954, 870 salas de aula.

Duas outras construções, que serão iniciadas, merecem destaque e são as que se referem à Escola de Engenharia e à Escola Normal Rural de Cantagalo.

SAÚDE E ASSISTENCIA

No ról das próximos construções, destaca-se ainda o Hospital Regional de Itaperuna, tão justamente reclamado pela laboriosa população daquele próspero município fluminense.

Fora do Setor educacional e hospitalar, estão sendo construídos dois edifícios para delegacias de polícia, dois para serviços de Justiça, dois para postos de Saúde e um grande ginásio no Estádio Caio Martins com capacidade para 20.000 pessoas e um edifício no valor de 28 milhões de cruzeiros, para abrigar algumas Secretarias de Estado, atualmente sediadas em prédios alugados.

No plano da medicina pública, melhor aparelhamento dos órgãos sanitários subordinados à Secretaria de Saúde e Assistência dotou-os de material e pessoal capazes. Corrigiu-se, assim, desde logo, anomalia prejudicial à boa marcha dos serviços, favorecendo os postos de higiene sediados nas zonas rurais com elevado número de funcionários que se aglomeravam nas sedes das grandes cidades. Distribuição equitativa de pessoal e prédios especialmente construídos permitiram a adaptação de 13 postos médicos sociais em Parati, Porciúncula, Silva Jardim, São Sebastião do Alto, Valão do Barro, Cabo Frio, Cambuci, Pádua e Duas

Barras. Também foi instalado o novo Centro de Saúde de Niterói, situado no Bairro de Santa Rosa. A instalação em Jurujuba de laboratório de produção, com a colaboração do Serviço Especial de Saúde Pública, foi empreendimento que já permitiu um largo abastecimento de todas as 106 unidades sanitárias do interior do Estado. Padronizados os principais medicamento exigidos pela atividades dessas unidades, vêm eles sendo fabricados no laboratório de produção, apresentando para o Estado uma economia de cerca de 7 milhões de cruzeiros anuais, além da garantia da qualidade dos produtos fabricados e da pontualidade e certeza da entrega dos medicamentos.

Resolvidos de tal sorte satisfatoriamente os problemas de material e de pessoal nas unidades sanitárias, pôde a Secretaria de Saúde e Assistência voltar as suas vistas para o problema hospitalar, e dentro da orientação que vem sendo seguida, utilizar-se das entidades privadas e das subordinadas às próprias Prefeitura Municipais, assinando com as mesmas convênios, nos quais, imprimindo melhor orientação técnica, pode fornecer-lhes recursos para ampliar e melhorar os seus hospitais.

A mesma Secretaria de Saúde e Assistência, através dos Serviços Médicos-Hospitalares, adotou como norma, na atual gestão intensificar a assistência técnica e financeira a instituições particulares regionais, para melhor e mais eficiente assistência médico-hospitalar, considerando que, por muitos anos, a rede hospitalar do Estado terá que ser mantida pela iniciativa privada, com subvenção do Poder Público, e que convém reservar-se o Estado a parte sanitária. Para consecução do plano estabelecido, vários Termos de Acôrdio vêm sendo firmados, concedendo-se através deles, meios

necessários à melhoria daque assistência e destinando a orientação técnica das instituições contempladas ao órgão especializado da Secretaria de Estado.

Em razão do convênio assinado com o Serviço Especial de Saúde Pública foi instalado o Laboratório de Higiene Industrial, somente ontem inaugurado, mas que já vem funcionando em caráter experimental, apresentando os melhores resultados. Dotado de moderna aparelhagem e pessoal técnico habilitado, vem esse laboratório realizando pesquisas em todo o Estado, principalmente nos centros industriais, com objetivo de conhecer os problemas a eles inerentes, para ulteriores medidas de preservação de adequadas condições de vida dos trabalhadores.

Grandes progressos têm sido registrados na melhoria do setor de assistência especializada que diz respeito aos leitos hospitalares e nosocomios da Secretaria de Saúde e Assistência.

Sua expressão gráfica no triênio é a seguinte: 2.201 leitos em 1951, 2.320 em 1952 e 2.970 em 1953 — distribuídos entre os atacados de tuberculose, lepra, doenças mentais e contagiosas agudas.

Acrescentando-se 5.382 leitos existentes em instituições particulares destinadas à clínica médica e cirúrgica, apurados em 1953, pelos Serviços Médico-Hospitalares, verifica-se que o número de leitos hospitalares, no ano findo, é de 8.352 distribuídos pelo território do Estado.

Com referência ao problema da assistência à maternidade e à infância, considerado parte integrante de um programa de saúde pública, constantes entendimentos têm sido promovidos no sentido de obter a unificação e melhor padrão desses serviços assistenciais, incentivando-se a participação da iniciativa particular e suprimindo os inconvenientes que ocorrem da multiplicidade de encargos congêneres numa só localidade. O valioso concurso da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência permitiu que, na reorganização dos Posto Médico-Sociais, se integrassem numa só unidade de trabalho todos os serviços, inclusive os da própria Legião, até então mantidos separadamente.

Como complemento à assistência à criança, acha-se em construção o Hospital "Getúlio Vargas Filho", com 52 leitos localizado no Bairro do Fonseca.

É múltiplice, porém, a obrigação do Estado e não se restringe a nenhuma ação determinada, por mais especificamente importante que ela seja, como a da saúde pública.

FOMENTO A PRODUÇÃO E CRÉDITO AO LAVRADOR

Vejamos o que se tem feito e procurado fazer no que se refere ao amparo à produção.

Discursos, manifestos, programas de partidos e de candidatos encerram reiterados propósitos de melhorar, por todos os modos, as condições de vida dos que se dedicam às atividades agrárias. No entanto, forçoso é reconhecer que esses propósitos sem dúvida sinceros, têm falhado e, se não for a extraordinária resistência dos homens do interior, há muito que eles teriam abandonado uma labuta assim ingente e mal remunerada. Há, naturalmente, na engrenagem administrativa dificuldades que impedem a concretização de medidas tão necessárias quanto urgentes ao aceleração de nosso esforço econômico.

A experiência de uma administração anterior de oito anos e a observação do que se passa na esfera federal levaram-me a modificar integralmente a estrutura da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Não era possível deixar os seus agentes, agrônomos e veterinários, isolados no interior do Estado, em difícil comunicação com órgãos técnicos superiores, e praticamente impedidos, pelas defi-

Vidraças — Vitrais
— Cristaliques —
Espelhos — Cristais

Ladrilhos e telhas de
vidro — Lapidação —
Gravação e Bizelagem

**C. V. B. — CASA SANTOS
SEABRA**

**COMPANHIA COMERCIAL DE
VIDROS DO BRASIL — C.V.B**

End. Electr.: "VIDROS" — Fone: 43-9050

AV. MARECHAL FLORIANO, 38/40

RIO DE JANEIRO

ciências e precariedades da locomoção, de atingir os pontos em que deviam atuar — fazendas afastadas, servidas por maus caminhos e orientadas por homens que, as mais das vezes, poderíamos mesmo dizer na sua generalidade olham com desconfiança, senão com animosidade, os técnicos oficiais.

O primeiro trabalho foi reunir os fazendeiros em associações rurais, mostrando-lhes as vantagens que eles teriam, ingressando nessas organizações, à disposição das quais seriam postos os técnicos do Estado, para um trabalho contínuo. Seriam eles, os próprios fazendeiros interessados, os fiscais das atividades desses servidores públicos.

De três associações rurais que o Estado tinha em 1951, hoje possui 56, cobrindo todo o território fluminense e, na maioria, bem aparelhadas para o desempenho das suas funções. Estão recebendo esses órgãos de classe, além do auxílio financeiro para garantia dos seus serviços, "jeeps" que facilitam a condução aos responsáveis, encarregados também pelo Departamento de Assistência Econômica à Lavoura de representá-lo na revenda, por preços os mais razoáveis, e muitas vezes com financiamento, das utilidades que fazendeiros e colonos necessitam.

Cumpra uma referência especial à criação do Fundo de Crédito Rural, com 1% da receita estadual e dos municípios. Os empréstimos inicialmente limitados a cem mil cruzeiros estão isentos das despesas usuais em tais operações, com as taxas de avaliação e fiscalização efetuadas por técnicos da Secretaria de Agricultura. Trata-se de um trabalho destinado a produzir maiores resultados no futuro, pois todos os anos serão incorporadas ao Fundo quantias apreciáveis e já é inegável que o Fundo de Crédito Rural vem neste momento prestando relevantes serviços à causa da lavoura.

Cogita agora o Governo do crédito supervisionado que, além dos recursos financeiros, facilitará orientação técnica para a boa aplicação dos empréstimos.

No município de Itaperuna, em duas associações de classe orientadas pela Missão Rural do Ministério da Agricultura, esse sistema de crédito teve aplicação e será ampliado, a fim de estender-se a outros municípios, através de acordos celebrados entre o Governo Estadual, o Ministério da Agricultura e a American International Association.

Além do auxílio prestado à lavoura pelos técnicos colocados à disposição das Associações Rurais, mantém a Secretaria de Agricultura vários serviços especializados para o fomento e defesa das nossas principais culturas.

A do café merece a nossa maior atenção, em três anos foram plantados 6.330.000 pés, numa área de 3.975 hectares, para o que foram mantidos 13 viveiros.

Estão percorrendo o interior patrulhas de demonstração de combate à broca do café e todas as Associações Rurais dispõem de vultoso estoque de inseticidas e de máquinas palvilhadoras para revenda aos agricultores, por preços abaixo do custo. Neste material dispendeu o Governo dois milhões de cruzeiros. A possível cessão pelo Ministério da Agricultura de dois helicópteros há de contribuir para o êxito desse trabalho. Todo o esforço no campo a lavoura cafeeira é aconselhável, pois o café é o fator mais positivo para a obtenção das divisas de que necessitamos.

Outra cultura que também está sendo bastante desenvolvida no Estado é a do algodão. A princípio, adquirimos em São Paulo, na Estação Experimental de Campinas, as sementes. Hoje, a Fazenda Experimental de Itaiva está aparelhada para atender os pedidos dos plantadores de algodão, tendo selecionado os tipos que melhor se adaptaram ao nosso clima.

Além de zona que habitualmente produzia arroz neste Estado, nos municípios do norte, foi ini-

ciada intensa plantação na baixada fluminense, onde foram sediados em 1953 os serviços da cultura do arroz, financiados pelo Crédito Rural.

Outra grande riqueza agrícola do Estado é a fruticultura. Nos últimos anos apareceram nas estatísticas algumas frutas que até então não constavam na pauta de nossa exportação. Em várias regiões, especialmente na serra, essas plantações têm sido consideravelmente aumentadas, permitindo grandes lucros aos agricultores. As exposições de flores e frutos de Petrópolis e Nova Friburgo evidenciaram a melhoria dessa produção, das mais rendosas para os agricultores.

Desde o início do meu Governo, pensei na criação do Departamento de Conservação do Solo, pois os resultados obtidos não só nos Estados Unidos como também em São Paulo aconselhavam a sua existência e tenho certeza de que, quando estiver em plena atividade, ainda no corrente ano, como espero, fará renascer a confiança do agricultor na técnica oficial, aproximando-o do agrônomo, de quem receberá orientação científica que lhe permita obter melhor rendimento na produção.

A principal finalidade do D.C.S. é fazer a análise das terras, e estudo das regiões e, em seguida, orientar os serviços de irrigação e drenagem, combate à erosão e sistematização ao solo, aconselhando também a qualidade dos adubos que deverão ser empregados nas diversas regiões do Estado, à técnica a ser posta em prática se caracterizará pela perfeição dos processos e daí precisarmos de pessoal capaz e aparelhamento suficiente.

Ambas essas providências já estão sendo atendidas.

Contratamos, ainda, com o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas o levantamento da Carta Pedológica do Estado, prevendo a cartografia dos solos, segundo a sua aptidão agrícola.

Os serviços de Motocultura, criados em 1951, já vêm sendo equipados razoavelmente, não só para o preparo dos terrenos de cultura, como também para abrir e conservar estradas rurais. Da grande importação de máquinas a ser feita pelo Ministério da Agricultura, ficará reservada ao Estado um total de um milhão de dólares.

Foram instalados em vários pontos do Estado postos de monta, para reprodutores de alta linhagem. O desenvolvimento desses serviços é considerável. Em 1950, estes postos dispunham de 40 reprodutores, contando hoje com 171.

Em estabelecimentos oficiais, foram organizados 3 rebanhos próprios, destinados à criação e seleção de bovinos das raças holandesas, Jersey e normanda. Incentivando esse importante serviço, foram importados do Uruguai, para revenda pelo custo, e sob o regime de financiamento, quinhentas novilhas holandesas. Financiamos, ainda, pelo prazo de um ano, sem juros, a aquisição dos reprodutores expostos nos certames realizados pela Secretaria de Agricultura.

Outro problema que mereceu a nossa melhor atenção foi o da alimentação animal, seriamente agravada pela escassez do resíduo de trigo. Em tal sentido foi feita ampla campanha, objetivando a obtenção de recursos alimentícios nas próprias fazendas, tendo a Secretaria de Agricultura se aparelhado para o fornecimento gratuito das plantas necessárias a suprir aquela falta.

Estamos efetivando a instalação em Rezende de um posto de eugrostologia, com o propósito de observar o comportamento das plantas forrageiras, para sua distribuição aos interessados e, ainda com o objetivo de difundir as práticas de ressoamento animal, foram postas em funcionamento, em Niterói e Cordeiro, as fábricas de rações balanceadas.

Com a criação do Departamento de Produção Animal, ficaram bastante desenvolvidos os trabalhos de proteção aos rebanhos do Estado. O Laboratório de Biologia Animal merece uma referência especial, de vez que vem realizando toda

sorte de análises clínicas, para o diagnóstico de moléstias que assolam os rebanhos.

O convênio realizado entre a Secretaria de Agricultura e a União permitiu intensiva fabricação de vacinas anti-aftosas, ficando a Secretaria com a responsabilidade de colheita do epitélio-aftoso em quatro matadouros e cabendo aos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura a preparação das vacinas, inclusive dos vírus de maior incidência.

Pela primeira vez no Brasil, estão sendo realizadas experiências com um novo antibiótico, "micoina", para combate à brucelose, moléstia que vem causando sérios prejuízos à pecuária e facilmente transmissível ao homem. Em acordo realizado entre o Departamento da Produção Animal e o Laboratório Moura Brasil Orlando Rangel S. A., firmou-se a prática de experiências que até agora só eram efetuadas na França e Alemanha. Se conseguirmos resultados satisfatórios dessas experiências lograremos grande triunfo de alta repercussão para a economia nacional.

É de ressaltar também a melhoria alcançada na distribuição do leite na capital do Estado, que vem sendo feita através de postos da Comissão Executiva para o Comércio e Industrialização do Leite, órgão que pensamos transformar em Cooperativa Central de Produtores, a qual tomará a si a responsabilidade da construção do moderno entreposto para o recebimento diário de 80 mil litros de leite.

No corrente ano de 1954, será feita a transformação da fazenda de Itava e Instituto Agrônomo Fluminense. As construções e as ampliações já foram iniciadas, podendo-se afirmar que, em breve, esse Instituto constituirá motivo de justo orgulho para todos os fluminenses.

TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

Seria inútil porém, esse esforço ingente e contínuo de recuperação do interior para a economia, se o Estado não atendesse às vias de escoamento da produção.

Ora, posso assegurar-vos que justamente minha maior preocupação — e ainda não fui fiel à coerência administrativa que vincula os meus dois períodos de governo —. Situou-se no problema do transporte e da comunicação.

Agrupam-se em três categorias as principais atividades rodoviárias: no primeiro grupo, colocaremos as obras novas, a construção das estradas tronco pertencentes ao plano rodoviário estadual. No segundo a melhoria das condições das rodovias secundárias e de algumas pertencentes aos Municípios e apresentando grandes deficiências. E, por último, o aparelhamento do DER, equipando-o convenientemente para o desempenho das suas obrigações, pois o encontramos, na sua maioria, com máquinas adquiridas no meu anterior governo, em 1941, e já, portanto, em precárias condições.

Quanto as obras, selecionamos, dentro do programa rodoviário do Estado, algumas mais necessárias ao seu desenvolvimento econômico e ao escoamento da produção para os grandes centros consumidores. Só poderíamos efetuar um grande programa com um plano de financiamento, pois as verbas orçamentárias, somadas aos auxílios federais, bem que elevadas, eram insuficientes para atender às necessidades mais prementes. Realizamos em 1951 uma concorrência para a execução de obras no valor de 638 milhões de cruzeiros, com o pagamento no prazo de cinco anos e, embora fossem assinados os contratos para cumprimento integral do programa, as obras executadas nas condições previstas o foram, devido a dificuldades supervenientes, no valor de 200 milhões de cruzeiros, sendo que as mais importantes são: a grande transversal norte do Estado, que liga, através do Estado do Rio, o Espírito Santo e Minas e Goiás; o prosseguimento do Tronco Norte-Fluminense, a

parrit de Friburgo, a ligação rodoviária Parati com o sistema fluminense, através da Estrada de Angra dos Reis; e a ligação Rio Bonito e Casemiro de Abreu, recontratado com nova firma.

Com menor intensidade estão sendo atacados o prolongamento da Rio-Bahia pela margem direita do Rio aPraíba, através dos Municípios de Cantagalo e Itaocara, e a ligação de Cantagalo ao distrito de Euclidelândia.

Todas essas obras vem sendo efetuadas regularmente e os contratos assinados, no valor de duzentos milhões de cruzeiros, estarão cumpridos ainda este ano.

É interessante mais uma vez frisar que o governo do Estado foi acoimado, por ocasião da assinatura desses contratos, de favoritismo a determinadas empresas e firmas financiadoras e, no entanto o que se verificou foi que muitas delas não puderam cumprir os contratos, tão rigorosas eram as suas cláusulas e exigências.

Demos autorização ao D.E.R. para, nas mesmas condições, renovar essas empreitadas com qualquer firma, financeiramente e tecnicamente idônea, que se apresentasse, e como não aparecessem licitantes, organizamos um outro plano de financiamento, que já está sendo parcialmente adotado.

A pavimentação da ligação Niterói-Campos foi entregue a três firmas empreiteiras, mediante tarefa no valor de trinta milhões de cruzeiros, aumentando, posteriormente, de mais trinta milhões, tendo-se conseguido, até o presente momento, a pavimentação de 55 quilômetros de pistas de sete metros de largura nas melhores condições técnicas, empregando-se o alcatrão de Volta Redonda. Esse trabalho e a construção, em Niterói, do trecho de

ESTACAS FRANKI LTDA.

Um especialista para qualquer
tipo de Fundações em qualquer
terreno

— : —

Rio de Janeiro:
Av. Rio Branco
n.º 311 - 10.º
andar — End.
Telegr.: ESFR-
LA — Telefone:
22-7630 — Cai-
xa Postal: 1789

São Paulo
Curitiba
Pôrto Alegre
Belo Horizonte
Vitória
Salvador
Recife

confluência de todos os troncos rodoviários, na qual se inverteu a quantia de trinta milhões de cruzeiros, representam, indubitavelmente uma nova era nas estradas fluminenses.

Ainda devemos assinalar a construção da ponte sobre o Rio Paraiba, em Rezende; a ligação Barra do Pirai-Marquês de Valença; a ligação entre a Rodovia Rio-São Paulo e o local em que está sendo construída a Fábrica da Antártica, empreendimento que, por si só, justificava a construção da rodovia; e as ligações Campos-São João da Barra e Afonso Arinos-Três Ilhas.

Para o prosseguimento de obras novas cujos empreiteiros tiveram seus contratos rescindidos, estamos obtendo do Banco do Brasil, por conta do Fundo Rodoviário Nacional, um empréstimo de 150 milhões de cruzeiros, com o qual construiremos neste ano algumas rodovias de grande importância.

Foi, entretanto, no segundo grupo de atividades que a ação do Estado se fez sentir mais fortemente. Criamos uma divisão para incentivar e auxiliar as atividades rodoviárias municipais, transformando completamente a rede rodoviária secundária.

Como resultado desse trabalho, registramos que 826 quilômetros de estradas foram executados em substituição aos velhos caminhos, e 400 metros de ponte, empregando-se nessas obras 26 unidades mecânicas, adquiridas para tal fim. Além disso, orientamos tecnicamente a execução de grande número de obras municipais.

A recomposição do equipamento mecânico do D.E.R. representa uma garantia para os próximos anos de atividades rodoviárias. Já adquirimos e recebemos máquinas no valor de 40 milhões de cruzeiros, o que permitiu incorporar à rede rodoviária estadual mais 480 quilômetros de estradas municipais, cuja conservação passou ao Estado, elevando-se assim, para 3.720 quilômetros a rede estadual.

Devemos assinalar 40 quilômetros de trechos inundáveis que foram substituídos e 39 pontes que foram executadas, com o comprimento total de 1.083 metros.

Com as delongas inevitáveis de uma transação de tal vulto e tão complexa, conseguimos realizar, no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, uma operação de crédito no valor de três milhões de dólares, com a interferência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, operação que tem sido muito bem conduzida pelo órgão técnico.

Considero-se que, pelos preços obtidos aqui nas últimas concorrências realizadas e pelos preços correntes no mercado interno, organizamos uma lista de 321 unidades mecânicas para aproveitamento dessa importância e, no entretanto, procurando diretamente os fabricantes, de acordo, aliás, com o que nos aconselhou o Banco Internacional, conseguimos encomendar, pela mesma quantia, 504 unidades, inclusive usinas para pavimentação e uma oficina completa para conservação do maquinário adquirido.

Podemos garantir que, ao encerrar o nosso período governamental, entregaremos o D.E.R. equipado como talvez nenhum outro órgão congênera no Brasil, para a conservação e melhoria da rede rodoviária por um período de alguns anos.

Desejo ainda frisar que as providências tomadas quanto ao financiamento e equipamento, no sentido de aparelhar o D.E.R., permitiram que, no ano de 1953, fôsse superada a produção acumulada dos dois últimos anos. O acervo de realizações nesses três anos, comparado com o passado, constitui um atestado insofismável da atenção dispensada a esse setor.

Para se ter uma idéia das atividades do D.E.R., basta dizer que, nesses três anos, foram excavados 5 milhões de metros cúbicos, dos quais 3 milhões em 1953, para a construção de 158 quilômetros de estradas de primeira classe, que, somados à quilo-

metragem de estradas municipais, eleva o total do triênio a 984 quilômetros. Para a construção das estradas de classe um, 46% dos recursos empregados provieram de verbas federais.

No setor de obras de arte, executamos 1.840 metros de pontes, tendo o governo federal contribuído com menos de 15% dos recursos financeiros dispendidos. Finalmente, entre as obras de maior vulto, podemos relacionar ainda o prédio da Estação Rodoviária da capital do Estado, sobre o qual se localizará um bloco para instalação da sede do D.E.R. Será uma obra que, pela beleza arquitetônica e, principalmente, pelo conforto que proporcionará aos viajantes fluminenses, virá trazer uma soma apreciável de benefícios.

TRANSPORTE COLETIVO EM NITERÓI E NOUTRAS GRANDES CIDADES

Nem por cuidar, como me competia, das estradas de penetração, olvidei o drama urbano dos transportes coletivos, que veio a tornar-se objeto de angustiantes apelos do povo da capital do Estado e de outros grandes centros. As deficiências das linhas de bondes e o precário estado dos veículos em Niterói motivaram um "deficit" anual de vinte e quatro milhões de cruzeiros. No governo passado, foi reparada grande parte dos trilhos da zona norte dessa cidade e agora já se precisava fazer o mesmo na zona sul, o que acarretaria uma despesa superior a vinte milhões de cruzeiros. Pareceu-nos então muito mais interessante modificar totalmente o sistema, substituindo os bondes, veículos obsoletos, sobretudo pelos prejuízos que acarretam à pavimentação, e procurei removê-los sem aumentar, com ônibus de motor de explosão, o consumo de combustível estrangeiro, antes conciliando no transporte que os suprisse as vantagens da energia nacional. Adquirimos, em conformidade com esse programa, 45 modernos "trolley bus" elétricos para a zona sul e centro e construímos a indispensável rede aérea para servi-los. Temos colhido os melhores resultados de tal providência, merecendo de grande parte da população os mais espontâneos aplausos. Neste momento, já são servidos os Bairros de Gragoatá, São Domingos, Ingá e Canto do Rio. No corrente ano, toda a zona sul de Niterói disporá desses veículos. Com o objetivo de melhorar as condições de trânsito de outras cidades fluminenses, como, por exemplo, Campos e Petrópolis, cogitamos de a elas estender tal medida. O projeto da rede de "trolley bus" de Campos já está pronto e contratada a sua execução. Com essa providência, o "deficit" desse serviço será bastante reduzido, permitindo que se faça maior inversão em seu próprio benefício.

Quanto ao transporte fluvial e marítimo, lembro que foram construídas as pontes de atracação em Itacuruçá, Mangaratiba, Parati e Jacareí e encontra-se em andamento a de Barra de São João, devendo-se assinalar, por outro lado, os apreciáveis melhoramentos introduzidos nos serviços da Navegação Sul Fluminense, através de recuperação de várias embarcações, há muito afastadas do serviço.

O comércio e a indústria, as mais diversas atividades que atraem a iniciativa dos fluminenses, reclamam também outra sorte de facilidades para o intercâmbio de seus interesses econômicos e financeiros. Por isso, e de acordo com os convênios assinados com a Cia. Telefônica Brasileira, ampliamos a rede telefônica do Estado do Rio; em várias cidades aumentamos consideravelmente o número de aparelhos instalados e em Nilópolis e Teresópolis foi feita a instalação de rede automática.

A rede geral foram ligadas as localidades de Morro Azul, Cardoso Moreira, Italva, Posse, Paraiso, Boa Esperança, Arraial do Cabo e Praia Sêca.

DOIS OUTROS FATORES DE PROGRESSO

Devo ainda chamar a vossa atenção para dois outros fatores do nosso progresso, cujo valor equívale ao da sobrevivência: o saneamento e energia elétrica.

Conseguimos imprimir grande atividade aos serviços de saneamento, através da criação da Comissão de Águas e Esgotos, que já apresenta apreciável soma de serviço.

Estão concluídos os serviços, iniciados em nossa passada administração, de água e esgoto em Puzos São Fidelis e Natividade de Carangola e de água em Itatiaia (Rezende) e Vargem Alegre (Barra do Pirai).

Iniciamos e concluímos além dessas, as obras de abastecimento de água de Silva Jardim, Santo Amaro (Campos), Porciúncula, São Sebastião do Alto, Areal (Três Rios), Magé, Bom Jesus do Itabapoana (estação de tratamento), São Pedro d'Aldeia, Itaboraí e São João do Paraíso.

Já se encontram em andamento ou prestes a iniciar-se, com os recursos obtidos através do empréstimo realizado junto à Caixa Econômica Federal, as obras de abastecimento de água de Angra dos Reis, Bom Jesus do Itabapoana, Caxias, Bom Jardim, Teresópolis, Correas (Petrópolis), Duas Barras, Lídice (Itaverá), Macaé, Porciúncula, Rio Bonito, Saquarema, São Gonçalo Sapucaia Vassouras São João da Barra e Atafoma (São João da Barra).

Com tais obras, será dispendida a quantia de cento e trinta milhões de cruzeiros.

Em Campos, a rede de distribuição de água foi aumentada em 16 739 metros de tubos de vários diâmetros, sendo a de esgotos também aumentada em 6.000 metros; em Niterói e São Gonçalo, aumentamos a rede de distribuição de água em cerca de 35 quilômetros e a rede de esgotos em aproximadamente 7 quilômetros.

Justamente onde a deficiência de abastecimento de água se fazia mais grave, tomando mesmo as características de calamidade pública, era em Niterói e São Gonçalo.

Conseguimos desincorporar do patrimônio nacional esses serviços e a sua imediata entrega ao Estado, que assumiu a responsabilidade de todas as dívidas para com as Caixas Econômicas Federais, no valor total de trinta e sete milhões de cruzeiros. Intensificando os trabalhos, fizemos abrir 19 poços tubulares profundos em vários pontos, medida que propiciou consideráveis melhoras.

Invertemos aí e na construção do "booster" do Laranjal trinta e oito milhões de cruzeiros. Esses esforços têm obtido absoluto êxito, quando é certo que, apesar do crescente aumento da população e das incipientes secas, o abastecimento de água de Niterói e São Gonçalo vem sendo razoavelmente atendido.

Apesar, porém, de receberem hoje essas cidades 34 mil metros cúbicos de água por dia, mais 100% do que recebiam anteriormente, o "déficit" ainda continua, razão por que contratamos a construção da terceira adutora, obra iniciada, no valor de cento e sessenta e três milhões de cruzeiros. Esperamos os empreiteiros encarregados do serviço entregá-lo pronto no segundo semestre deste ano.

Com essa adutora e com a estação de tratamento, cuja construção também já se acha bastante adiantada, as populações de Niterói e São Gonçalo ficarão abastecidas de uma quantidade de água igual ao dobro das necessidades atuais.

ENERGIA ELÉTRICA

Grande foi a atenção dispensada pelo Poder Público à questão da energia elétrica. Foram estendidos 50 quilômetros de linhas de transmissão e 55 quilômetros de rede de distribuição, servindo assim aos vários municípios e localidades, até então carentes desses serviços: Araruama, São Vicente de Paula (Araruama), Barra de São João

(Casemiro de Abreu), Boa Ventura (Itaperuna), Coroa Grande Itaguaí), Vila Pentagna (Valença), Santa Rita (Nova Iguaçu), Queima Sangue e Inconfidência (Paraíba do Sul), São José de Ubá, São Francisco, Monte Verde e São João do Paraíso (Cambuci), Bacaxá (Saquarema), Lages (Itaguaí) e São Pedro de Aldeia que, por intermédio das linhas de transmissão existentes ou das pequenas estações geradoras passaram a receber energia.

Estamos completando o plano geral de eletrificação do Estado, ao mesmo tempo que firmamos contrato com empresas particulares para a construção das usinas de Quartéis (aproximadamente 100.000 HP) e do conjunto do Itabapoana, com a potência estimada em 250.000 HP. Tais obras serão iniciadas tão logo seja publicado o decreto federal que as autorize. O aproveitamento das quedas d'água no sul do Estado (Mabucaba, Fumil, Ariró e Bracuí) está também na dependência de outorga federal, sendo de notar que os Ministérios da Marinha e da Guerra estão interessados em sua realização.

A primeira etapa da Central Elétrica de Macabú ficou praticamente terminada em 1952. No ano passado, foram entregues aos consumidores desse sistema 50.000.000 kwh., no valor de 16 milhões de cruzeiros. Isso permitiu que, durante a estiagem de 1953, quando as cidades de São Paulo, Estado do Rio e o próprio Distrito Federal, servidos por outro sistema, tivessem que enfrentar o racionamento, cuja repercussão foi tão prejudicial para as indústrias e mesmo para a comodidade do povo, Campos pudesse ter sido abastecida, normalmente, não sofrendo restrições o seu consumo.

Em março próximo, deverão estar no Brasil as duas unidades que constituem a segunda etapa de Macabú, com 16.000 kwh.

Já realizamos concorrência pública para a construção do segundo circuito Macabú-Campos e o seu prolongamento, através de vários municípios do norte do Estado, beneficiando-se assim toda a região servida atualmente pelo sistema de Macabú e empresas elétricas ibero-americana e norte-fluminense.

Convém frisar que, apesar de todos os erros cometidos, o principal dos quais foi sem dúvida a paralização da obra por longo período, o custo do kw em Macabú é pelo menos igual ao das grandes usinas que estão sendo construídas, o que permitirá cobrar-se uma tarifa bastante favorável às indústrias sediadas na região por ela servida.

* * *

Depois desse relato, de alguma forma breve e sucinto, do que fez e está fazendo a administração do Estado, o momento político induz-me a duas palavras de esclarecimento e ponderação.

Realizando-se em outubro as eleições para escolha dos novos governantes, é natural que os partidos derivem para a circunstância e mesmo nela concentrem as suas preocupações e que o povo atente, alertando, em acontecimentos que são do seu precípuo interesse e não de resolver-se a juízo do seu arbítrio.

Desde que assumi o governo, entendi que qualquer antecipação ao debate sucessório seria obviamente prejudicial ao Estado, por precipitar na vida administrativa o tumulto da paixão política.

Apelei, principalmente, para os meus correligionários, pedindo-lhes que evitassem esse mal e aguardassem o momento oportuno, mesmo porque, se cada um cuidasse dos deveres que lhes impunham as responsabilidades, então recém-outorgadas pelo mandato popular, não teriam tempo senão para o cuidado de inúmeras solicitações ao bem-estar coletivo.

Prometi-lhes que, em começo de 1954, como chefe do pessedismo fluminense, consultaria os nossos companheiros sobre os possíveis candidatos e procuraria obter para os nomes fixados na preferência geral o apoio de outras forças políticas,

que assegurassem uma eleição tranquila e uma base parlamentar suficientemente ampla.

O Governado do Estado, ao mesmo tempo dirigente do partido majoritário, não poderá ter candidato pessoal à sua sucessão, mas pode e deve coordenar as possibilidades eleitorais em torno de uma solução à altura das tradições fluminenses.

Não percamos de vista, porém, que a receptividade popular ao nome escolhido é o fator decisivo da vitória. Um candidato improvisado, desconhecido do povo ou olhado com reserva, estará certamente condenado ao mais completo fracasso.

Deve o candidato poder dizer o que já fez pelo povo, porque a garantia do que prometer estará simultaneamente no seu passado e nos que o apoiam. Não se pode conquistar o governo do Estado pela ambição pessoal, pelo desejo dos amigos ou pela ambição de um grupo.

Neste momento, sem qualquer prévia opção ou inclinação própria, sem mesmo excluir qualquer nome, promove uma larga consulta partidária, para designação de um homem capaz, digno e leal que nos inspire a confiança com que queremos aguardar os anos vindouros.

Nada nos impedirá, nem ressentimentos particulares, nem restrições à minha pessoa de, no momento oportuno, convocar as demais agremiações políticas para apreciarem o assunto num entendimento honroso e livre.

Os que, compreendendo minha atitude, quiserem oferecer ao futuro administrativo do Estado a colaboração da sua boa vontade e dos seus recursos políticos, serão bem recebidos. Se pudermos chegar a um resultado digno, tanto melhor, pois assim pouparemos às forças partidárias os desgastes duma campanha menos compreensiva e subtrairemos aos caminhos da vida pública fluminense obstáculos removíveis. Essa perspectiva me é singularmente grata e na sua consecução porei os melhores esforços.

Se tivermos luta, para o seu êxito contamos com a renovação da nunca desmentida confiança e decisivo apoio que, em quatro pleitos sucessivos, os nossos conterrâneos nos deram e que espero, nunca nos faltarão.

Embora homem de partido, firmemente disposto a ajudar aos meus correligionários e certo de não me caber a culpa da impossibilidade de um acôrdo, conservarei até o fim o propósito sereno de assegurar a todos a mais ampla liberdade na escolha de quem há de ter a honra insigne de ser o Governador do Estado do Rio e dirigir os destinos dos fluminenses — cuja inteligência, amor ao trabalho e patriotismo estão gloriosamente ao nível das qualidades preclaras que seus antepassados deixaram inscritas na história do Brasil.”

PLAINAS AUTOMOTORAS

“ADAMS”

PARA CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Distribuidores exclusivos para Distrito Federal, Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo:

COMPANHIA DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO

Rua da Alfândega n.º 100 — Telefone: 23-1640 — Rio de Janeiro

M á r m o r e s Santo Cristo L i m i t a d a

Fornecem e colocam:

M Á R M O R E S

G R A N I T O S

M A R M O R I T E

no edfício-sede da Sociedade Nacional de Agricultura

(Rua Regeneração, 361 — Tels.: 29-0464, 30-2750 e 30-5601

Rio de Janeiro)

Orçamentos para obras de qualquer natureza e também
para ARTE SACRA

Ampliação da rede cursos e Escolas de Ensino Agrícola no Brasil

Como delegado na Sociedade Nacional de Agricultura na II Conferência Rural Brasileira que se reuniu no Estado do Paraná, no período de 6 a 10 de Dezembro de 1953, apresentei quatro indicações sobre ensino agrícola.

As referidas indicações, com pareceres favoráveis das comissões que as estudaram, submetidas à plenário, foram unânimesmente aprovadas, o que é um índice expressivo, de que a classe rural anseia por uma maior rede de ensino agrícola.

Foram as seguintes as indicações apresentadas:

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando que do concurso de professoras especializadas depende o êxito dos Centros de Treinamentos de Economia Rural Doméstica;
- 2 — Considerando que para isso se faz mister a instalação dos Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica previstos pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola;
- 3 — Considerando, finalmente, que a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, diplomou no corrente ano, a primeira turma de Licenciadas de Economia Rural Doméstica da primeira Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica do país;

Propomos a seguinte indicação:

“A Segunda Conferência Rural Brasileira tendo em vista a oportunidade dos Cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola recomenda sejam os mesmos instalados em todas as unidades da Federação”.

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando que para o êxito de uma atividade agro-pecuária, torna-se mister, entre outros fatores, o concurso de trabalhadores rurais qualificados;
- 2 — Considerando que são ainda em número muito reduzido as escolas profissionais agrícolas em nosso meio;
- 3 — Considerando, finalmente, que através de 34 Centros de Treinamento Agrícola, vem a Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura preparando, com grande êxito, operários agrícolas qualificados e tratoristas.

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da S. N. A. na II Conferência Rural Brasileira

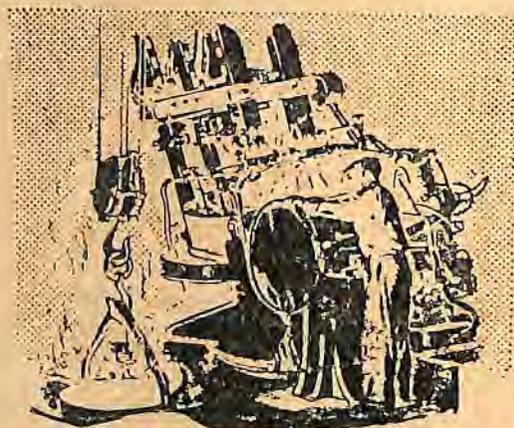
Propomos a seguinte indicação:

“A Segunda Conferência Rural Brasileira tendo em vista a objetividade e oportunidade dos Centros de Treinamentos Agrícolas mantidos pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, recomenda sejam os mesmos intensificados e difundidos em todas as Unidades da Federação”.

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando que a agricultura deve ser praticada em bases racionais e técnicas;
- 2 — Considerando a necessidade cada vez maior da difusão do ensino profissional agrícola entre nós;

Senhores Fazendeiros:
A USINA QUEIROZ JUNIOR S.A.
Indústria Siderúrgica



Fabrica Arados “Favorita”, Engenhos para cana, Debulhadores de milho, Carneiros hidráulicos, Painéis, Caçarolas, Chaleiras, Chapas de fogão, Fogareiros Picaretas, Machados Bigornas, Rodas Pelton, etc., etc.

Fabrica mais, toda e qualquer peça em ferro ou aço fundido.

Estação de ESPERANÇA - E.F.C.B.

Teleg. “GUSA”

Estado de Minas Gerais

- 3 — Considerando, finalmente, que as entidades agrícolas sempre que possível, devem manter, escolas profissionais agrícolas, tal como vem fazendo, desde 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura que mantém, na Penha, Distrito Federal, a Escola de Horticultura Wencesláu Bello.

Propomos a seguinte indicação:

“A Segunda Conferência Rural Brasileira considerando a necessidade da intensificação do ensino agrícola, recomenda que as Federações das Associações Rurais sempre que possível instalem escolas profissionais agrícolas destinadas aos filhos dos trabalhadores rurais”.

INDICAÇÃO

- 1 — Considerando a importância, objetividade e oportunidade do ensino de economia rural doméstica;
- 2 — Considerando a valiosa colaboração que a população feminina pôde prestar no sentido da melhoria das condições de vida no meio rural;
- 3 — Considerando, finalmente, que os 22 Centros de Treinamentos de Economia Rural Doméstica destinados às filhas dos trabalhadores agrícolas,

mantidos pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura vem realizando um trabalho digno de aplausos;

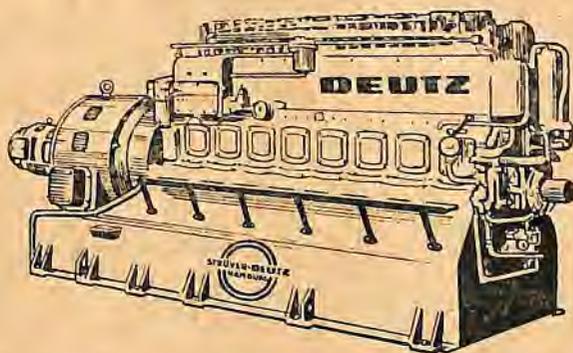
Propomos a seguinte indicação:

“A Segunda Conferência Rural Brasileira reconhecendo a oportunidade e objetividade dos Centros de Treinamento de Economia Rural Doméstica mantida pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, recomenda sejam os mesmos intensificados e difundidos em todas as regiões do País”.

É de toda justiça salientar os esforços e o interesse do Dr. João Cleofas, Ministro da Agricultura, e do Dr. Nelson Dantas Maciel, Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário do referido Ministério em prol do desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil, tanto que nos três últimos anos ele teve um grande surto.

Oxalá não faltem jamais administradores com tão elevada compreensão das reais necessidades do país, e o ensino agrícola se desenvolva sempre no ritmo crescente que lhe tem imprimido o Ministro João Cleofas.

**GRUPOS
DIESEL-ELÉTRICOS
“STRÜVER”
DE 3 A 500 KVA**
Equipados com os legítimos
motores Diesel
DEUTZ



Permanente ESTOQUE DE PEÇAS e perfeita ASSISTÊNCIA
TÉCNICA garantidos pelo
ÚNICO E EXCLUSIVO REPRESENTANTE
para todo Brasil:



SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA

Rio de Janeiro: Rua da Alfândega, 116 — São Paulo: Rua Florêncio de Abreu, 598
Porto Alegre: Rua Voluntários da Pátria 1003 — Recife: Rua da Palma, 296
Endereço Telegráfico "OTTOMOTOR"

Cavalcanti Junqueira S.A.

CAPITAL E RESERVAS:

CR\$ 5.000.000,00

ENGENHARIA

CONSTRUÇÕES

TERRAPLENAGENS MECÂNICAS

EDIFÍCIOS — FÁBRICAS — RESIDÊNCIAS — BAR-
RAGENS — PONTES — VIADUTOS — ESTRA-
DAS — ARRUAMENTOS — PAVIMENTAÇÕES

Rio de Janeiro:

Av. 13 de Maio, 23 — 10.º
Fone: 42-8177

São Paulo:

Rua José Bonifácio, 250 — 9.º
Fone: 36-6926

Noticias e Informações

FINANCIAMENTO DAS LAVOURAS DE CAFÉ

A diretoria do Banco do Brasil, tendo em vista os prejuízos causados à lavoura cafeeira pelas estiagens, aplicou a lei n.º 1.719 de 1.º de Novembro de 1952.

De acôrdo com o estabelecido, ficou ampliada até 31 de Outubro de 1954, o estabelecido a esse respeito, estando pois o poder executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S/A, através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial o financiamento das lavouras de café cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade ocasionada pela ocorrência de nova estiagem, verificada no corrente ano, não se enquadrem nas disposições da mencionada Carteira.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE JAU

De acôrdo com o relatório da Associação Rural de Jaú, possui a mesma, até agora, cento e cinquenta sócios remidos e funciona em sede própria, cujo prédio e instalações valem Cr\$ 400.000,00.

FINANCIAMENTO DAS LAVOURAS ATINGIDAS PELAS GEADAS

O Senado Federal promulgou em 16 de Novembro a seguinte Lei, referente ao financiamento das lavouras atingidas pelas geadas:

Em 28 de outubro aprovou o Senado o seguinte projeto da Câmara dos Deputados que foi enviado à sanção do presidente da República e, posteriormente, promulgada pelo Senado (16 de novembro):

“Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A., pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, nos períodos agrícolas compreendidos entre 1.º de novembro de 1953 a 31 de outubro de 1957, sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, a realização do financiamento das lavouras de café, cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade ocasionada pela geada ultimamente verificada, não se enquadre nas disposições do regulamento da mencionada Carteira.

Art. 2.º — Os financiamentos referidos no artigo anterior só serão deferidos aos lavradores cujos imóveis situados nas regiões atingidas pelas geadas, tenham sofrido prejuízos capazes de afetar a sua formação ou produtividade em mais de um período anual.

Art. 3.º — A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., sempre que for necessário, solicitará do Instituto Brasileiro do Café os elementos precisos para perfeita instrução dos processos de financiamento a que se refere a presente lei.

Art. 4.º — Nos empréstimos a que se refere esta lei deverá sempre se incluída uma verba destinada à manutenção dos empreiteiros ou formadores de lavouras atingidas pelas geadas durante o período

de restauração dos cafeeiros até o máximo de três anos.

Parágrafo único — Para gozar dos benefícios desta lei os lavradores prejudicados pelas geadas deverão assumir nas escrituras de financiamento sob pena deste não ser concedido, a obrigação de manter os contratos de formações de lavoura atualmente existente ainda de destinar aos empreiteiros a verba prevista neste artigo.

Art. 5.º — Em casos excepcionais, plenamente justificados, e sempre por solicitação ou informação do Instituto Brasileiro do Café, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. poderá deferir os empréstimos de que trata esta lei antes do período agrícola a iniciar-se a 1.º ed novembro de 1953.

Art. 6.º — Os financiamentos previstos nesta lei serão garantidos por penhor agrícola ou hipoteca, fixado para a primeira dessas garantias o prazo máximo de quatro anos.

Parágrafo 1.º — A garantia hipotecária será exigida apenas aos financiamentos pignoratícios que ultrapassarem a quatro colheitas e forem de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00.

Parágrafo 2.º — É dispensada a anuência do proprietário agrícola à constituição do penhor das colheitas de café dadas em garantia dos financiamentos, inclusive as formadas em terrenos devolutos, desde que o respectivo ocupante tenha pelo menos apresentado requerimento já deferido e de discriminação em seu favor da área ocupada.

Art. 7.º — Para o registro dos contratos de financiamento nos termos desta lei é assegurado o direito de prorrogação para 30 de novembro de 1956:

a) aos arrendatários ou locatários das terras onde se encontram as culturas financiadas do prazo dos contratos de arrendamento, mantidas as demais condições estabelecidas;

b) ao promitentes compradores ou devedores com garantia hipotecária das mesmas terras, no prazo dos pagamentos antes exigíveis, na forma das respectivas escrituras.

Art. 8.º — Fica a Carteira de de Redesconto do Banco do Brasil autorizada a conceder fora dos limites em vigor, aos estabelecimentos bancários, o redesconto de títulos provenientes de financiamento de recuperação e até o prazo de um ano prorrogável, bem assim dos títulos orinudos de promessas de venda de terras financiadas a que se refere o art. 7 desta lei e até o prazo previsto no mesmo artigo.

Art. 9.º — Nas localidades onde o Banco do Brasil não dispuser de agências ou escritórios, para que o financiamento atenda o maior número possível de lavradores, poderá a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial daquele Banco delegar essas operações de crédito aos bancos particulares existentes na região, mantidas as mesmas condições de custeio e taxa de juros usuais para esses financiamentos.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Tratando do assunto constante do projeto acima, ora transformado em lei, estiveram no Rio, os srs. José Cassiano Gomes dos Reis e Luiz Fortunato Moreira Ferreira, diretores da FARESP. Ante a situação dos cafeicultores premidos pelos efeitos da geada, mantiveram aqueles representantes contato com a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, cujo gerente prometeu abreviar o início da execução do financiamento, tão logo fosse a lei promulgada, o que já se verificou. Esperam-se assim imediatas providências para concessão dos recursos às lavouras geadas.

IMPORTAÇÃO DE NOVILHAS HOLANDESAS

O Ministério da Agricultura acaba de importar da Argentina e do Uruguai 606 novilhas da raça Holandesa malhada de preto, de alta cruz e de 15 a 20 meses.

As novilhas importadas serão vendidas em quatro prestações anuais e juros de 7%.

VI CONCENTRAÇÃO DE PRODUTORES DE BATATAS

Realizou-se em 25 de Outubro, em Mogi das Cruzes, a VI Concentração de Produtores de Ba-

tatas, promovida pela Associação Rural de Mogi das Cruzes, sob o patrocínio da Federação das Associações Rurais de S. Paulo.

XXI EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS

Realizar-se-á em S. Paulo, no período de 3 a 11 de Abril de 1954, a XXI Exposição Nacional de Animais. De 10 de Dezembro de 1953 a 15 de Fevereiro de 1954, estarão abertas as inscrições para a referida exposição.

II CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

Realizou-se em Curitiba, Estado do Paraná, a II Conferência Rural Brasileira, promovida pela Confederação Rural Brasileira. Ao referido conclave foram apresentados quase uma centena de trabalhos, alguns dos quais, de alto alcance para a classe Rural.

ADUBOS FOSFATADOS

Os agricultores da Associação Rural de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, já estão aplicando os 600 sacos de adubos fosfatados que lhes foram remetidos pelo Ministério da Agricultura.

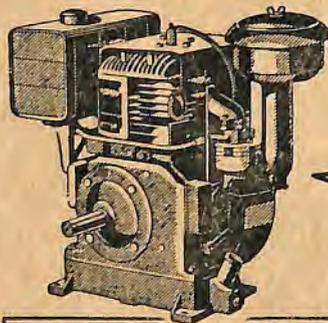
PARA O CAMPO, MOTORES.

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina, para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



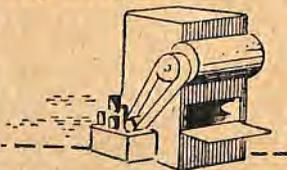
Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 63

INDUSTRIA DE MADEIRAS AFA LTDA.

TÓDAS AS ESQUADRIAS DE MADEIRA DA

Casa da Agricultura

FORAM EXECUTADAS E COLOCADAS POR ESTA FIRMA

ESPECIALIZADA. OFICINAS PRÓPRIAS E MODERNÍSSI-

MAS EM BONSUCESSO, À RUA 24 DE FEVEREIRO, N.º 39

— TEL.: 30-0577

RIO DE JANEIRO

Filiação de Cooperativas a Sociedades Mercantis

O assunto tem sido controvertido, embora as contingências muita vez tenham conduzido e conduzam as cooperativas a essa prática, perfeitamente removível quando há mútua compreensão levando a organização federativa, como acaba de acontecer com as cooperativas vitivinícolas do Rio Grande do Sul.

Em Costa Rica, surgiu, no começo deste ano, interessante debate em torno desse tema, tendo havido opiniões desfavoráveis (Dr. *Carlos José Gutierrez*, Dr. *Marcial Barrientos*, etc.) e favoráveis (*Fabra Ribas*, *Sergio Hederra*, *Chaves Nunes*, etc.).

Reproduzimos aqui, pela legitimidade de seus fundamentos, a opinião contrária do Dr. *Marcial Barrientos*, digno diretor da Oficina Geral de Trabalho, de Costa Rica.

Acusando a carta de 22 de outubro de 1952 do Dr. José Carlos Gutierrez disse êle que, ao responder à consulta relativa à possibilidade de uma Cooperativa formar parte de uma sociedade particular de tipo lucrativo, acentuava que, da interpretação do artigo 293 do Código do Trabalho, se deduz que são características cu elementos básicos de toda sociedade cooperativa, no consenso universal:

- a) São sociedades de duração indefinida;
- b) Têm pessoal e capital variáveis e ilimitados;
- c) São organizações em comum e com objetivos determinados;
- d) Têm por fim realizar o progresso econômico e social sem ânimo de lucro; e

e) Distribuem saldos excedentes ou sobras a prorrata da utilização que cada um faça da função social.

"De conformidade com tais elementos nenhuma sociedade deste tipo, que careça de um só deles, poderá chamar-se cooperativa.

"Doutrinariamente, já é um lugar comum a assertiva de que as sociedades cooperativas não devem nem podem ter, em sua gestão econômica, lucro algum, sendo este o elemento principal de toda sociedade deste tipo.

"Pela leitura do Título Terceiro, Capítulo 5.º do Código do Trabalho e da Exposição de Motivos referentes a tal Título, vê-se o empenho que teve o legislador em indicar claramente que as cooperativas não devem colimar lucro algum em sua gestão econômica, e houve por bem pôr limitações para que comerciantes e outros com fins especulativos possam aproveitar das cooperativas como meio de chegar a tais fins.

"Assim, esta Oficina acha que qualquer soma recebida pelos cooperadores que não provenha de sua própria gestão, terá caráter lucrativo, conseqüentemente, será ilícito dentro da doutrina e da lei que regula esta classe de associações.

"Analisando o informe do sr. gerente sobre as empresas a fundar, que solicitam o apoio financeiro de "Victoria R. L.", deduzo que as operações a realizar não estão contempladas no previsto pelo artigo 30 do Código de Comércio e, portanto, são empresas de tipo mercantil com finalidade de lucro.

"Não vejo, por conseguinte, como possa a Cooperativa citada participar das ditas empresas sem vio-

lar as características indicadas nos incisos "c", "d" e "e", debitando, assim, sua posição de cooperativa e expondo-se a receber a sanção prevista no artigo 335, por violação dos incisos "b" e "c" deste mesmo artigo ou o previsto no inciso "e" do artigo 356 do Código do Comércio.

"Permito-me, portanto, adiantar meu critério: se a Cooperativa apresentar uma reforma em seus estatutos nesse sentido, esta Oficina a impugnará de acôrdo com os termos anteriores, que estão baseados na lei e na doutrina".

Em outro comunicado daremos o ponto de vista do distinto advogado, Dr. *Carlos Gutierrez*, que a respeito também emitiu brilhante parecer contrário à participação de cooperativas em sociedades de fins especulativos.

Em comunicado anterior exaramos o parecer do Dr. *Marcial Barrientos*, digno chefe da "Oficina General de Trabajo", de Costa Rica, desfavorável à filiação de cooperativas a sociedades com fins de lucro, louvando-se, brilhantemente, em fundamentos de ordem legal e doutrinária. No presente, vamos reproduzir a opinião do ilustre advogado costarricense, o Dr. *Carlos José Gutierrez*, em resposta a uma consulta que lhe foi feita, como ao Dr. *Marcial Barrientos*, e outras personalidades de relêvo de Costa Rica e do estrangeiro, dentre êles *Fabra Ribas*.

Eis o que disse o Dr. *Gutierrez*:

"Sr. gerente da Cooperativa Agrícola Industrial Vitória R. L.

"Refiro-me à sua consulta de 17 de outubro sobre a possibilidade de a Cooperativa filiar-se a uma sociedade particular de tipo lucrativo. Minha opinião poderia resumir-se dizendo-lhe que isto é possível unicamente naqueles casos em que a sociedade de tipo lucrativo se destina a atender a interesses econômico-sociais dos membros da cooperativa.

Para chegar a esta conclusão baseio-me nas seguintes considerações:

a) A lei n.º 49, de 22 de julho de 1943, de acôrdo com a qual se criou a dita cooperativa, e a de n.º 867, de 6 de maio de 1947, aplicável a todas as cooperativas filiadas ao Banco Nacional de Costa Rica, nada dizem a respeito. A primeira limita-se a dar ao Banco as faculdades necessárias para a fundação de uma cooperativa, para que explore imóveis, cuja transferência se autoriza. A outra regulamentação com maiores detalhes o trabalho da Seção de Cooperativas do Banco, e assinala quais são as organizações que têm direito a receber o apoio da dita seção.

a) No caso, devemos olhar unicamente as disposições do título quinto do Código do Trabalho. Neste título encontraremos as seguintes proibições em matéria de relações das organizações sociais com as empresas particulares:

"Artigo 263 — Fica absolutamente proibido a toda organização social qualquer atividade que não se refira ao fomento de seus interesses econômico-sociais.

“Art. 266 — Parágrafo 2.º (“As organizações sociais”) — Não poderão utilizar as vantagens da personalidade jurídica com ânimo de lucro, *mas poderão fazê-lo em tudo o que contribua para preencher sua finalidade essencial de obter os maiores benefícios comuns para seus associados.*”

“Art. 297 — A nenhuma cooperativa será permitido:

a) Estabelecer, com comerciantes, combinações ou acordos que façam com que êstes participem, direta ou indiretamente, dos benefícios ou franquias que a presente lei outorga...”

“Art. 355 — Por solicitação do Ministério do Trabalho e de Previdência Social, ou de um dos sócios, os Tribunais do Trabalho ordenarão a dissolução das Cooperativas, se, se provar em juízo:

a)
b) Que exercem o comércio com ânimo de lucro, ou que utilizam indevidamente os benefícios da personalidade jurídica ou as franquias fiscais que o presente Código outorga. Entender-se-á que incorrem nesta proibição se seu capital estiver formado, em todo ou em parte, pela contribuição de pessoas físicas ou jurídicas que colimem, notoriamente, fins de lucro; se violarem a proibição contida no inciso “a” do artigo 297; se de alguma forma permitirem ou facilitarem a infração do disposto pelo parágrafo primeiro do artigo 342, ou se especularem de qualquer modo...”

As duas últimas proibições, sejam as dos artigos 297, inciso “a”, e 355, inciso “b”, proíbem que dos benefícios ou franquias cooperativas participem pessoas ou empresas dedicadas ao exercício de atividades ordinárias de lucro. Entendendo que êste não seria o caso de nenhuma das indústrias para que se pede a participação da cooperativa e que ambas, constituídas como entidades à parte, não se beneficiarão das vantagens que a lei concede a esta;

c) O caso encontra-se, a meu ver, regido pelas proibições dos artigos 263 e 266, parágrafo 2.º, propostos ambos a impedir que as cooperativas e outras organizações sociais desvirtuem seu objetivo e se dediquem a atividades que “não visem ao fomento de seus interesses econômico-sociais”, ou que não preencham “sua finalidade essencial de obter os maiores benefícios comuns para seus associados”.

De acôrdo com as disposições acima, a Cooperativa pode formar parte da empresa para fabricar levedura, usando como base o melão que se produz nos engenhos. Dita fábrica encontra-se diretamente relacionada com as atividades ordinárias dos sócios, e permitirá aos mesmos obter uma nova saída para um subproduto da elaboração do açúcar que, hoje em dia, não tem grande mercado.

Desta forma, permite-lhe um maior aproveitamento das matérias que ela e seus associados produzem. Poderia, em consequência, dizer-se que se está fomentando, de maneira efetiva, seus interesses econômico-sociais, e obtendo maiores benefícios para seus associados. Ademais, ao negar-se a filiação da Cooperativa à citada empresa, colocar-se-ia a mesma em pé de desigualdade em relação às empresas privadas que possuem engenhos, objetivo que a lei não pode colimar em Costa Rica, já que, contrariamente, por tôdas as formas, fomenta a constituição de sociedades cooperativas.

Em contraposição, perece-me que a Cooperativa Victoria de acôrdo com as disposições legais citadas, não poderá formar parte de uma empresa que estabeleça um teor para fabricar sacos de algodão, para enfiar açúcar e outros artigos de produção nacional. E’ certo que a Cooperativa usará êsses sacos para seus produtos; mas, entre essa atividade e as ordinárias e correntes da empresa e de seus sócios,

a conexão parece-nos demasiado longínqua. Em se tratando de uma cooperativa de produtos de café e cana, seria mui difícil alegar que há, entre os associados, interesse econômico-social na produção de sacos de algodão, pelo simples fato de que, para enfiar parte dos artigos que os associados produzem, os ditos sacos poderiam ser necessários. Se aceitarmos esta última tese, não haveria nenhuma razão para que as sociedades cooperativas estivessem sujeitas a proibições como a dos artigos 263 e 266, e poder-se-ia permitir, então, que elas participassem de toda classe de atividades lucrativas, com uma conexão mui remota com as que constituem o objetivo para o qual foram criadas.

De maneira que, voltando ao objeto da consulta creio que é possível a uma cooperativa formar parte de uma sociedade de lucro, mas com a restrição de que a dita participação se possa produzir somente quando a empresa vise a atender a interesses da cooperativa ou de seus associados.

Não creio seja necessário acrescentar que a participação na fábrica de levedura importa na reforma do artigo terceiro dos estatutos da Cooperativa, o qual diz:

“Artigo terceiro — Os fins da Sociedade serão a exploração agrícola e industrial, sob o sistema cooperativo, das seguintes propriedades... Serão seus fins também o melhoramento cultural e econômico de seus associados, que integram um importante setor da agricultura e indústria nacional; a formação, entre

COMPANHIA DE EXPANSÃO
AGRÍCOLA FLUMINENSE

M á q u i n a s
A g r i c o l a s

ADUBOS

Rua Senador Dantas, 7-A - 10.º e 11.º
ands. — Tels.: 52-1161 e 52-5541 —

R I O

si, do espírito de solidariedade e ajuda mútua e de um fundo para serviços sociais e fins comuns dos associados”.

O artigo acima deverá ser reforçado, nele ficando claro que a elaboração de produtos poderá fazer-se mediante a participação da Cooperativa em empresas particulares destinadas a esse objetivo.

Em todo o caso, sendo a “Repartição Geral do Trabalho” a autoridade que poderia fazer objeções a operações como a planejada, permito-me fazer à dita Repartição uma consulta verbal sobre o assunto, à qual penso juntar cópia da presente, como ponto de referência”.

No comunicado anterior, demos o parecer da citada “Oficina General de Trabajo”, inteiramente contrário à participação de cooperativas em empresas de fins lucrativos.

O Sr. Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, do Brasil, *Dr. Luciano Pereira*, sempre foi, em tese, contrário a essa participação. A Assistência Jurídica do *Serviço de Economia Rural* em três casos concretos surgidos, opinou pela participação, dado seu caráter especialíssimo: participação de duas cooperativas vinícolas em empresas de engarrafamento, e participação de uma cooperativa de leite em uma empresa elétrica para seu abastecimento próprio e da própria vila, ameaçada de perdê-la, o que se enquadra na tese *Gutierrez*.

Aconselhamos, ademais, que os possíveis lucros fossem levados sempre a fundo de reserva.

As disposições das leis costarriquenhas deverão prender a atenção dos futuros legisladores, para quando se modificar a lei 22.239, ou para quando vier outra. Apesar de texto claro da 22.239, e da

orientação firmada quanto à participação de comerciante ou dos que exercem atividades concorrentes, é o *Serviço de Economia Rural* de quando em vez assediado com projetos de cooperativas com puros objetivos de lucro e participação de pessoas jurídicas com o mesmo objetivo, por comerciantes de gêneros, hoteleiros, fabricantes, etc. Todos querem as facilidades legais de constituição e as franquias da lei (isenções de solos, do imposto de renda, caráter cícil, etc.) permissão em lei dessa filiação a empresas de lucro sem as devidas restrições para os casos especialíssimos, como o acentua *Gutierrez*, seria o completo desvirtuamento das cooperativas, que passariam para um plano de formação mercantilista de suas altas finalidades. Já bastam as atuais cooperativas organizadas (umas ao tempo da lei 5.893) por sociedades anônimas, que, ao lado da exploração industrial, têm a exploração agrícola realizada em certa escala, ou em pequena escala, o que constituiu motivo bastante para justificarem a formação de cooperativas de venda e outras, apesar do que dispõe a lei 22.239 e da lídima interpretação dada à mesma pelo *Dr. Luciano Pereira*: a impossibilidade de pessoas jurídicas não cooperativas formarem entre si cooperativas. Não fôra isso, e teríamos monopólios formados à sombra do cooperativismo, e no caso inverso: cooperativas poderem, sem restrições e com expresse amparo legal, participarem de empresas de lucro, a subversão da própria filosofia cooperativa e, em um meio como o nosso (com a educação cooperativa dos países europeus) transferir-se para eras remotas a fundação dos verdadeiros órgãos do segundo grau: as federações. Já tivemos mais de um exemplo disso tudo.

FÁBRICA DE LADRILHOS HIDRÁULICOS

Blasquez, Rosario & Cia. Ltda.

IMPORTAÇÃO

Aparelhos sanitários:
Branco e de côres — Nacionais
e estrangeiros

EXPORTAÇÃO

Fornecemos e colocamos:
Azulejos, mosaicos, cerâmicas
e etc.

BLASQUEZ, ROSARIO & CIA. LTDA.

Caixa Postal: 4658 — Capital: Cr\$ 2.000.000,00 — End. Telegr.: BLAROZE

RUA DO SENADO, 252 — TELS.: LOJA, 32-2646 — ESCR., 32-5022

Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar

“Só através do interesse coletivo é que podemos consolidar a obra da economia açucareira, por intermédio do I. A. A.”

As conclusões do importante conclave realizado na Capital Federal por iniciativa do sr. Gileno de Carli para debelar a grave situação da lavoura e indústria canavieiras

Convocado pelo Sr. Gileno de Carli, realizou-se nesta capital na penúltima semana de fevereiro, a Convenção Nacional de Produtores de Açúcar, conclave destinado a estudos e fixar normas que venham a debelar a crise existente nos diversos setores da produção açucareira.

A essa importante conferência que foi solenemente instalada pelo titular da pasta da Agricultura, Sr. João Cleofas, contando com a presença do governador Amaral Peixoto, dos Senadores Apolonio Sales, Novais Filho e outros parlamentares, compareceram numerosas delegações de produtores de açúcar sendo pelos mesmos debatidas as diversas teses do temário.

Ao encerrar-se a Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar, falaram o representante da indústria, Sr. Francisco Veras, o da lavoura canavieira, deputado Lima Teixeira, ouvindo-se ainda a palavra do senador Novais Filho, de representantes de governos estaduais, todos unânimes em apoiar a atuação do Sr. Gileno de Carli na presidência da autarquia açucareira.

Ressaltaram os oradores a oportunidade e os provetos de estudo conjunto dos problemas que afligem a agro indústria do açúcar no Brasil.

FALA O PRESIDENTE DO I. A. A.

Em resposta aos aplausos à sua gestão e aos aplausos formulados pela Lavoura no sentido de uma maior penetração do I. A. A., no seio da classe, bem como agradecendo aos oradores que o precederam, o sr. Gileno de Carli pronunciou o seguinte discurso:

— “Conclamaram-me que eu fôsse, à frente do Instituto do Açúcar e do Alcool, um revolucionário; pediram que eu desse ao Instituto do Açúcar e do Alcool velocidade maior à sua intervenção. Presidente que sou da autarquia açucareira desde 1950, para dar a justa medida do meu espírito intranquilo do meu espírito insatisfeito e, por que não dizer, do meu espírito revolucionário, basta citar as

campanhas em que tenho lutado em favor de uma idéia, em favor de planos”.

PREÇO ÚNICO

— “A primeira luta, do preço único, foi realmente uma luta árdua, uma luta dura para dar a todos os produtores do Brasil a mesma oportunidade de tratamento, a mesma possibilidade de garantia de remuneração. Sômente êsse plano de preço único daria um atestado do meu espírito revolucionário mas, dentro da máquina administrativa do Instituto, basta citar que, no ano de 1951, o balanço financeiro do Instituto acusa um movimento de cerca de Cr\$ 2.300.000.000,00. Em 1952 com um ano único de administração, o movimento financeiro do Instituto ascendeu à casa dos Cr\$ 4.800.000.000,00 e, em 31 de dezembro de 1953, segundo ano da minha administração, através dos planos que foram instituídos, através dos planos de álcool anidro, da expansão de sua produção através do Plano Nacional da Aguardente, através do plano do álcool hidratado e do álcool industrial, o movimento financeiro do Instituto atingiu a Cr\$ 10.200.000.000,00.

Sômente êsses dados bastariam para responder à ânsia de velocidade maior que deseja o meu prezado amigo Deputado Lima Teixeira”.

ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR

— “O Instituto do Açúcar e do Alcool está descendo também até os trabalhadores, não talvez com aquela intensidade que todos nós desejamos, mas o movimento assistencial pelo Brasil inteiro através de dezenas de ambulatórios, através do auxílio aos hospitais que os fornecedores de cana pelo Brasil têm construído, têm erigido com a co-participação do Instituto é uma demonstração de que a autarquia açucareira, obedecendo à sábia orientação do Sr. Presidente da República vai até o trabalhador, para recuperá-lo e para o mesmo trabalhador uma vida digna”.

ENSINO TÉCNICO

— “Sob o ponto de vista de assistência, quero dizer a este plenário que, na minha administração, o Instituto do Açúcar e do Alcool planejou e já está executando a construção de três grandes escolas agro-industriais, com usinas-piloto para os filhos dos trabalhadores do campo e dos trabalhadores das fábricas a fim de lhes dar a assistência técnica de que tanto necessitam: três grandes escolas, com capacidade, cada uma para 300 meninos, que serão gratuitamente instruídos pelo Instituto. Durante quatro anos, receberão pelo Brasil, através de uma seleção nas escolas primárias do campo e das fábricas, a assistência técnica para que se transformem em homens que vão conhecer a razão de ser da máquina, a razão de ser da recuperação da terra e a razão de ser da recuperação do homem que ajuda a construir o Brasil.

É, portanto, com grande prazer que respondo à sugestão que dentro do Instituto já estava acolhida de descer o I. A. A. ainda mais para atender ao filho do operário, ao filho do trabalhador, aos nossos irmãos, como todos somos”.

SOLUÇÃO PARA TODOS

“Meu senhores, estamos finalizando esta magnífica reunião e a conclusão mais certa a que chegamos é a de que resolvemos o problema para todos e a de que as recomendações aqui aprovadas não são contra ninguém. Aqueles que aqui não compareceram tiveram seus interesses justos amparados por todos nós. Damos a todos uma demonstração de que não é possível resolver o problema açucareiro na base de interesses regionais. Somente através do interesse coletivo é que podemos consolidar a obra da economia açucareira, por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool. Não é possível que nesta hora de expectativa e de perigos, em que vemos o fantasma da superprodução caminhando a passos largos, para trazer a todos, fortes e fracos, a ruína iminente, deixemos de conter aqueles que se haviam expandido em demasia”.

ESCLARECIMENTO SOBRE A EXPANSÃO

— “Não sou contra a expansão da indústria açucareira de qualquer região brasileira, mas sou contra, como todos o são, à expansão unilateral, à expansão demasiada de uns poucos para sacrifício de todos; sou contra o fortalecimento excessivo, através da expansão açucareira demasiada, daqueles que já são fortes, dos que são ricos, para trazer, como consequência, o empobrecimento dos que ainda são fracos. (Muito bem. Palmas).

Demos um atestado de unidade política, o que só é possível através da unidade econômica. E não seria possível que o açúcar, que em toda a história econômica do Brasil foi um elo de compreensão, foi um elo de unidade territorial, neste momento viesse a ser um motivo de incompreensão, de dificuldades, de desentendimentos e de desinteligências entre irmãos e entre brasileiros”.

APELO À FAMÍLIA AÇUCAREIRA

— “Faço um apelo à família açucareira do Brasil para que todos tenham em alta significação este documento que hoje aqui aprovamos por unanimidade e que a todos anime o mesmo espírito de renúncia, porque, somente através da renúncia, através da desambição é que todos poderão ser salvos, tanto os ricos como os pobres, tanto os fortes como os fracos. Sem limitação de produção, sem contingentamento, sem expansão harmoniosa não poderá haver tranquilidade, porque a demasia de expansão unilateral traz a insatisfação de todas as zonas açucareiras do Brasil. E os senhores deram uma demonstração positiva de espírito e de maturidade dos problemas econômicos da lavoura e da indústria.

Finalizando com os meus agradecimentos por esta obra de colaboração magnífica da produção açucareira e da produção canavieira do Brasil ao Instituto do Açúcar e do Alcool, quero lhes dizer, meus Senhores, que aqui construímos um código de direitos. Muito obrigado”. (Palmas prolongadas).

CONVENÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE AÇUCAR

Damos abaixo a íntegra do relatório e conclusões dos trabalhos da Primeira Comissão Técnica, responsável pelo estudo e debate dos problemas relativos ao contingentamento e escoamento da produção, texto emendado e aprovado pelo Plenário da convenção no dia 22 de fevereiro de 1954:

A Primeira Comissão Técnica, do Contingentamento e Escoamento da Produção de Açúcar, depois de examinadas e debatidas as indicações formuladas pelas representações credenciadas de produtores de açúcar de usinas e fornecedores de cana, elaborou o documento que, aprovado em sessão realizada no dia 20 de fevereiro, foi submetido à consideração do Plenário da Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar, consubstanciando princípios, medidas e planejamento de defesa da economia açucareira do país, como segue:

CAPÍTULO I AFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIO

1.º — A Convenção reconhece e recomenda o princípio da limitação como base do sistema de defesa da produção açucareira nacional.

2.º — A Convenção proclama o princípio da unidade econômica nacional para prevalecimento em qualquer solução dos problemas da agro-indústria do açúcar.

3.º — A Convenção apoia e considera fundamental o princípio de que a produção intra-limite de cada unidade federativa não pode sofrer qualquer restrição ou sacrifício em consequência de soluções para o problema do extra-limite, ressalvadas as contribuições destinadas à defesa de preços, não podendo ocorrer liberações do excesso sem estar assegurada a colocação das quotas dos limites estaduais.

4.º — A Convenção estabelece, como princípio, a decisão de toda a economia açucareira nacional de cooperar e apoiar, compreen-

sivamente, as soluções que atenuem o problema do extra limite, através da mobilização de todos os recursos disponíveis para aquele fim, ressalvada a garantia dos preços oficiais para a produção intra-limite de açúcar e a paridade de remuneração do álcool, com os mesmos preços oficiais, sempre que excedidos em cada fábrica os coeficientes do aproveitamento residual.

CAPÍTULO II MEDIDAS ESSENCIAIS

A Convenção como medidas essenciais à consolidação dos princípios estabelecidos, sugere e recomenda:

1.º — Até que restabelecido o equilíbrio entre a produção e o consumo mantida a margem de segurança conveniente e reclamada pelo mercado, nenhum Estado poderá ultrapassar o nível da maior safra realizada no biênio 1952/53 — 1953/54, ressalvados os direitos da produção de todo o seu intra-limite e a aplicação de norma ao art. 3.º da Resolução n.º 647/52, de 6 de fevereiro de 1952.

2.º — A distribuição do excedente das parcelas estaduais, até o nível previsto no item 1.º, será em função das limitações individuais.

Parágrafo único — O Instituto do Açúcar e do Alcool homologará os acordos estaduais que alterem a distribuição prevista neste item.

3.º — A produção acima dos limites em vigor e não excedente dos tetos excepcionais estabelecidos no item 1.º se considerará bloqueada para os efeitos previstos nos itens 5 e 7 n.º II.

4.º — A produção que exceder o limite do bloqueio de que trata o item 3.º não participará dos resultados de qualquer medida de defesa em comum, correndo os respectivos ônus inteiramente por conta dos produtores, observado, no entanto o disposto na alínea III do item 7.º, e ressalvado o que dispõe o inciso 4.º do Capítulo III.

5.º — A liberação da produção extra-limite não poderá ocorrer, em nenhuma hipótese, sem que esteja assegurada a colocação do intra-limite, considerada, sempre, fora do mercado, a produção realizada acima dos limites estaduais.

6.º — Manter e fazer cumprir as medidas de contenção da expansão do parque industrial açucareira nacional, impedindo a montagem de novas usinas.

7.º — Os ônus da defesa da produção açucareira devem recair unicamente sobre a categoria em que se enquadre a produção real saber:

I — Produção intra-limite — A defesa dessa produção se tará pela mobilização dos recursos normais do Instituto do Açúcar e do Alcool e pelas contribuições estabelecidas nos Planos de Safra, restringindo-se a essas contribuições os ônus dessa defesa.

II — Produção extra-limite bloqueada — Feita a mobilização do saldo daqueles recursos disponíveis, depois de assegurados os preços oficiais para produção intra-limite, os ônus da produção extra-limite bloqueada serão aqueles necessários ou

impostos à sua colocação nos mercados externos ou à sua liberação para o consumo interno.

III — Produção extra-limite excedente do bloqueio — Os ônus relativos à sua colocação, depois de assegurado o melhor preço de liquidação aos excessos bloqueados.

8.º — Garantia da efetividade dos preços oficiais, na liquidação das safras, mantidos os limites do contingentamento estadual, através das seguintes providências:

I — Retirada do mercado da produção extra-limite;

II — Financiamento da produção intra-limite, à base de 90% dos preços oficiais, nos armazens de varranagem, sob a forma de créditos rotativos.

9.º — O presente plano, na dependência de várias medidas financeiras, inclusive o melhor tratamento cambial, de forma a assegurar a sua exequibilidade, poderá ser alterado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, através da redução proporcional do volume de produção extra-limite, destinada ao mercado externo, ou o seu lançamento posterior no mercado interno, dentro dos recursos de financiamento e tratamento cambial que lhe forem deferidos pelo governo e os demais órgãos financeiros da esfera federal.

10.º — As concessões especiais de categorização do extra-limite, sob a forma bloqueada, para o melhor tratamento possível, fica ressalvado não criarem qualquer direito aos que delas se beneficiarem devendo ocorrer, em qualquer tempo, quando se verificar alteração no contingentamento nacional, a ponderação das desigualdades oriundas, do reconhecimento, ainda que sob restrições, dos fatos consumados à margem dos níveis de limitação.

CAPÍTULO III DA PRODUÇÃO EXTRA-LIMITE

A Convenção sugere o planejamento da defesa de toda a produção açucareira nacional, com base no triênio 1953/54, 1954/55 e 1955/56, através de medidas a curto e a longo prazo sem prejuízo das providências inerentes a cada uma das categorias dessa produção a saber:

1.º — Eliminação dos excedentes do mercado interno, promovendo-se o melhor tratamento cambial para as exportações destinadas ao mercado externo.

2.º — Inclusão do açúcar e do álcool nos acordos, convênios, ou ajustes comerciais celebrados com países estrangeiros, para operação de preferência no mercado internacional, de forma a facilitar os atos de venda e escoamento.

3.º — Mobilização de todos os recursos disponíveis no sistema de defesa da produção açucareira, depois das aplicações indispensáveis ao tratamento preferencial da produção intra-limite, e na garantia de sua colocação aos preços oficiais, para financiamento da produção extra-limite bloqueada e sua assistência para o nivelamento dos preços de remuneração ao produtor.

Parágrafo único — O financiamento para retenção do extra-limite bloqueado fica assegurado para execução do sistema, inclusive a sua retirada do mercado.

4.º — Utilização adstrita à safra 1954/55, dos eventuais saldos de recursos das aplicações previstas no item anterior, no financiamento da produção extra-limite excedente do bloqueio.

5.º — Obtenção de recursos especiais de financiamento a longo prazo para assistência à produção extra-limite.

6.º — Construção ou utilização de armazéns existentes para a guarda da produção extra-limite, feito o planejamento das necessidades de cada usina relacionada entre as produtoras de excesso.

7.º — Planejamento de um parque alcooleiro para absorção dos excedentes até a safra 1955/56, tomadas, desde logo, as medidas de financiamento e de instalação para funcionamento naquele período.

8.º — Realização do planejamento de eliminação dos excedentes, no triênio, através:

- a) do aproveitamento das reações favoráveis do consumo interno;
- b) da ampliação do período de trabalho das destilarias, a fim de possibilitar o aproveitamento da matéria-prima excedente que não tiver sido absorvida pela transformação em álcool, em 150 dias de funcionamento das destilarias;
- c) da retirada da produção extra-limite do mercado interno e sua exportação para o exterior, nos limites das possibilidades do mercado internacional, dando-se prioridade para açúcares de safras mais remotas;
- d) do financiamento da produção extra-limite exclusivamente quando realizada no tipo de exportação — Demerara — ressalvada a parcela que for incorporada ao mercado interno.

9.º — Na distribuição dos saldos da produção intra-limite e das parcelas de extra-limite liberadas para o mercado interno, será aplicado o critério de que o art. 60, do Estatuto da Lavoura Canavieira. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1954. — Omer Mont'Algre, Relator.

POLÍTICA ALCOOLEIRA

Recomendações aprovadas pelo Plenário da Convenção Nacional dos Produtores de Açúcar, em sessão de 22 de fevereiro, concernentes à política alcooleira, tema da Segunda Comissão Técnica:

Considerando que o objetivo colimado pela política alcooleira é conseguir o equilíbrio interno entre a produção e o consumo de açúcar aplicando-se coercitivamente no fabrico do álcool quantidades de canas a determinar em cada safra, a fim de debelar as crises periódicas da superprodução açucareira;

Considerando como outra importante finalidade dessa mesma política, fazer diminuir a importação de combustíveis líquidos estrangeiros, sem deixar de relevar a circunstância de que a indústria de álcool é essencial à segurança e defesa da Nação, como os fatos so-

bejamente demonstraram no curso de conflito mundial passado:

Recomenda ao Instituto do Açúcar e do Alcool:

1.º — Promover a utilização do parque alcooleiro nacional para aproveitamento de matérias-primas excedentes — canas ou méis ricos — na fabricação de álcool direto, ao qual será assegurado o preço de paridade com o do açúcar, na forma do disposto no Decreto n.º 25.174-A, de 3/7/48;

2.º — Tornar obrigatório a lotação em 150 dias de trabalho efetivo às destilarias de álcool ou que apresentem matéria-prima excedentária das quotas de produção de açúcar, salvo em relação às destinatárias de hidratado, as de comprovada deficiência técnica;

3.º — Ampliar o período de trabalho previsto no item anterior, para possibilitar o aproveitamento da matéria-prima excedente que não tiver sido absorvida pela transformação em álcool, em 150 dias de funcionamento das destilarias, e pela exportação de açúcar para o exterior;

4.º — Ativar a instalação de destilarias centrais nas regiões que não estejam aparelhadas para transformação em álcool dos méis de suas usinas, sem prejuízo do financiamento às regiões açucareiras com extra-limite, bem como do plano de financiamento de destilarias anexas às usinas;

5.º — Excluir das vantagens do Plano do Alcool, inclusive da percepção do preço de paridade do álcool direto com o açúcar as destilarias aparelhadas para fabricação de álcool anidro que venham a produzir álcool hidratado, ressalvados os casos de força maior;

6.º — Adotar e estimular a prática de medidas de proteção dos cursos d'água evitando os lançamentos dos resíduos das destilarias nos rios pelo aproveitamento de tais resíduos como elemento de fertilização do solo, e financiando, quando possível, os produtores para esse efeito;

7.º — Tornar obrigatório o recebimento, pelas usinas produtoras de álcool direto, da mesma percentagem de cana de fornecedores, destinadas à fabricação de açúcar e o pagamento nas mesmas condições e na base da paridade de preços entre os dois produtos;

8.º — Continuar realizando o pagamento por conta dos recursos do Fundo do Alcool Anidro, dos fretes de álcool anidro destinado a fins carburantes e de álcool de flegma para desidratação nas Destilarias do I. A. A., bem como, de méis que venham a ser fornecidos aquelas destilarias;

9.º — Promover, em tempo útil, o fornecimento de desidratantes às destilarias, e providenciando no que se refere a benzol, no sentido de:

- a) obter uma quota da Cia. Siderúrgica Nacional para esse fim;
- b) manter entendimento com o Governo do Estado do Espírito Santo para que seja prevista a produção de benzol de qualidade própria na Usina Siderúrgica a ser instalada naquele Estado;
- c) entrar em entendimento com o Conselho Nacional de Petróleo para obter a gasolina especial (S. B. P. S.), do

destilado do petróleo, nas refinarias de Mataripe e Cubatão.

10.º — Desenvolver seu aparelhamento de estocagem e de transporte de todo o álcool anidro carburante;

11.º — Entrar em entendimento com o Conselho Nacional de Petróleo no sentido de conseguir dos importadores de gasolina se aparelhem para receber álcool anidro no interior do país, nos pontos em que fôr aconselhável a realização da mistura álcool-gasolina;

12.º — Ampliar a concessão de financiamento a produtores para instalação de tanques de estocagem de melações e de álcool e para aquisição de equipamentos necessários ao respectivo transporte;

13.º — Estender a concessão de adiantamento sobre o fornecimento de álcool anidro e sobre méis em estoque nas usinas produtoras e destinados à fabricação de álcool anidro;

14.º — Ampliar a concessão de financiamento para montagem de novas destilarias anexas às usinas, de preferência aquelas que apresentem produção extra-limite, de Cooperativas Regionais de Produtores (usineiros e plantadores);

15.º — Estabelecer nos futuros empréstimos a serem concedidos às usinas para instalação de destilarias anexas, a obrigação contratual de destinarem à fabricação de álcool os excedentes de cana em cada safra, para o que se obrigarão a fazer trabalhar suas destilarias dentro da respectiva capacidade técnica, em período de 150 dias efetivos de ati-

vidade, fixando o I. A. A., a capacidade da destilaria em função do aproveitamento desses excedentes;

16.º — Tomar a iniciativa, em casos especiais e a seu critério, de dar assistência técnica e financeira às destilarias anexas às usinas que se encontrem paralisadas e cuja utilização se faça necessária para atender os objetivos da política alcooleira;

17.º — Oferecer às usinas, principalmente àquelas que estão em fase inicial de fabricação de álcool anidro, assistência técnica para melhor eficiência de seu trabalho;

18.º — Continuar concedendo financiamento para reequipamento de destilarias, a fim de lhes dar condições de maior eficiência;

19.º — Solicitar dos poderes competentes autorização para o I. A. A. importar, com as facilidades cambiais conferidas aos órgãos públicos, destilarias, tubos e chapas de cobre e aço inoxidável destinadas ao próprio I. A. A., ou à revenda por êste aos produtores, tendo em vista ser a indústria alcooleira considerada por lei, de interesse nacional, e estar, assim, no caso de merecer as referidas facilidades;

2.º — No caso de não obter êxito a solicitação de que trata o item anterior, propôr ao Governo Federal que, para efeito de licitação de câmbio, sejam incluídas na 1.ª categoria as destilarias quando a importação fôr feita diretamente por produtores ou Cooperativas de Produtores. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1954. — Moacir Soares Pereira, Relator.

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

Confederação Rural Brasileira

Atividades do mês de Janeiro

ASSEMBLEIAS GERAIS

Ordinária :

A 16 de novembro de 1953 realizou-se sob a presidência do Sr. Iris Meinberg, Presidente da FARESP e membro do Conselho Superior da entidade, a Assembléia Geral Ordinária destinada à seguinte ordem do dia :

- I — Discussão e votação do Relatório do Presidente;
- II — Discussão do parecer do Conselho Fiscal sobre as contas da Diretoria;
- III — Eleição e posse do terço do Conselho Superior;
- IV — Confirmação do Presidente, 1.º Vice-Presidente e 1.º Tesoureiro, indicados pelo Conselho Fiscal "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária;
- V — Assuntos de ordem geral de interesse da instituição.

Tôda a matéria foi discutida e votada, tendo a Assembléia se julgado incompetente para tratar do item IV, e porisso convocado uma Assembléia Extraordinária para o dia 16 de dezembro.

Os novos membros do Conselho Superior (terço) foram então eleitos e são os seguintes; **reeleitos:** Apolônio Salles, Arthur Torres Filho e Edgard Teixeira Leite; **eleitos:** Leven Vampré, Luiz Simões Lopes, Manoel Demóstenes, Iris Meinberg, Cerqueira Lima, Alfredo da Silva Neves e Amaro Silva.

Extraordinária:

Realizada, nos termos do edital de convocação, a 16 de dezembro, para a seguinte ordem do dia:

- a) debate de problemas ventilados naquela Assembléia Geral, inclusive reforma de Estatutos;
- b) substituição de diretores julgados impossibilitados de dar plena assistência aos trabalhos de direção;
- c) preenchimento de cargos vagos na Diretoria.

Quanto à reforma dos Estatutos, ficou deliberado que a Diretoria oferecesse suas sugestões a uma comissão especial incumbida do ante-projeto de reforma, a ser nomeada oportunamente.

Procedida à eleição para o único cargo vago, o de Presidente, foi eleito o Sr. Iris Meinberg, pela maioria de 26 votos, contra 12, dados ao Sr. Alindar Monteiro Junqueira.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

NOVA SEDE

A 1.º de fevereiro instalou-se a entidade na nova sede, à Avenida General Justo 171, em frente ao

Aeroporto Santos Dumont. É um andar inteiro, cedido pela Sociedade Nacional de Agricultura, proprietária do imóvel. Todos os serviços foram convenientemente aparelhados com os móveis e utensílios necessários.

SESSÕES DA DIRETORIA

Passaram a ser semanais, às quartas-feiras, às 9,30 da manhã.

ELEIÇÃO DE NOVO CONSELHEIRO

Para a vaga verificada no Conselho Superior, com a condução do Sr. Iris Meinberg à presidência, foi escolhido na reunião conjunta daquele órgão e da Diretoria, de 24 de fevereiro, o nome do Deputado Dolor de Andrade.

QUADRO DE FUNCIONARIOS

Foram admitidos aos serviços da Confederação os seguintes funcionários: Manoel Pedro Lopes Jr., taquígrafo; Nelson Ferreira Martins, contador; Sebastião Rocha de Medeiros, correspondente; Alice de Andrade, caixa-datilógrafa; Diva Martins da Cunha, datilógrafa; José Carlos Muniz Brito, assistente; Amaro Bezerra da Silva, porteiro; Carlos Augusto da Costa, servente.

SERVIÇO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Foi organizado, diretamente subordinado à presidência, o Serviço de Imprensa e Divulgação. Para chefia-lo foi designado o Sr. Luiz Marques Poliano.

CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFÉ

A Delegação da Confederação ao Conclave de Curitiba foi integrada dos seguintes membros: Iris Meinberg, Raul Cardoso de Mello Filho, Haroldo Junqueira e Felipe Cardoso de Siqueira Neto.

REUNIÕES DA DIRETORIA — 54.ª, DE 6 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Presidente, Josafá Macedo, Raul Cardoso, Acácio Gomes, Arruda Câmara, Rubens Farrula, Kurt Repsold e Julio Ferreira da Silva.

NOVO PRESIDENTE

De início, agradeceu o novo presidente da Confederação os votos dos delegados das Federações que o elegeram, declarando que, no que depender da presidência, tudo será feito para que a Confederação alcance os seus elevados objetivos. O Sr. Julio Ferreira da Silva hipotecou o seu apoio, como 2.º secretário, congratulando-se com a Casa pela eleição do Sr. Iris Meinberg. Também o Sr. João Maurício de Medeiros, 1.º secretário, declarou que, no exercício do seu cargo, tudo fará



Aspecto de uma das últimas reuniões da C. R. B.

para ajudar o presidente e a Confederação, sem medir sacrifícios. O Sr. Arruda Câmara, na qualidade de diretor do Serviço de Economia Rural, trouxe ao novo presidente os seus votos de feliz administração e os propósitos de cooperação do seu Serviço à diretoria da Confederação. Também os Srs. Josafá Macedo, de Minas Gerais, e Alberto Ravache, Presidente da Associação Rural de Itaverá, Estado do Rio, secundaram as palavras dos oradores que os antecederam, prometendo toda a colaboração.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DO CAFÉ

Falou, a seguir, o Sr. Iris Meinberg, sobre a próxima Conferência Mundial do Café, para a qual a Confederação fora convidada. Deu suas impressões a respeito da organização desse conclave e estranhou que somente alguns dias antes da sua realização as organizações de classe tenham sido convidadas. Nem ao menos o temário e o programa são conhecidos. Indica o Sr. Raul Cardoso como capaz de esclarecer melhor os seus companheiros. O Sr. Alberto Ravache examina alguns aspectos do comércio exterior do café, sobretudo na Alemanha, de onde regressou há pouco. O Sr. Raul Cardoso informa à Casa a respeito da orientação que, a seu ver, deverá a classe seguir, embora confesse não poder discorrer sobre a matéria que depende, ainda, do conhecimento do temário e, pois, dos propósitos da Conferência. Por fim, o Sr. Iris Meinberg designa a comissão que deverá representar a Confederação: Raul Cardoso de Mello Filho, Felipe Siqueira Neto, Napoleão Fontenele, Haroldo Junqueira, além de si próprio, como Presidente da Confederação. Essa delegação é aceita e o Sr. Kurt Repsold sugere que o Sr. Raul Cardoso apresente os pontos fundamentais em torno dos quais deverá processar-se a atuação da Confederação. Diz, então, o Sr. Raul Cardoso que o ponto de vista da Confederação, a seu ver, está bem enquadrado no programa do Instituto Brasileiro do Café. Analisa os métodos rotineiros em que ainda repousa a nossa lavoura cafeeira e diz que todos os aspectos do problema estão consubstanciados no programa do Instituto. Reafirma, contudo, que, quanto à Conferência Mundial, nada

pode adiantar, por desconhecer completamente o temário da mesma.

ASSESSOR ECONÔMICO

A seguir, compulsa o Sr. Presidente um ofício da Fundação Getúlio Vargas a respeito da colaboração de um assessor econômico para a Confederação, providência esta tomada na gestão do seu antecessor. Irá, diz, procurar o Sr. Simões Lopes e com ele acertar a providência.

ORÇAMENTO PARA 1954

Explica depois que fez organizar um orçamento de receita e despesa para o exercício de 1954. A seu ver, nenhuma organização pode trabalhar sem um plano financeiro. Apresenta o orçamento, explicando verba por verba. Submetido a discussão e votação, é o orçamento da receita e despesa aprovado. O Sr. João Maurício, a seguir, lê numerosos telegramas e ofícios de congratulações de entidades e pessoas, dirigidos ao Presidente, por motivo de sua eleição.

NOVA SEDE

Explica aos seus companheiros das providências que tomou para a próxima mudança para a nova sede.

COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO

O Sr. Rubens Farrula fala sobre as reuniões da Comissão de Financiamento da Produção, dizendo que pediu ao Sr. Oswaldo Aranha que as presidisse, pois, assim, teriam mais significação as suas resoluções.

REUNIÕES DA DIRETORIA

O Sr. Iris Meinberg entende que as reuniões bi-mensais apresentam muito pouco, para o vulto dos assuntos que a Confederação tem de tratar. Sugere que sejam menores, de duas horas, mas semanais. Atendendo a uma sugestão do Sr. Josafá Macedo, as reuniões são marcadas para as terças-feiras. (Resolução posterior transferiu a data para as quartas-feiras às 9,30 horas).

REFORMA DOS ESTATUTOS

O Sr. Presidente trata, a seguir, da reforma dos Estatutos, de que a última assembléia geral cogitou. Entende que uma comissão poderia elaborar um ante-projeto que, estudado e aprovado pela diretoria, seria, então, levado a uma assembléia geral extraordinária. A comissão incumbida da tarefa ficou assim constituída: Iris Meinberg, Kurt Repsold, Arruda Câmara, João Maurício, Raul Cardoso, Relator, e Luiz Marques Poliano, assistente.

LICENÇA DE DIRETOR

O Sr. Rubens Farrula pede licença do cargo de tesoureiro, pelo menos durante o verão, quando ficará em Petrópolis. A licença é concedida e o Sr. Kurt Repsold, 2.º tesoureiro, é empossado como tesoureiro em exercício.

SAFRA DE CEREIAIS DA BACIA DO PARANÁ

Fala depois o Sr. Iris Meinberg para dizer que convocou para São Paulo, na sede da FARESP, uma reunião de interessados nas safras de cereais dos Estados centrais, para tratar dos problemas de armazenamento e transporte. Explica que a reunião é convocada pela Confederação, sendo a FARESP apenas a organizadora, pelo fato de estar colocada, geograficamente, mais a propósito. A respeito do armazenamento, o Sr. Acácio Gomes diz que discutira há tempos, em São Paulo, o plano organizado pelo Coronel presidente da COFAP, mas infelizmente as ponderações suas e dos demais membros da FARESP, não foram ouvidas pelo referido militar. O Sr. Kurt Repsold refere-se ao levantamento das safras nesses Estados e o Sr. Iris Meinberg explica que na reunião do dia 15, na FARESP, apenas será tratada a situação dos Estados produtores da bacia do Paraná. O Sr. Rubens Farrula lembra o compromisso a respeito assumido pelo Sr. Ministro da Fazenda, na presença do Sr. Ministro da Agricultura, através de auxílios às estradas de ferro para a construção dos armazéns destinados a receber o produto nas zonas produtoras. Essa providência é indispensável para que e não verifique o que está acontecendo em algumas regiões, onde o produto, com garantia de financiamento, está sendo entregue a preço vil aos intermediários. Diz que a resolução oficial não está sendo cumprida, e, a seu ver, deveria a Confederação telegrafar às filiadas alertando-as para esse fato, convindo, mesmo, que se enviasse a cada uma cópia do decreto que trata desse financiamento. A sugestão é aprovada.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O Sr. Iris Meinberg refere-se, então, a uma reportagem do magazin "Visão", tratando da sindicalização rural que o Ministro do Trabalho está ativando em todo o Brasil. Tem, a respeito, uma idéia. Não podemos, diz, ir frontalmente contra essa atividade do Ministro do Trabalho sem desgostar a massa do homem do campo. Já se articulou com o arcebispo de São Paulo e com outras autoridades eclesiásticas, mas o seu pensamento é o de que deveremos procurar o Ministro da Agricultura e para o caso pedir a sua atenção. De acordo com o parecer do Sr. João Cleofas, seria, talvez, mesmo, o Sr. Ministro do Trabalho ou, Sr. Rubens Farrula lembra um convite recebido há loca à disposição da Confederação, duas vezes por no gabinete de S. Excia., não tendo sido recebido parar, por achar-se doente. O Sr. Julio Ferreira observa que, há tempos, tendo voltado de uma visita aos Estados do Norte, pôde observar esse trabalho danoso que está fazendo em todo o Brasil o Ministro João Goulart. Pediu a atenção da Confederação para o assunto, como consta de ata. O Sr. Kurt Repsold reforça a opinião do Sr. Presi-

dente, de que o Ministro João Cleofas deve ser interessado pela Confederação no assunto. A sindicalização rural não pode sair do Ministério da Agricultura.

SALARIO MÍNIMO

O assunto do salário mínimo é depois ventilado, tendo o Sr. Iris Meinberg declarado que, quando se reuniu a comissão respectiva no Estado de São Paulo, pediu a FARESP que a classe, por seu intermédio, fôsse ouvida. A resposta foi a de que, no entender dos membros da comissão, as associações rurais não são órgãos de representação. O Sr. João Maurício informa que, brevemente, deverá viajar para o Nordeste e que, nessa viagem, visitará pelo menos três capitais. Oferece-se, por isso, à Confederação para qualquer incumbência que possa ter junto as Federações respectivas. O Sr. Presidente agradece e lhe pede que faça essas visitas em caráter oficial, observando e orientando as ditas entidades.

55.A SESSAO DE DIRETORIA, DE 12 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os srs. Iris Meinberg, Presidente, João Maurício de Medeiros, 1.º Secretário, Kurt Repsold, Tesoureiro, Julio Ferreira da Silva, 2.º Secretário, Adamastor Lima e Raul Cardoso.

CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFÉ

O sr. Presidente informou a respeito da delegação da Confederação à Conferência Mundial do Café, do Paraná, e da reunião prévia, na sede da FARESP, no dia 13, das delegações dos Estados cafeeiros à referida Conferência, para firmar diretrizes da classe dentro da delegação Brasileira.

VALOR DE CEREIAIS DA BACIA DO PARANÁ

Informou, também, que, no próximo dia 15, os interessados na produção e escoamento da safra de cereais dos estados da bacia do Paraná terão uma reunião na sede da entidade paulista, convocada pela Confederação, afim de tratar do importante assunto, e das providências a serem recomendadas ao governo com o fim de dar vasão ao transporte da grande produção prevista.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O sr. Presidente refere-se novamente ao problema da sindicalização rural, e à posição que no caso deve tomar a Confederação. Ficou deliberado que a Confederação pedisse a respeito o parecer do Prof. Adamastor Lima, com o fim de provar que o que se pretende fazer com a sindicalização pode ser feito através o decreto-lei 8.127, dentro das finalidades dos órgãos e do Serviço Social Rural. A respeito, foi determinado à secretaria expediente às filiadas, afim de que por sua vez se dirijam às federadas, alertando-as para o problema.

SALARIO MÍNIMO

Também o assunto salário mínimo foi ventilado, tendo ficado resolvido que o primeiro passo a ser dado pela Confederação seria o de pedir a cada uma das filiadas informação exata a propósito da posição de cada unidade federativa em face ao importante problema, e tendo em vista as repercussões que um aumento de salário nas grandes cidades pudesse ter imediatamente em relação ao trabalho nos campos.

IMPORTAÇÃO DE MAQUINAS

A questão das importações e distribuição de máquinas agrícolas pelo Ministério e pela Confederação foi objeto de estudo. O sr. Kurt Repsold deu a sua opinião a respeito, tendo ficado incumbido de elaborar um plano, segundo o qual pudesse a Confederação vir a ocupar um lugar destacado a esse importante serviço, não só para atender aos lavradores filiados, como para obtenção de meios materiais para a entidade.

PORTARIA N.º 70

Foi lida uma exposição da Fiação Otto Hertz S. A., de São Paulo, pedindo a reclassificação de máquinas e materiais de uso na respectiva indústria, dentro da Portaria n.º 70 da SUMOC. A matéria foi amplamente debatida, tendo ficado resolvido que se oficiasse àquele órgão controlador pleiteando a medida sugerida.

56.ª SESSÃO DE DIRETORIA DE 19 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os srs. Iris Meinberg, Presidente, Julio Ferreira, Joséfa Macedo, Raul Cardoso, Kurt Repsold, Adamastor e Amaro Cavalcanti.

ALGODÃO

O sr. Iris Meinberg fala a respeito da questão do algodão e diz que o assunto deve ser encaminhado a um especialista, com cuja opinião ficará a Confederação habilitada a tratar da matéria. Indica para o caso o sr. Acácio Gomes. Diz que o memorial se refere em especial ao algodão de fibra média, mas que os algodões do nordeste deverão também ser considerados, num outro parecer papalelo. São lidos a seguir numerosos telegramas de congratulações pela eleição do sr. Iris Meinberg, e outros do ano novo.

SUBVENÇÕES AS ASSOCIAÇÕES RURAIS

É depois apreciado um telegrama da Federação das Associações Rurais do Espírito Santo, no qual pede a interferência da Confederação em favor do recebimento, por algumas associações locais, das subvenções consignadas em orçamento. Observa o sr. Meinberg que essas subvenções devem certamente se referir ao corrente exercício. O sr. Amaro Cavalcanti diz das providências adotadas pelo Serviço de Economia Rural para o pagamento dessas subvenções, e do trabalho de orientação que tem o mesmo realizado nesse sentido.

REUNIÃO PRÉVIA DA CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFÉ

Informa depois o sr. Iris Meinberg a respeito dos resultados da reunião em São Paulo, a 13 do corrente, na sede da FARESP, dos delegados cafeicultores ao Congresso Mundial do Café. Ali foi firmada a orientação a seguir no conclave, estando ausentes apenas os delegados do Espírito Santo e do Estado do Rio. Quando ao primeiro, solidarizou-se depois com as conclusões adotadas. Uma outra reunião, realizada no mesmo local, dois dias depois congregou os interessados na produção e escoamento das safras de cereais da zona da bacia do Paraná. Diz que, apesar de se notar a lamentável ausência do representante do Ministério da Agricultura, a reunião pode ser considerada um sucesso. Compareceu o Dr. Arruda Câmara, não como representante do Ministério, mas como diretor do Serviço de Economia Rural. Estiveram presentes, dentre outras autoridades ligadas ao assunto, o Diretor do Departamento Federal de Estradas de Ferro, também representando o sr. ministro da Viação; o Ministério da Fazenda se fez representar pelo Presidente do Banco do Brasil, e o Banco de Desenvolvimento Econômico. Todas essas autoridades disseram das providências que haviam tomado e estavam tomando no sentido de facilitar a armazenagem e o escoamento da grande produção da zona, seja facilitando o crédito diretamente aos produtores, seja construindo armazéns junto às estradas de ferro, seja ainda reaparelhando as ferrovias com locomotivas e vagões, afim de poderem dar vazão à produção. Por fim, os representantes presentes resolveram adotar várias providências, à guisa de conclusões, que serão encaminhadas a quem de direito.

CONCENTRAÇÃO RURALISTA DO NORDESTE

Ainda com a palavra, o sr. Iris Meinberg diz das suas convicções a respeito dos bons resultados desses conclaves nos centro mais interessados, como foi o caso da reunião prévia do Café e a da saíra de cereais. No seu modo de ver, tais reuniões devem ser periodicamente feitas pela Confederação que, assim, cumpre um dever indo de encontro aos problemas que, às vezes aparentemente locais, dizem respeito à economia nacional e até aos problemas sociais do país. É assim pensando que, — e a matéria é submetida aos seus companheiros para deliberação, — está propenso a realizar uma grande Concentração Ruralista do Nordeste, visando o debate da questão açucareira, do algodão, das fibras em geral, dos óleos, ceras e resinas, dos cereais, etc. — A escolha do local, após amplo debate da matéria, recaiu na cidade do Recife. Não haverá teses, mas indicações sucintas sobre temas imediatos e objetivos. A reunião deverá durar no máximo dois dias. A idéia é aprovada e encarregada a Federação das Associações Rurais de Pernambuco dos respectivos preparatórios.

LEITE EM PÓ

É seguir considerado um memorial do Sindicato dos Produtores do Leite, pleiteando a transferência do leite em pó da 2.ª para a 4.ª categoria na portaria da SUMOC. Diz o sr. Iris Meinberg que, de um modo geral, é ele sempre pela proteção à indústria nacional, desde que a produção seja suficiente, e que o artigo, como é o caso, manipule matéria prima de procedência agrícola. No caso em foco, feitas as devidas ressalvas quanto às necessidades do país em certas categorias de leite necessários à dieta e a casos especiais de alimentação infantil, não vê razão para negar a Confederação o seu apoio. Contudo, a CACEX ainda não foi organizada, ou pelo menos não foram convocados os seus membros componentes, de forma que a Confederação não poderá encaminhar o assunto a esse órgão, mas dará as providências que se tornem necessárias.

SALÁRIO MÍNIMO

Volta a discussão o caso do salário mínimo, tendo lido o ofício circular reservado enviado pela Confederação às suas filiadas, afim de que se manifestem a respeito.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

Quanto à sindicalização, diz que o assunto foi entregue para estudo aos srs. Adamastor Lima, Cezarino Rangel e Raul Cardoso. Tão logo esteja a Diretoria com esses estudos em mãos, dará o seu parecer a respeito, sendo certo que a Confederação caberá defender o decreto-lei 8.127, sob cuja égide está a classe por assim dizer organizada. Refere-se depois o sr. Iris Meinberg a uma indicação do sr. Adamastor Lima, feita ainda na administração do seu antecessor, sobre a estimativa das safras, assunto esse que será considerado oportunamente.

IMPORTAÇÃO DE "JEEPS"

Informa o sr. Iris Meinberg que sugeriu à SUMOC a centralização da distribuição dos jeeps pela Confederação, e que o sr. Ministro da Fazenda, com quem esteve e a quem falou a respeito, se mostrou de acordo, dizendo que atenderá a essa pretensão da Confederação.

57.ª SESSÃO DA DIRETORIA, A 26 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Presidente; Silvio Echeique, Raul Cardoso de Mello Filho, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, Julio Ferreira da Silva e Alberto Ravache.

PREÇO DO LEITE

Vários assuntos foram debatidos, sendo de

REFORMA DOS ESTATUTOS

O Sr. Presidente trata, a seguir, da reforma dos Estatutos, de que a última assembléia geral cogitou. Entende que uma comissão poderia elaborar um ante-projeto que, estudado e aprovado pela diretoria, seria, então, levado a uma assembléia geral extraordinária. A comissão incumbida da tarefa ficou assim constituída: Iris Meinberg, Kurt Repsold, Arruda Câmara, João Maurício, Raul Cardoso, Relator, e Luiz Marques Poliano, assistente.

LICENÇA DE DIRETOR

O Sr. Rubens Farrula pede licença do cargo de tesoureiro, pelo menos durante o verão, quando ficará em Petrópolis. A licença é concedida e o Sr. Kurt Repsold, 2.º tesoureiro, é empossado como tesoureiro em exercício.

SAFRA DE CEREALIS DA BACIA DO PARANÁ

Fala depois o Sr. Iris Meinberg para dizer que convocou para São Paulo, na sede da FARESP, uma reunião de interessados nas safras de cereais dos Estados centrais, para tratar dos problemas de armazenamento e transporte. Explica que a reunião é convocada pela Confederação, sendo a FARESP apenas a organizadora, pelo fato de estar colocada, geograficamente, mais a propósito. A respeito do armazenamento, o Sr. Acácio Gomes diz que discutira há tempos, em São Paulo, o plano organizado pelo Coronel presidente da COFAP, mas infelizmente as ponderações suas e dos demais membros da FARESP, não foram ouvidas pelo referido militar. O Sr. Kurt Repsold refere-se ao levantamento das safras nesses Estados e o Sr. Iris Meinberg explica que na reunião do dia 15, na FARESP, apenas será tratada a situação dos Estados produtores da bacia do Paraná. O Sr. Rubens Farrula lembra o compromisso a respeito assumido pelo Sr. Ministro da Fazenda, na presença do Sr. Ministro da Agricultura, através de auxílios às estradas de ferro para a construção dos armazéns destinados a receber o produto nas zonas produtoras. Essa providência é indispensável para que e não verifique o que está acontecendo em algumas regiões, onde o produto, com garantia de financiamento, está sendo entregue a preço vil aos intermediários. Diz que a resolução oficial não está sendo cumprida, e, a seu ver, deveria a Confederação telegrafar às filiadas alertando-as para esse fato, convindo, mesmo, que se enviasse a cada uma cópia do decreto que trata desse financiamento. A sugestão é aprovada.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O Sr. Iris Meinberg refere-se, então, a uma reportagem do magazin "Visão", tratando da sindicalização rural que o Ministro do Trabalho está ativamente em todo o Brasil. Tem, a respeito, uma idéia. Não podemos, diz, ir frontalmente contra essa atividade do Ministro do Trabalho sem desgostar a massa do homem do campo. Já se articulou com o arcebispo de São Paulo e com outras autoridades eclesíásticas, mas o seu pensamento é o de que deveremos procurar o Ministro da Agricultura e para o caso pedir a sua atenção. De acordo com o parecer do Sr. João Cleofas, seria, então, procurado o Sr. Ministro do Trabalho ou, talvez, mesmo, o Sr. Presidente da República. O Sr. Rubens Farrula lembra um convite recebido há loca à disposição da Confederação, duas vezes por no gabinete de S. Excia., não tendo sido recebido perar, por achar-se doente. O Sr. João Ferreira observa que, há tempos, tendo voltado de uma viagem aos Estados do Norte, pôde observar esse trabalho danoso que está fazendo em todo o Brasil o Ministro João Goulart, pediu a atenção da Confederação para o assunto, como consta de ata. O Sr. Kurt Repsold reforça a opinião do Sr. Presi-

dente, de que o Ministro João Cleofas deve ser interessado pela Confederação no assunto. A sindicalização rural não pode sair do Ministério da Agricultura.

SALARIO MÍNIMO

O assunto do salário mínimo é depois ventilado, tendo o Sr. Iris Meinberg declarado que, quando se reuniu a comissão respectiva no Estado de São Paulo, pediu a FARESP que a classe, por seu intermédio, fôsse ouvida. A resposta foi a de que, no entender dos membros da comissão, as associações rurais não são órgãos de representação. O Sr. João Maurício informa que, brevemente, deverá viajar para o Nordeste e que, nessa viagem, visitará pelo menos três capitais. Oferece-se, por isso, à Confederação para qualquer incumbência que possa ter junto as Federações respectivas. O Sr. Presidente agradece e lhe pede que faça essas visitas em caráter oficial, observando e orientando as ditas entidades.

55.A SESSÃO DE DIRETORIA, DE 12 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os srs. Iris Meinberg, Presidente, João Maurício de Medeiros, 1.º Secretário, Kurt Repsold, Tesoureiro, Julio Ferreira da Silva, 2.º Secretário, Adamastor Lima e Raul Cardoso.

CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFÉ

O sr. Presidente informou a respeito da delegação da Confederação à Conferência Mundial do Café, do Paraná, e da reunião prévia, na sede da FARESP, no dia 13, das delegações dos Estados cafeeiros à referida Conferência, para firmar diretrizes da classe dentro da delegação Brasileira.

VALOR DE CEREALIS DA BACIA DO PARANÁ

Informou, também, que, no próximo dia 15, os interessados na produção e escoamento da safra de cereais dos estados da bacia do Paraná terão uma reunião na sede da entidade paulista, convocada pela Confederação, afim de tratar do importante assunto, e das providências a serem recomendadas ao governo com o fim de dar vazão ao transporte da grande produção prevista.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O sr. Presidente refere-se novamente ao problema da sindicalização rural, e à posição que no caso deve tomar a Confederação. Ficou deliberado que a Confederação pedisse a respeito o parecer do Prof. Adamastor Lima, com o fim de provar que o que se pretende fazer com a sindicalização pode ser feito através o decreto-lei 8.127, dentro das finalidades dos órgãos e do Serviço Social Rural. A respeito, foi determinado à secretaria expediente às filiadas, afim de que por sua vez se dirijam às federadas, alertando-as para o problema.

SALARIO MÍNIMO

Também o assunto salário mínimo foi ventilado, tendo ficado resolvido que o primeiro passo a ser dado pela Confederação seria o de pedir a cada uma das filiadas informação exata a propósito da posição de cada unidade federativa em face ao importante problema, e tendo em vista as repercussões que um aumento de salário nas grandes cidades pudesse ter imediatamente em relação ao trabalho nos campos.

IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS

A questão das importações e distribuição de máquinas agrícolas pelo Ministério e pela Confederação foi objeto de estudo. O sr. Kurt Repsold deu a sua opinião a respeito, tendo ficado incumbido de elaborar um plano, segundo o qual pudesse a Confederação vir a ocupar um lugar destacado a esse importante serviço, não só para atender aos lavradores filiados, como para obtenção de meios materiais para a entidade.

PORTARIA N.º 70

Foi lida uma exposição da Fiação Otto Hertz S. A., de São Paulo, pedindo a reclassificação de máquinas e materiais de uso na respectiva indústria, dentro da Portaria n.º 70 da SUMOC. A matéria foi amplamente debatida, tendo ficado resolvido que se oficiasse àquele órgão controlador pleiteando a medida sugerida.

56.ª SESSÃO DE DIRETORIA DE 19 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os srs. Iris Meinberg, Presidente, Julio Ferreira, Joséfá Macedo, Raul Cardoso, Kurt Repsold, Adamastor e Amaro Cavalcanti.

ALGODÃO

O sr. Iris Meinberg fala a respeito da questão do algodão e diz que o assunto deve ser encaminhado a um especialista, com cuja opinião ficará a Confederação habilitada a tratar da matéria. Indica para o caso o sr. Acacio Gomes. Diz que o memorial se refere em especial ao algodão de fibra média, mas que os algodões do nordeste deverão também ser considerados, num outro parecer papalelo. São lidos a seguir numerosos telegramas de congratulações pela eleição do sr. Iris Meinberg, e outros do ano novo.

SUBVENÇÕES AS ASSOCIAÇÕES RURAIS

É depois apreciado um telegrama da Federação das Associações Rurais do Espírito Santo, no qual pede a interferência da Confederação em favor do recebimento, por algumas associações locais, das subvenções consignadas em orçamento. Observa o sr. Meinberg que essas subvenções devem certamente se referir ao corrente exercício. O sr. Amaro Cavalcanti diz das providências adotadas pelo Serviço de Economia Rural para o pagamento dessas subvenções, e do trabalho de orientação que tem o mesmo realizado nesse sentido.

REUNIÃO PRÉVIA DA CONFERENCIA MUNDIAL DO CAFÉ

Informa depois o sr. Iris Meinberg a respeito dos resultados da reunião em São Paulo, a 13 do corrente, na sede da FARESP, dos delegados cafeicultores ao Congresso Mundial do Café. Ali foi firmada a orientação a seguir no conclave, estando ausentes apenas os delegados do Espírito Santo e do Estado do Rio. Quando ao primeiro, solidarizou-se depois com as conclusões adotadas. Uma outra reunião, realizada no mesmo local, dois dias depois congregou os interessados na produção e escoamento das safras de cereais da zona da bacia do Paraná. Diz que, apesar de se notar a lamentável ausência do representante do Ministério da Agricultura, a reunião pode ser considerada um sucesso. Compareceu o Dr. Arruda Câmara, não como representante do Ministério, mas como diretor do Serviço de Economia Rural. Estiveram presentes, dentre outras autoridades ligadas ao assunto, o Diretor do Departamento Federal de Estradas de Ferro, também representando o sr. ministro da Viação; o Ministério da Fazenda se fez representar pelo Presidente do Banco do Brasil, e o Banco de Desenvolvimento Econômico. Todas essas autoridades disseram das providências que haviam tomado e estavam tomando no sentido de facilitar a armazenagem e o escoamento da grande produção da zona, seja facilitando o crédito diretamente aos produtores, seja construindo armazéns junto às estradas de ferro, seja ainda reaparelhando as ferrovias com locomotivas e vagões, afim de poderem dar vazão à produção. Por fim, os representantes presentes resolveram adotar várias providências, à guisa de conclusões, que serão encaminhadas a quem de direito.

CONCENTRAÇÃO RURALISTA DO NORDESTE

Ainda com a palavra, o sr. Iris Meinberg diz das suas convicções a respeito dos bons resultados desses conclaves nos centros mais interessados, como foi o caso da reunião prévia do Café e a da safra de cereais. No seu modo de ver, tais reuniões devem ser periodicamente feitas pela Confederação que, assim, cumpre um dever indo de encontro aos problemas que, às vezes aparentemente locais, dizem respeito à economia nacional e até aos problemas sociais do país. É assim pensando que, — e a matéria é submetida aos seus companheiros para deliberação, — está propenso a realizar uma grande Concentração Ruralista do Nordeste, visando o debate da questão açucareira, do algodão, das fibras em geral, dos óleos, ceras e resinas, dos cereais, etc. — A escolha do local, após amplo debate da matéria, recaiu na cidade do Recife. Não haverá teses, mas indicações sucintas sobre temas imediatos e objetivos. A reunião deverá durar no máximo dois dias. A idéia é aprovada e encarregada a Federação das Associações Rurais de Pernambuco dos respectivos preparatórios.

LEITE EM PÓ

É seguir considerado um memorial do Sindicato dos Produtores do Leite, pleiteando a transferência do leite em pó da 2.ª para a 4.ª categoria na portaria da SUMOC. Diz o sr. Iris Meinberg que, de um modo geral, é ele sempre pela proteção à indústria nacional, desde que a produção seja suficiente, e que o artigo, como é o caso, manipule matéria prima de procedência agrícola. No caso em foco, feitas as devidas ressalvas quanto às necessidades do país em certas categorias de leite necessários à dieta e a casos especiais de alimentação infantil, não vê razão para negar a Confederação o seu apoio. Contudo, a CACEX ainda não foi organizada, ou pelo menos não foram convocados os seus membros componentes, de forma que a Confederação não poderá encaminhar o assunto a esse órgão, mas dará as providências que se tornem necessárias.

SALÁRIO MÍNIMO

Volta a discussão o caso do salário mínimo, mínimo, tendo lido o ofício circular reservado enviado pela Confederação às suas filiadas, afim de que se manifestem a respeito.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

Quando à sindicalização, diz que o assunto foi entregue para estudo aos srs. Adamastor Lima, Celzario Rangel e Raul Cardoso. Tão logo esteja a Diretoria com esses estudos em mãos, dará o seu parecer a respeito, sendo certo que a Confederação caberá defender o decreto-lei 8.127, sob cuja égide está a classe por assim dizer organizada. Reação do sr. Adamastor Lima, feita ainda na administração do seu antecessor, sobre a estimativa das safras, assunto esse que será considerado oportunamente.

IMPORTAÇÃO DE "JEEPS"

Informa o sr. Iris Meinberg que sugeriu à SUMOC a centralização da distribuição dos jeeps pela Confederação, e que o sr. Ministro da Fazenda, com quem esteve e a quem falou a respeito, se mostrou de acordo, dizendo que atenderá a essa pretensão da Confederação.

57.ª SESSÃO DA DIRETORIA, A 26 DE JANEIRO DE 1954

Presentes os Srs. Iris Meinberg, Presidente, Silvio Echeique, Raul Cardoso de Mello Filho, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, Julio Ferreira da Silva e Alberto Ravache.

PREÇO DO LEITE
Vários assuntos foram debatidos, sendo de

destacar o que se refere à questão do leite, sendo lidas as cartas da Associação Rural de São João da Boa Vista, São Paulo, e da FARESP, pedindo a atenção da Confederação para a reivindicação dos produtores de leite, sobre a manutenção da garantia de bonificação a que os mesmos têm direito pelo excesso de gordura. Ficou resolvido que se oficiasse à CO. AP pedindo a sua atenção para a omissão do art. 6 da portaria 124, que está dando causa à irregularidade.

III CONFERENCIA RURAL BRASILEIRA

Foi também tratada a questão da realização, em São Paulo, na primeira quinzena de novembro deste ano, da III Conferência Rural Brasileira.

PREÇO DO CAFÉ

A respeito do movimento que se processa nos Estados Unidos, em relação à alta do café, resolveu a Confederação Rural Brasileira encarregar o Sr. Raul Cardoso de proceder a um estudo que seria enviado às autoridades e elementos que mais se destacam no combate à alta do nosso principal produto nos Estados Unidos, no qual seriam justificados os motivos da alta, decorrentes, no momento, da geadas, da escassez do produto, etc. Contudo, conforme ficou assentado na reunião preliminar da Conferência Mundial do Café, realizada em São Paulo pelos delegados dos Estados cafeeiros, o preço atual é afinal o preço justo, aquele que compensa o produtor pelos seus esforços e capitais.

COMISSÃO COBRADA PELO BANCO DO BRASIL

O Sr. Raul Cardoso se refere à comissão de fiscalização cobrada pelo Banco do Brasil nos contratos de financiamento e a respeito a Confederação se dirigirá ao referido Banco.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

O Sr. Iris Meinberg, presidente, apresentou um plano relativo à organização dos trabalhos técnicos da entidade e a seguir são lidas as conclusões do parecer do Professor Adamastor Lima a respeito da sindicalização rural. Dois outros trabalhos pela Diretoria da Confederação, sendo as conclusões do Prof. Adamastor Lima as seguintes: "1) A Constituição de 46 consagrou um regime democrático que assenta na **Iniciativa Livre, no trabalho valorizado e na dignificação humana.** 2) O Decreto-Lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, que dispôs sobre a sindicalização rural, foi revogado pelos Decretos-Leis ns. 7.449, de 9 de abril e 8.127, de 24 de outubro de 1945, na parte relativa aos empregadores. 3) Os dispositivos aplicáveis aos empregados para cujos dispositivos são **pressupostos necessários** os sindicatos de empregadores — foram, por essa revogação, igualmente atingidos. 4) Os organismos criados pelos citados Decretos-Leis de 1945, estão com a existência e o funcionamento assegurados pela Constituição e as Leis vigentes e, em se verificando a sindicalização de empregadores, em qualquer ponto do país, podem recorrer ao mandado de segurança (Constituição, art. 141, § 24) para salvaguardar dos seus direitos."

CRIAÇÃO DE OVELHAS NO RIO G. DO SUL

Por fim, fez o Deputado Silvio Echenique, diretor-técnico da entidade, um interessante estudo a respeito da criação de ovelhas no Rio Grande do Sul, em comparação, sob o ponto de vista econômico, com a criação bovina. Como criador no Rio Grande do Sul, está assistindo a um triste diminuição dos rebanhos bovinos e, a seu ver, dentro de poucos anos o gado bovino estará tão reduzido que, fazendo blague, os seus netos só conhecerão os bois que deram carne aos seus avós por fotografias. Justifica amplamente a sua tese, dizendo que, antes a cultura do trigo, há 150 anos, foi próspera no Rio Grande do Sul e contraria a tese de que

a mesma acabou por causa da ferrugem. Acha que esta influiu, mas não foi o motivo principal do abandono da cultura. Em seu lugar, entrou a criação do gado, e no momento estamos vendo a situação voltar ao estado anterior, isto é, a cultura do trigo, por ser mais lucrativa, está afastando das coxilhas a criação do gado bovino, como, também, a criação da ovelha, que dá mais resultado que aquela. Apresentou dados comparativos os mais interessantes e, pela justeza dos seus conceitos, deixou a impressão de que medidas de amparo deverão ser adotadas para que a criação do gado de grande porte não desapareça das terras gaúchas.

NOTICIÁRIO

SAFRA DE CEREAIS

Para tratar de importante problemas ligados ao escoamento das zonas de produção e consequente melhoramento do nível de vida das populações, esteve reunida, na FARESP, a 15 de janeiro, a Confederação Rural Brasileira, sob a presidência do Sr. Iris Meinberg, e com a presença de numerosos produtores dos principais Estados brasileiros. A essa reunião compareceram, especialmente convidadas, altas autoridades federais, destacando-se também o presidente do Banco do Brasil e o representante do Ministro da Viação.

Foram tomadas as seguintes deliberações:

1.º — É reconhecida a necessidade do aumento do número de armazéns receptores de cereais, os quais, tanto quanto possível, deverão localizar-se nas zonas de produção ou nos próprios centros produtores.

2.º — O financiamento da produção deverá ser feito quando a mercadoria ainda se encontrar em poder dos produtores.

3.º — Será feita, por intermédio das associações representativas da classe e pelas próprias autoridades, ampla divulgação das facilidades que estão sendo concedidas para financiamento e do próprio sistema para o mesmo adotado, tendo em vista que a maior parte dos interessados desconhecem as garantias oferecidas pela lei dos preços mínimos e as providências já adotadas para sua plena execução, do que se aproveitam os intermediários para efetuar aquisições em bases inferiores às estabelecidas pelo referido diploma legal.

4.º — Deverá ser procedido um amplo trabalho de reparcelamento das Estradas de Ferro São Paulo-Goiás, Viação Férrea Paraná-Santa Catarina e Central do Brasil, a fim de permitir um escoamento mais razoável da produção daquelas regiões."

REUNIÃO PREPARATÓRIA DE CAFEICULTORES

A fim de firmar orientação para os delegados dos órgãos da classe na Conferência Mundial do Café, de Curitiba, reuniram-se na sede da FARESP, em São Paulo, a 13 de janeiro, os referidos delegados, sendo adotadas as seguintes deliberações:

1) Considerar que os preços atuais do café, embora aumentados em consequência das geadas, em todo caso, os preços justos para o produtor, tendo em vista o atual custo de produção;

2) Encaminhar o trabalho do Dr. Julio Cesar Covello, Chefe da Delegação da Sociedade Nacional de Agricultura, à Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café;

3) Estabelecer, como princípio e orientação dos delegados da cafeicultura ao Congresso Mundial do Café, que a propaganda do produto no exterior, a ser estipendiada pelos países produtores, em projeto de acordo a ser discutido, tenha caráter genérico, sem discriminação de países, de procedência ou marcas, e sem prejuízo da ação individual de cada país produtor na propaganda do seu produtor;

4) Aceitar e concordar com o projeto referido no tópico da Primeira Comissão — troca de in-

formações — com as seguintes alterações: a) as informações serão mensais; b) as informações deverão ser remetidas ao Bureau Pan Americano do Café, contrariamente, portanto, à criação de novo organismo de caráter permanente, como seja a projetada Secretaria Geral do Congresso.”

IMPORTAÇÃO DE LEITES EM PÓ

Exposição feita pelo representante da Sociedade Nacional de Agricultura em plenário, na reunião da Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (atualizada até 1953):

A importação de leite em pó nos parece desaconselhável pelas razões seguintes:

1) A subsistência e a prosperidade da população rural brasileira repousa no aproveitamento econômico do leite fresco e este aproveitamento depende em parte da indústria de leites em pó. Esta indústria atingiu em nosso País elevado nível de desenvolvimento, como resulta da capacidade de produção e número das fábricas já existentes e das fábricas projetadas ou em construção.

2) Estas fábricas produzem, em conjunto, aproximadamente, 17.500.000 quilos anuais de leite em pó, suficientes, como resulta do anexo 2, para fazer face ao consumo normal.

3) Vários países exportadores vêm adotando, para a exportação, preços muito baixos, de verdadeiro “dumping” e que nem pelos ágios atualmente pagos nos leilões podem ser compensados. Seja dito de passagem, aliás, que o leite em pó não modificado, caso venha a ser transferido da 4.^a para a 2.^a categoria das Listas das Mercadorias Importáveis, da Instrução n.º 70, da SUMOC, acarretará irreparáveis prejuízos não apenas à Indústria, mas sobretudo à Lavoura.

4) As importações de leite em pó, com as consequências apontadas, constituem uma flagrante contradição às palavras do Presidente da República e aos esforços do Ministério da Agricultura.

5) Os próprios Sindicatos da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio de Janeiro, do Estado de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, dirigiram-se, em tempo oportuno, ao Ministério das Relações Exteriores focalizando a inconveniência da importação de leite em pó.

6) Em virtude da orientação do Presidente da República, o Ministro da Agricultura oficiou ao Ministro das Relações Exteriores solicitando a não inclusão em Acordos Comerciais de quotas para importação de leites em pó. O Ministro das Relações Exteriores assegurou que seriam evitadas.

CONCLUSÃO

Pelo que foi dito acima e que se acha exposto nos anexos mais detalhadamente, é evidente que a importação de lei em pó:

— vem prejudicar as atividades agro-pecuárias do País, sem nenhum benefício para o consumidor ou para o comércio;

— vem prejudicar a atividade econômica de indústrias benéficas ao País, desestimulando-as;

— vem contrariar a recomendação do Senhor Presidente da República e os esforços do Ministério da Agricultura;

— vem contrariar a orientação traçada pelo próprio Ministério das Relações Exteriores;

— não beneficia o consumidor porque o produto estrangeiro é frequentemente de fabricação antiga, ao passo que o nacional, encontrado em abundância no mercado, oferece a garantia de uma fabricação sempre recente.

Oficina Artística de Serralheria

FIRMA ESPECIALIZADA, ENCARREGADA DOS SERVIÇOS
DE FERRO BATIDO DA

Casa da Agricultura

Manoel Coelho Serralheiro

Execução perfeita de qualquer serviço de ferro artístico, gradis,
portões e portas de aço ou ferro, e qualquer tipo de esquadria
metálica

RUA CARLOS SEIDL, 588 — Tels.: 48-2353 e 28-2338

RIO DE JANEIRO

Epitelioma contagioso das aves

Carlos Almeida Santa Rosa
Veterinário

O Epitelioma Contagioso que comumente o criador chama de "pipoca", "caroco" e "boubaba", é possivelmente a doença mais conhecida dos avicultores, embora não seja a de maior gravidade para as criações.

Conquanto ataque também os pombos, patos e perus, é nas galinhas que ela se manifesta com maior frequência.

SINTOMAS: De início a sintomatologia é quase a mesma das doenças avícolas. As aves se apresentam tristes, com inapetência (fastio), penas arrepiadas. Mas são as manifestações externas, aparecimento das pipocas, que caracterizam a doença. De preferência elas aparecem nas regiões desprovidas de penas, como na crista, a barbela, os cantos do bico; de início são úmidas e róseas tornando-se depois escuras e rugosas como verrugas. Se a ave não morre, elas regridem e caem deixando uma marca na pele que, com o tempo, desaparece. Estes, porém, não são os únicos sintomas. Há ainda a formação das membranas diftéricas que se formam principalmente nas mucosas da laringe e faringe. Essas membranas a princípio são amareladas e finas, tornando-se depois mais espessas. Podem chegar ao ponto de impedir a passagem do ar pela laringe e em consequência trazer a morte à ave, por asfixia. Há casos em que se nota também a obstrução das narinas e a formação do tão conhecido tumor dos olhos. É como se vê uma doença de sintomatologia complexa.

COMO EVITAR O EPITELIOMA: Para se evitar a doença o caminho mais certo é o da vacinação. E aqui a vacinação é a mais simples possível, podendo ser feita por qualquer criador sem a necessidade de uma assistência técnica. É bastante retirar algumas penas da face interna da coxa e esfregar o líquido, com um palito, no lugar depenado. Oito dias depois de aplicada a vacina, as aves devem ser examinadas para se verificar se elas reagiram ou não. Se no ponto de onde se retirou as penas, aparecerem irritações dos folículos, às vezes com formação de pús, a vacinação foi eficiente. Caso contrário deve ser feita uma nova vacinação. A idade aconselhável para a vacinação é a partir do 15.º dia de vida. Se na criação nunca apareceu a boubaba, deve-se vacinar apenas os pintos; mas, se já houve casos em aves adultas, deve-se vaciná-las também, e anualmente. Nunca porém fazer a vacinação depois de instalada a doença na criação. Estes são os cuidados que se recomenda ao avicultor para que livre sua criação da boubaba. Mas, se por um motivo qualquer ela fôr atacada pela doença, ter-se-á então que apelar para o tratamento.

TRATAMENTO: De início devem os criadores ter o cuidado de manter as aves doentes separadas das sãs. O tratamento da epitelioma não é fácil se as aves apresentarem a um só tempo todos os sintomas acima des-

critos e também porque terá de ser feito de ave. Assim, as pipocas devem ser queimadas com iodo ou iodo glicerinado, na proporção de 1 parte de iodo para duas de glicerina. Nos casos em que aparecer o tumor deve-se abri-lo, retirar o conteúdo purulento e lavar com uma solução de permanganato de potássio. Para o tratamento geral, aconselha-se a urotropina, por via intramuscular (1 grama para 1 quilo de peso vivo). É conveniente ainda adicionar o permanganato de potássio na água de bebida, na proporção de 1 colher de chá para 10 litros de água.

No caso de se obter curas só juntar as aves curadas às sãs depois de um período de três meses. Isto porque o vírus persiste na ave atacada por mais de dois meses.

INSTRUÇÃO TÉCNICA N.º 20 — MINISTERIO DA AGRICULTURA.
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
— OUTUBRO DE 1953.

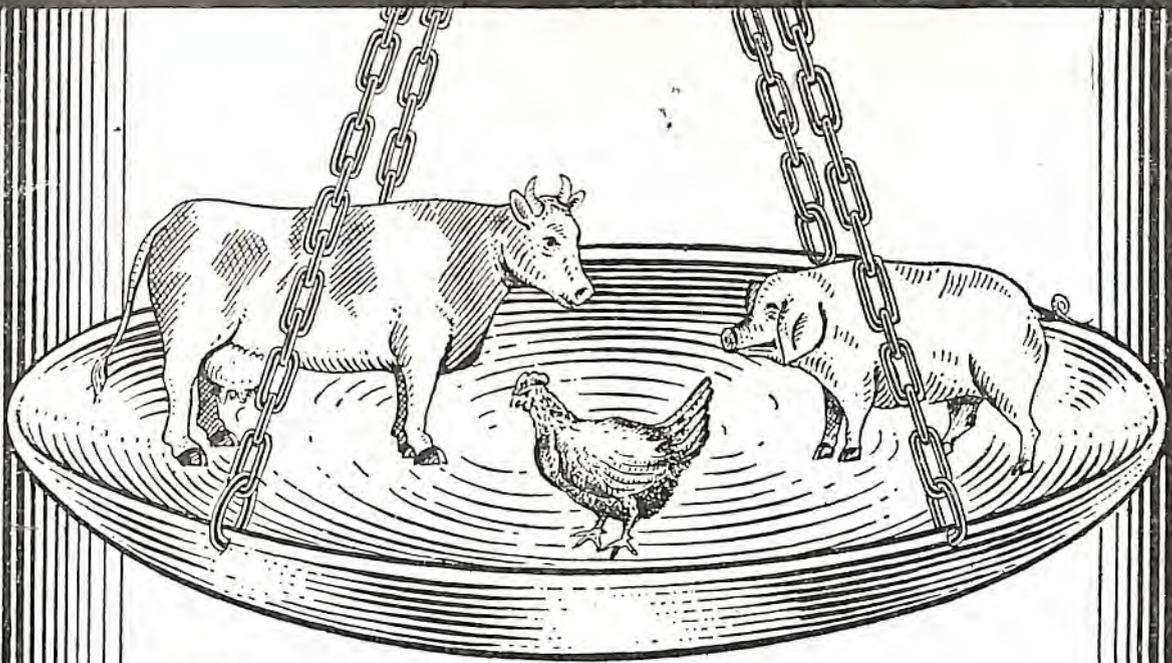
ADUBOS

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

FORTUNA
RIQUEZA
PROSPERIDADE

UM PRODUTO COM "CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABAO E ADUBOS
A GARANTIA DA: AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE
PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO
ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-6º ANDAR - TEL. 43-7092
FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 - ACARI - RIO DE JANEIRO



DEVOLVENDO ao dono o seu pêso em **OURO!**

TORTA COMPLETA Nº 1

Para vacas leiteiras,
cabras e coelhos.

TORTA COMPLETA Nº 2

Para porcos e açougues.

TORTA COMPLETA Nº 5

Para galinhas poedeiras.

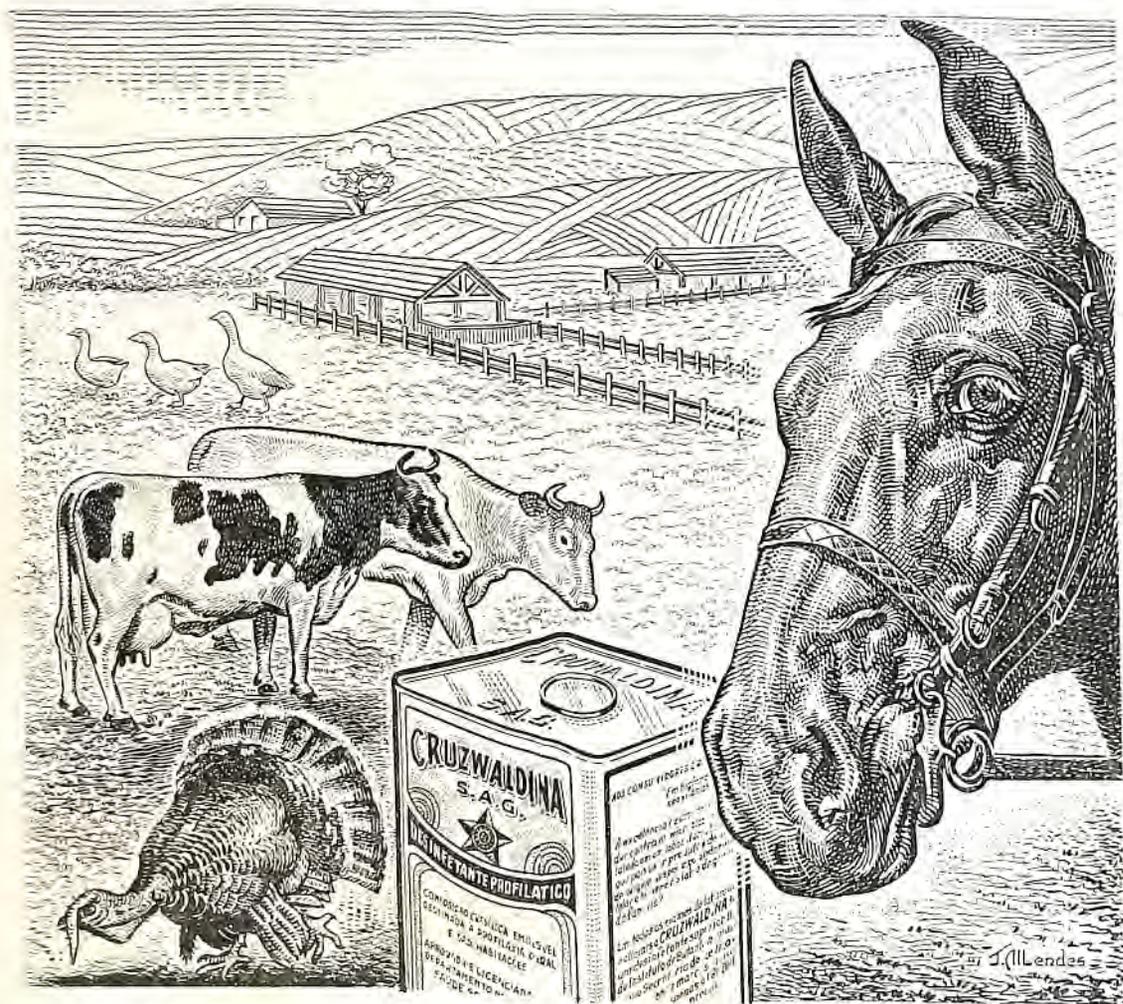
ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO



CRUZWALDINA

ACREDITADO PRODUTO DA
SOCIÉTÉ ANONYME DUGAZ DE RIO DE JANEIRO

PODEROSO DESINFETANTE CRESÍLICO
INDISPENSÁVEL À PROFILAXIA RURAL



**CRUZWALDINA É O DESINFETANTE DE
MAIOR CONSUMO NO BRASIL,
COM REPUTAÇÃO FIRMADA DESDE 1909**

Distribuidores exclusivos desde 1923
CASTRO LOPES & TEBIRIÇA
Caixa Postal, 2101
RIO DE JANEIRO